



# Anais da Assembléia

Nº 28

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 06 DE ABRIL DE 1993

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**

Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**

1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**

2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**

1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**

2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**

3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**

4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berardin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Elío Lino Rusch - Basílio Zanusso - Dúlio Genari - Pláuto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Tralano - Mário Bezerra Guimarães - João F. Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 25.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 06 DE ABRIL DE 1993**  
**(TERÇA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Toti Colaço e Rossoni (50). Achar-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Renato Adur e Severino Félix (04).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**S E S S Ã O.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

**Aprovada.**

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

**É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados.**

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, desisto da chamada nominal, vendo que há número legal para a continuidade da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Em votação a Ata.  
**Aprovada.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

**E X P E D I E N T E:**

**Ofício:**

**OFÍCIO N.º COPTC/001/93**

Curitiba, 31.03.93.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que na data de hoje foi instalada a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para a qual, por especial deferência de meus nobres Pares, fui eleito Presidente, cabendo a vice-Presidência ao Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

Outrossim, comunico-lhe que designei o funcionário Richard Rüppel Sotto Maior, para desempenhar as funções de Secretário da Comissão.

Na oportunidade, apresento a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) NAMIR PIACENTINI

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO N.º 688**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante Vossa Excelência, REQUERER regime de urgência ao Projeto de Resolução n.º 001/93, de minha autoria, que objetiva revogar a Resolução n.º 047/93, de 03 de julho de 1990.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) NELSON JUSTUS

**REQUERIMENTO N.º 708**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

**REQUERIMENTO N.º 685**

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Aristides Delizário Martins, aos 75 anos de vida. Trata-se de pessoa muito querida em sua comunidade e família, que recebeu ampla manifestação de sentimentos, diante de seu passamento. É uma perda muito grande para todos!

Sala das Sessões, em 06.03.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento de Maria da Luz Cordeiro, ocorrido em Curitiba, no dia 31 de março do corrente. Trata-se de pessoa muito querida em sua família e na comunidade, que recebeu ampla manifestação de sentimentos diante do seu passamento. É uma grande perda para todos!

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrada na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Aurora Ribas Dropa, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa, no dia 04 do presente mês.

Requer que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à rua Júlio de Castilhos, 805, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 714

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja registrado na ata dos Trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Luz Blageske, ocorrido na cidade de Ponta Grossa, no dia 31 de março.

Requer que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, residente à Vila 31 de Março, Quadra L, n° 46 na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 720

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de pesar pelo falecimento da Senhora Doris Mai Silva, bem como o envio de expediente para a família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) ADEMAR TRAIANO

#### JUSTIFICATIVA:

Prestar uma homenagem póstuma a Senhora Doris Mai Silva, cujo falecimento inesperado comoveu a todas as pessoas que a conheciam. Na certeza de que lembrança da Senhora Doris Mai Silva sempre será a melhor possível em nossos corações, finalizamos certos do apoio dos nobres pares para que possamos prestar-lhe esta justa homenagem.

#### REQUERIMENTO N° 723

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se proceda o registro nos Anais desta Casa, de voto de pesar pelo desaparecimento do Senhor Kemel Sarkis Mellen. Que, da decisão, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

#### JUSTIFICATIVA:

Cumpra este Parlamento, o dever de prestar tributo de reconhecimento à inesquecível figura de Kemel Sarkis Mellen, da cidade de Rebouças e que recentemente veio a falecer.

O extinto exerceu três mandatos frente ao Executivo daquele Município, tendo sido também Vereador por aquela Comunidade, durante duas Legislaturas.

Marcou sua existência política através da edificação de diversas obras e assinou sua vivência pessoal participando ativamente de toda movimentação comunitária do Município de Rebouças.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, a inserção nos Anais deste Poder de Nota Pública divulgada aos 28 dias de março próximo passado, sob a responsabilidade da Coordenação Nacional dos Mutuários.

Sala das Sessões, em 05.04.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a in-

serção nos Anais desta Casa, do Editorial intitulado "31 DE MARÇO", veiculado pelo jornal "DIÁRIO DO NOROESTE", da cidade de Paranavaí, em sua edição de 1º de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 05.04.93

(a) LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

REQUERIMENTO N° 725

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Rodrigues Dias.

Na marca implacável do tempo, o professor Antônio Rodrigues Dias escreveu a sua jornada de 83 anos bem vividos, com ouro de muito amor. Sacrifício e trabalho, também. Foi um exemplo, um destemido guerreiro que exerceu uma série de atividades profissionais e, paralelo à sua atividade de professor, profissão que exerceu com carinho e devoção, apesar da remuneração nem sempre digna, foi além do dever.

Esse cidadão que deixou sua linha vitoriosa a serviço da família e da sociedade, foi chamado por Deus. Na madrugada do último dia 29 de março, Antônio Rodrigues, um homem com coração de ouro, braço de ferro, raciocínio em prol do bem e arte de servir com lealdade, faleceu.

Que este voto represente a manifestação de respeito e admiração deste Poder Legislativo aos múltiplos exemplos registrados pela vida de Antônio Rodrigues Dias.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 726

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ilmo José Pasqualotto, bem como seja levado ao conhecimento de seus familiares a proposição em apreço.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Bonito lamentavelmente sofreu a perda de um grande líder comunitário, que sempre lutou em benefício da população daquela cidade, sobretudo os mais humildes.

Seu passamento deixa uma lacuna que jamais será preenchida por qualquer outra pessoa, uma vez que era muito querido na sociedade local.

REQUERIMENTO N° 727

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ademar Rossi, bem como seja levado ao conhecimento dos seus familiares a presente proposição.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

O passamento do Senhor Ademar Rossi enlutou a cidade de Sulina, onde residia e era muito querido.

Foi funcionário da Prefeitura Municipal, onde sempre dedicou especial atenção aos problemas daquela municipalidade.

Por essa razão tem o nosso reconhecimento e merece essa homenagem póstuma da Assembléia Legislativa do Estado.

REQUERIMENTO N° 689

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um cumprimento a toda a população de Palmeira pelo trabalho, dedicação e prosperidade que a cidade alcançou graças aos homens e mulheres que fundaram, dirigiram e continuam a viver na cidade clima do Paraná.

Queremos ainda homenagear os que lá não se encontram na vida terrestre, mas que são sempre lembrados pelas ações e realizações em prol da cidade de Palmeira.

Ao atual Prefeito o êxito em sua administração e votos de prosperidade.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 700

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formuladas congratulações aos vencedores do Prêmio Gralha Azul, concedido aos melhores do teatro no Paraná, edição 1992/1993.

Produzir cultura em nosso país não é o que se pode chamar de tarefa fácil, sobretudo, quando se vê institucionalizar a idéia de que ela integra o "patrimônio supérfluo". E até sob esse frágil pretexto se esconde a razão para inexistência de investimentos na cultura, quer pelo Poder Público, quer pela iniciativa privada.

O teatro é um setor onde essa situação é verificada de forma muito clara. As produções, entretanto, continuam existindo e resistindo, devido à ação de um grupo de apaixonados pelo ofício da representação, que se recusa a cruzar os braços e ver sua arte morrer.

Todos os anos eles dão fartas e maravilhosas demonstrações de que o teatro está cada vez mais vivo, e que a criatividade-

de e o talento são insubstituíveis.

São atores, diretores, produtores, técnicos e outros profissionais que tornam possível a existência do teatro em nosso Estado.

Homenagear aqueles que foram consagrados como os melhores por suas atuações em 1992 e início de 1993, não significa deixar de lado aqueles que não conquistaram o Gralha Azul desta vez.

Pelo contrário, só a existência de muitos e bons trabalhos, de diferentes concepções, pode justificar uma premiação dessa natureza. Mas cumprimentar fraternalmente os vencedores do Gralha Azul é necessário, porque detêm eles considerável responsabilidade pelo que se produziu de admirável nos palcos teatrais do Paraná no último ano.

São os seguintes os vencedores do Prêmio Gralha Azul:

Melhor Espetáculo Infantil/Itinerante:  
"Chapeuzinho Vermelho e o Ex-Lobo Mau"

Melhor Espetáculo adulto/Itinerante:  
"As Vezes Penso que não sou Deus"

Melhor Espetáculo:  
"Besame Mucho"

Melhor Espetáculo Infantil:  
"O Menino Maluquinho"

Melhor Revelação/Infantil  
"Carla Andréia Santos:  
Uma estória da nossa História".

Melhor Cenógrafo/Infantil  
"Enéas Lour-  
O Menino Maluquinho"

Melhor Aderecista/Infantil  
"Ricardo Garanhani  
O Menino Maluquinho"

Melhor Compositor Musical/Infantil  
"Rosy Greca  
O Menino Maluquinho"

Melhor Sonoplasta/Infantil  
"Rubens Urbano Junior  
O Menino Maluquinho"

Melhor Iluminador/Infantil  
"Beto Bruel  
O Menino Maluquinho"

Melhor Autor/Infantil  
"Léa Benvenuto Almeida  
Chapéuzinho Vermelho e o ex-Lobo Mau"

Melhor Diretor/Infantil  
"Fátima Ortiz  
O Menino Maluquinho"

Melhor Atriz Coadjuvante/Infantil  
"Giovana Soar  
O Menino Maluquinho"

Melhor Ater Coadjuvante/Infantil  
Hélio Barbosa  
O Melhor Maluquinho".

Melhor Ater/Infantil  
"Maurício Vogue  
O Menino Maluquinho".

Melhor Atriz/Infantil  
"Letícia Guimarães  
O Menino Maluquinho"

Melhor Revelação/Adulto  
"Emir Vargas  
Tudo o que você sempre quis saber  
sobre drogas"

Melhor Cenógrafo/Adulto  
"Fernando Marés  
O Carrasco do sol" e  
O Olho Azul da Falecida"

Melhor Figurinista/Adulto  
"Luiz Afonso Burigo  
O Carrasco do Sol"

Melhor Aderecista/Adulto  
"Leopoldo Baldessar  
Paixão e Morte segundo Nelson Rodri-  
gues, e  
O Olho Azul da Falecida e  
O Carrasco do Sol"

Melhor Maquiador/Adulto  
"George Sada, Adônis Rique e Márcia  
Moraes  
O Carrasco do Sol"

Melhor Compositor Musical/Adulto  
"Cristina Beduschi  
O Carrasco do Sol"

Melhor Sonoplasta/Adulto  
"Cesarti  
O Carrasco do Sol  
Paixão e morte segundo Nelson Rodri-  
gues e Besame Mucho"

Melhor Iluminador/adulto  
"Beto Bruel  
O Carrasco do Sol,  
Paixão e Morte segundo Nelson Rodri-  
gues e Hamlet"

Melhor Autor/Adulto  
"Gilda Elisa  
Tudo o que você sempre quis saber  
sobre drogas"

Melhor Diretor/Adulto  
"Cleon Jacques"

Besame Micho"

Melhor Atriz Coadjuvante/Adulto

"Isir Daquia

Paixão e Morte segundo Nelson Rodrigues'

Melhor Ator Coadjuvante/Adulto

"Rogério Delle

O Vampiro e a Polaquinha"

Melhor Ator/adulto

"Danilo Avelleda

As vezes penso que não sou Deus"

Melhor Atriz/Adulto

"Lala Schneider

O Vampiro e a Polaquinha"

Que do teor do presente dê-se ciência ao homenageados.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 701

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito. REQUER na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo, votos de congratulações à Escola Municipal Eny Caldeira, pela comemoração do seu 20° aniversário de fundação.

Localizada no bairro do Bacacheri, em Curitiba, a Escola Municipal Eny Caldeira tem em seu nome homenagem a uma de nossas maiores educadoras, professora de muitas gerações do nosso Estado.

A Escola Eny Caldeira, fundada em 23 de março de 1973, também teve o papel importante na formação de muitos jovens de nossa cidade. Contando com privilegiado quadro de professores e técnicos e dedicado pessoal administrativo, a escola em questão tem como preocupação a formação global dos indivíduos, e é uma das admiráveis unidades do sistema municipal de educação de Curitiba.

Coincidentemente, a Escola Eny Caldeira comemora seu aniversário no mesmo período em que Curitiba celebra seus 300 anos, e o extraordinário trabalho que desenvolve na área da educação, constitui-se em verdadeiro e valioso presente à Capital paranaense.

Que do teor do presente dê-se ciência à Associação de Pais e Mestres e à Direção do Estabelecimento supramencionado, a fim de que seja estendido conhecimento a todos os responsáveis pelo exemplar trabalho promovido bem como a Senhora Secretária Municipal da Educação de Curitiba.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 716

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja dado um voto de congratulação ao Doutor Norton José Siqueira Silva, Superintendente da 9° Região Fiscal, e também ao Senhor Quintilho Aparecido Piné, Delegado da Receita Federal de Ponta Grossa, pela inauguração da nova sede da Receita Federal na Cidade a Ponta Grossa.

A nova sede com quatro mil metros quadrados, que irá comportar todos os órgãos da Instituição, que abrange 65 municípios, que a partir de agora terão um melhor atendimento em uma sede que está sendo conceituada como uma das melhores e mais modernas do País.

Requer, ainda, envio de expediente aos Senhores citados anteriormente, dando ciência da matéria.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 691

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, para atender o pedido da moradora da Rua 4, Casa 160 - Nova Barigüi, localizada na Cidade Industrial de Curitiba, quanto a ligação de água em sua casa. Afirma que já fez o pedido várias vezes, mas que infelizmente não foi atendida.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO N° 692

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR, para que preste esclarecimentos aos moradores da Rua Reinaldo Pazollo, quanto a cobrança de rede de esgoto, sendo que os mesmos não usufruem deste benefício.

A moradora do n° 1737 já solicitou à SANEPAR um pedido de isenção do pagamento através do Protocolo n° 11334792, afirmando que um fiscal esteve no local, constatou que a cobrança é irregular e que realmente não há rede de esgotos, mas que não foi suspensa a cobrança.

Além de não ser resolvido o problema, ainda foi cobrada a taxa da visita do fiscal.

Pedem urgência no atendimento, uma vez que estão pagando por um serviço que não

Ihes é oferecido.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 693

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado, que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de sanar o estrago feito na calçada em frente ao n° 1843 da Rua Eduardo Sprada - Conjunto Atenas - Campo Comprido. Esclarecemos que a responsável pelo estrago foi a SANEPAR quando efetuava reparos no esgoto, a qual deixou a calçada toda estragada.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 694

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de esclarecer aos moradores da Rua Íris Antonio Campos - Conjunto Buriti, localizado no bairro do Campo Comprido, quanto a cobrança da taxa de esgoto que é cobrada mensalmente. Alegam que não são beneficiados com rede de esgotos e pedem explicações à SANEPAR qual a razão dessa cobrança.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 695

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ - SANEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Maria da Conceição - Conjunto São João Del Rey - Vila Camargo, os quais pedem providências quanto ao esgoto na rua citada. Afirmam que, desde que foi implantada a rede de esgoto, não vem funcionando a contento, pois quando chove, imediatamente ocorre inundação local, causando uma série de problemas para toda a população. Pedem providências urgentes, pois a cada dia piora a situação e não estão mais conseguindo conviver com este problema lastimável.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 696

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, que instrua ao COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ, para que atenda ao pedido feito pelos moradores da Rua 7 de Setembro, esquina com Bento Viana, no bairro do Batel. Eles pedem a presença da polícia naquele local onde existe uma casa semi-demolidada, abandonada e que está servindo de abrigo a marginais e desocupados. Todos temem pela segurança, especialmente à noite quando os marginais ali se encontram. Pedem urgência no atendimento visando algum acontecimento mais grave.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 697

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja oficiado ao Senhor Governador do Estado do Paraná, para que instrua a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no sentido de atender a reivindicação dos pais e alunos do COLÉGIO ESTADUAL AMÂNCIO MORO, localizado no bairro do Jardim Social, o qual se encontra deficiente de professores e de salas de aula para acomodar os alunos. Pedem providências urgentes, uma vez que o ano letivo já iniciou e seus filhos estão sendo prejudicados.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 690

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao órgão competente, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores da Rua Carlos Rezera, no bairro da Vista Alegre, que solicitam que o Módulo Policial localizado na Rua André Zanetti, esquina com a Rua Arthur Leinig, que atualmente está desativado, venha a funcionar. O pedido prende-se ao fato de que o mesmo está servindo de esconderijo para desocupados, ao mesmo tempo que com sua ativação, a população sentirá mais segurança.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 698

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental,

após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao excelentíssimo Senhor Itamar Franco, DD. Presidente da República, solicitando o estudo de medidas que reduzam o impacto, sobre as entidades assistenciais, da cobrança da contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguridade Social, INSS, bem como dos débitos previdenciários de tais entidades.

Louvável a ação moralizadora e ativa do Ministério da Previdência, tentando recompor seus recursos para fazer frente aos compromissos com serviços e um gigantesco quadro de beneficiários. É perceptível o esforço para tentar tornar os inadimplentes em devedores reconhecidos e com débitos aceitos e parcelados a longo prazo, principalmente com a Lei nº 8.212, de 15.01.83.

Apesar desse esforço, lamentavelmente, a Lei nº 8.212 dá praticamente o mesmo tratamento às firmas comerciais, que visam lucro, e às entidades assistenciais, apresentando reduzida diferença apenas com relação à redução da multa e pequeno prazo para o recolhimento ao INSS da parte do empregado.

A existência das entidades assistenciais demonstra inequivocamente a incapacidade do Estado, sozinho, estender a toda sociedade os benefícios sociais estabelecidos na Constituição. Elas nasceram da impotência ou indiferença de governantes e da sensibilidade de alguns cidadãos para as necessidades dos seus semelhantes. Por isso deveros - cidadãos e Estado - preservá-las até o dia em que, pela evolução social, o próprio Estado possa absorver todos esses segmentos assistenciais.

Intretanto, enquanto isto não ocorre, resta-nos encarar a realidade: as entidades assistenciais em grandes dificuldades e ainda sendo pressionadas pelo INSS para reconhecer e quitar débitos astronômicos, sob a ameaça de não mais receberem recursos da LEA ou de outros órgãos públicos, recebem a dura ameaça do Estado, enquanto desenvolvem um trabalho oriundo das deficiências desse mesmo Estado para com a sociedade.

Essa situação insustentável pode justificar o fechamento em massa de entidades da natureza destacada, desamparando milhares de pessoas que precisam dos seus serviços caridosos.

Diante disto, pedimos ao Senhor Presidente da República que determine ao Ministério da Previdência Social uma forma de aliviar o pesado ônus colocado sob as "costas" das entidades de natureza assistencial.

Requer-se, por fim, que do teor do presente dê-se ciência à Associação das Entidades Sociais Benéficas e Filantrópicas

de Rolândia e à Prefeitura Municipal de Rolândia.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 699

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao excelentíssimo Senhor Itamar Franco, Presidente da República, e ao Ministro de Estado da Ação Social, solicitando a retomada do Programa Nacional do Leite, criado em 1985.

O Brasil vive grave crise econômica e social, triste herança deixada pelo governo Collor de Mello. A recessão, o desemprego e os baixos salários impõem um pesado ônus à população, deteriorando crescentemente suas condições de vida. Dados oficiais constatarem haver no Brasil 32 milhões de pessoas que passam fome.

A solução do problema só é possível com a retomada do crescimento econômico e a consequente geração de empregos e salários dignos. É inadiável a elevação real do poder aquisitivo do salário mínimo.

Urge, porém, a adoção de medidas emergenciais para minorar o drama dos brasileiros, atendendo especialmente às crianças que são as que mais sofrem com a fome.

Nesse sentido, consideramos fundamental a volta do Programa Nacional do Leite, criado em 1985, e que chegou a beneficiar oito milhões de crianças até seis anos.

Para garantir os recursos financeiros necessários, propomos que um percentual mínimo de 10% (dez por cento) do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) seja utilizado na viabilização do Programa do Leite. Vale registrar que o IPMF foi criado com a finalidade específica de financiar a retomada do crescimento econômico e a realização de investimentos na melhoria das condições de vida da população.

Diante disto, confiamos nas providências do Governo Federal para retomada do referido programa, como medida emergencial para combater a fome no Brasil.

Que do teor do presente dê-se ciência à Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana, através do seu Presidente, Senhor José Luiz Cândido (R. Cons. Laurindo, 715, 4° andar, Curitiba/Pr).

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 702

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encami-



nhado expediente ao Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná, TELEPAR, solicitando a transferência do telefone público comunitário instalado atualmente na Rua Ricardo Gasparian Machado, em frente ao Bar e Merceria May, para o n° 1505, sede da ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO MOVIMENTO DE EVOLUÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DA VILA JARDIM PINHEIRO, AMMECC, nesta Capital.

Tal solicitação fundamenta-se nas reclamações da comunidade, possível de serem verificadas por meio do abaixo-assinado anexo: o estabelecimento comercial supramencionado encontra-se fechado, não há fichas telefônicas para venda à população e as chamadas telefônicas não são atendidas.

Por outro lado, a fim de que o referido telefone seja efetivamente colocado a serviço da comunidade, compromete-se a associação de moradores local a ofertar as fichas telefônicas na medida indicada pela demanda; zelar pela conservação do aparelho telefônico; atender às chamadas e transmitir recados a seus destinatários.

Diante disto, confiamos nas competentes diligências da TELEPAR para atendimento ao pleito da comunidade em questão.

Que do teor do presente dê-se ciência ao Senhor Heriberto Werner da Silva, Presidente da AMMECC.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 705

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia de Saneamento do Paraná, SANEPAR, solicitando providências para a imediata regularização do abastecimento de água aos bairros do Abranches e Barreirinha, nesta Capital.

Segundo reclamações, constantes do abaixo-assinado que segue anexo, os moradores dos bairros em questão têm sido penalizados pela frequente interrupção no abastecimento de água à região.

Em virtude dessas interrupções inúmeros problemas são criados às famílias ali residentes, desde a falta de água para providências higênicas, até impossibilidade de preparação de alimento.

Diante disto, e avaliando o número de famílias que vêm sofrendo com o problema, confiamos nas providências da SANEPAR para resolvê-lo, dando fim à insustentável situação.

Que do teor do presente dê-se ciência a Senhora Elizabeth do Rocio dos Santos, moradora à rua René Descartes, 610, no Abranches, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 26.04.93

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 707

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado, para através da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Programa "Paraná Rural", - e da Secretaria de Estado dos Transportes, viabilizar gestões objetivando a readequação da estrada rural ligando o distrito de Guaragi e a comunidade de Tabuleiro, no município de Ponta Grossa, que, conforme informações da "Associação de Desenvolvimento Econômico e Social da Grande Guaragi - ADESGG" - entidade que representa a população do distrito - encontra-se em péssimo estado de conservação, trazendo prejuízos para a região, inclusive dificultando o escoamento da produção agropecuária.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

#### REQUERIMENTO N° 709

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário Estadual de Segurança Pública, Doutor Moacir Favetti, solicitando providências no sentido de viabilizar instalações de um módulo policial nas proximidades da Unidade de Saúde Caiuá, sito à Rua Arnaud S. Veloso, 200.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) DR. ROSINHA.

#### REQUERIMENTO N° 710

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná REQUER, após manifestação do Plenário, seja enviado o expediente ao Excelentíssimo Senhor Mário Pereira, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a construção da 3ª Pista que liga Umuarama à Maringá, atendendo solicitação do Prefeito Municipal de Umuarama Antonio Romero Filho.

A construção da referida Pista irá aliviar o intenso tráfego de veículos leves e pesados que circulam diariamente no trecho acima mencionado.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO N° 711

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente a Sua Excelência, o Sr. Antônio Britto Filho, Ministro de Estado da Previdência Social, solicitando a adoção de medidas que permitam a agilização das aposentadorias dos trabalhadores rurais do Brasil, hoje demoradas, em decorrência do processo burocrático a que se acham subordinadas.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Representante nesta Casa da região de Campo Mourão, região eminentemente agrícola, tenho recebido inúmeras reivindicações, e ouvido inúmeras reclamações, relacionadas à morosidade com que são efetuadas as aposentadorias dos trabalhadores rurais.

Previstas e garantidas na Constituição Federal, através dos dispositivos integrantes do artigo 7º inciso XXIV e, do artigo 202, inciso I, gera expectativas e, na grande maioria das vezes frustração.

É sabido que o trabalho rural é altamente desgastante, tanto isto é verdade que a própria constituição prevê a redução de cinco anos no tempo de serviço para fins de aposentadoria tanto homens como mulheres que exerçam como trabalho a atividade de trabalhador rural.

O despreparo cultural, de informação, associado ao desinteresse do patrão, trabalhando em condições de quase escravidão, quando consegue cumprir a sua jornada de trabalho, ou atinge a idade de que possibilita aposentar-se, esbarra na burocracia do estado.

Tal situação é profundamente injusta, temos acompanhado de perto a política do atual Ministro da Previdência, sensível, humano, administrador público eficiente, temos a absoluta certeza, será sensível à presente solicitação e, determinará, por certo, o início de estudos para implantação de medidas que facilitem a quem de direito o acesso aos benefícios da aposentadoria.

#### REQUERIMENTO Nº 715

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, substanciado em pedido para que reintegre ao posto de Comandante do 2º Grupamento de Incêndios, o Major Luís Carlos de Carvalho.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

A Segunda Câmara Criminal de Justiça do Paraná, inocentou o Major Luís Carlos de Carvalho no processo que envolve o alto-comando do Corpo de Bombeiros do Paraná, por utilização ilegal de materiais e mão-de-obra da tropa, para a construção de uma colônia de férias no litoral, baseado na clareza do parecer do Desembargador Ramos Braga, o qual foi acolhido por unanimidade pelos demais Desembargadores, no sentido de que o Major, teria agido em obediência a ordens superiores.

Pessoa de elevado caráter, e corretíssima conduta profissional, nunca, de modo algum, tomaria as medidas as quais lhe foram imputadas, a não ser em obediência, como homem que respeita a hierarquia dentro de sua instituição, cumprindo os seus deveres como subordinado.

#### REQUERIMENTO Nº 717

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Governador do Estado e Secretário de Transportes do Estado do Paraná; solicitando a duplicação da ponte do Rio Tibagi na divisa dos municípios de Ponta Grossa e Ipiranga, no Km 24, na Rodovia BR - 373.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

Inaugurada no ano de 1953, necessita urgentemente de atenção por parte das autoridades responsáveis, pois a ponte situa-se entre duas curvas, sendo que o ideal fosse em linha reta, além do que é muito estreita, sua passagem permite uma carreta por vez.

Já mereceu o "apelido" de "ponte da morte", devido a vários acidentes e mortes.

Deste modo, o mínimo que poderia ser feito para alterar este quadro, seria o duplicamento da ponte, contribuindo assim, para a melhoria do tráfego e para a segurança do trânsito.

Sendo a ponte o meio pelo qual quase toda a produção de grãos do Paraná e países vizinhos passam por ela, para chegarem até o porto de Paranaguá.

A ponte faz parte do corredor de exportação e merece do Governo Federal a atenção devida, ou seja a sua duplicação.

A participação do Governo do Estado é fundamental, bem como as lideranças políticas e comunitárias, para o objetivo ser alcançado.

#### REQUERIMENTO Nº 721

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, solicitando a implantação de (01) uma Casa Familiar Rural no Município de Imbituva.

Objetivamente, tem o presente, a finalidade de atender os filhos de agricultores através de uma proposta educacional, aliando a teoria à prática, no sentido de orientar o jovem agricultor, quanto a possibilidade de trabalho no meio rural, evitando assim, o êxodo rural.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 722

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário do Trabalho e Ação Social, com objetivo de solicitar a implantação do Projeto Clube do Irmão Caçula, no Município de Prudentópolis.

Tal medida, visa o atendimento de crianças, que estejam frequentando a escola dos bairros, cujos pais trabalham fora.

Que essa Secretaria de Estado, avalie, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 728

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, substanciado em solicitações para que se tomem as providências necessárias no sentido de que o atual município de Manoel Ribas seja elevado à condição de Comarca, compreendendo então, o município de Nova Tebas.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Manoel Ribas, além de contar com significativo número de habitantes e eleitores, está distante da sede da Comarca que atualmente pertence, Ivaiporã, cerca de 38 Km, a qual é composta, ainda, pelos municípios de Nova Tebas, encontra-se a cerca de 40 Km de distância da sede da comarca de que atualmente faz parte, Pitanga, que abrange, também, os municípios de Mato Rico e Santa Maria D'Oeste.

As Comarcas de Ivaiporã e Pitanga, estão com seus serviços forenses asseverados, fator que faz crescer de relevo, ao lado da distância em relação a elas dos municípios de Manoel Ribas e Nova Tebas, a conveniência da criação da nova Comarca, a fim de que seja mais efetiva e celeremente proporcionada aos seus munícipes a tão almejada prestação jurisdicional.

#### REQUERIMENTO N° 729

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, substanciado em solicitações para que o município de Fênix, atualmente pertencente à Comarca de Engenheiro Beltrão, venha a pertencer à Comarca de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

A começar pela distância, que em relação a Barbosa Ferraz é de somente 12 Km, enquanto que para Engenheiro Beltrão é de 36 Km, muitos são os propósitos que justificam esta mudança.

O município de Fênix já está vinculado a Barbosa Ferraz nos seguintes estabelecimentos e departamentos: Ciretran Copel, Agência de Rendas Estadual, Comércio em Geral, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Liga de Futebol, Horário de Ônibus e Sistema Telefônico com o mesmo código DDD (0442).

Outrossim, por ocasião da Correição Ordinária, realizada na Comarca de Barbosa Ferraz, realizada no dia 19/03/1992 pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Henrique Chesneau Lenz César, Digníssimo Corregedor de Justiça, foi reivindicado esta anexação, por ser de Justiça, tendo em vista os benefícios que trarão aos municípios daquela localidade.

#### REQUERIMENTO N° 734

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à Secretaria de Estado da Saúde, solicitando a doação de uma ambulância à Associação Comunitária Jataiense.

Entidade de caráter assistencial, devidamente registrada junto aos órgãos competentes, a Associação Comunitária Jataiense desenvolve importante trabalho junto à população da Jataizinho, sobretudo àquela situada nas faixas mais carentes.

Entre esse serviço inclui-se o auxílio

às pessoas que necessitam de tratamento de saúde e não dispõem de meios financeiros para custeá-lo. A doação de uma ambulância, conforme o solicitado no volumoso abaixo-assinado que segue anexo, viria constituir importante instrumento para atendimento à população em questão, principalmente quando da necessidade de translados emergenciais.

Por outro lado, compromete-se a referida entidade, conforme faz prova documento anexo, a zelar pela conservação da ambulância, assumindo por ela total responsabilidade.

Requer-se, outrossim, que do presente seja dada ciência a Sra. Marlei Aparecida Marques Murari, à Travessa Vicente Monteiro, s/n, na cidade de Jataizinho.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 731

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, com fundamento nas Constituições da República e do Estado do Paraná, REQUER, à douta Mesa Executiva, o encaminhamento, ao Sr. Governador do Estado, do seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

Considerando a importância dos municípios de Piraquara e Pinhais, dentro do contexto do Estado, devido as áreas dos mananciais e localização das nascentes de rios que formam as bacias de água - como do Iguaçu - e que a água é elemento essencial à sobrevivência humana;

Considerando que no limite do Primeiro Planalto Paranaense há um declive de quase mil metros (que ocorre de forma abrupta); que a Serra do Mar, no Município de Piraquara, funciona como uma curva de nível e que a mesma vem sendo, sistemática e seriamente, comprometida pela ação das pedreiras ali instaladas, com a consequente destruição dos lençóis freáticos da região;

Considerando os prejuízos incalculáveis - se tal situação perdurar - para o Estado do Paraná e sua população;

REQUER-SE as seguintes informações:

- a - Quais os órgãos responsáveis pela fiscalização do caso em tela? (Enumerar por atividades).
- b - O Governo do Estado tem conhecimento do comprometimento dos mananciais dos municípios de Piraquara e Pinhais, causados pela ação das pedreiras?
- c - Qual o percentual de água fornecida, hoje, pelas estações de tratamento localizadas naqueles Municípios, à Região Metropolitana de Curitiba?(provenientes dos mananciais ali existentes)
- d - Enumerar as empresas que possuem auto-

torização, do Estado, para exploração de pedras.

- e - Quais as populações de Piraquara e Pinhais servidas de esgoto? (especificar as regiões e o número populacional).
- f - Quais as medidas, já colocadas em prática, para preservação dos mananciais desses dois Municípios?

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 732

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, na forma regimental e com base nas disposições das Constituições Federal e Estadual, REQUER à douta Mesa Executiva, o encaminhamento ao Senhor Governador do Estado, do seguinte

#### PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

Considerando denúncias formuladas pela Bancada do PDT, na Câmara Municipal do Município de Piraquara, segundo a qual o lixo proveniente da Penitenciária Central do Estado - localizada naquele Município - vem sendo jogada nos fundos da mesma e que, junto a este vem sendo também lançado o lixo proveniente da ala do Presídio destinada a abrigar presidiários portadores de AIDS.

Considerando o perigo a que está exposta, não apenas aquela população carcerária, como funcionários e ainda a considerável população das imediações e, consequentemente, a comunidade em seu todo, sujeita à transmissão do vírus da AIDS.

Considerando o desencontro de informações a respeito do assunto e a sua importância para segurança pública; requer-se dos órgãos públicos competentes e responsáveis pela saúde e segurança da população, as informações:

- a - Qual o tratamento dado ao lixo proveniente da Penitenciária Central do Estado, localizada no Município de Piraquara?
- b - Qual o número de internos, da Penitenciária Central, portadores do vírus da AIDS?
- c - Qual o tratamento dado aos mesmos e qual o contacto com os demais internos? (Existe isolamento para os mesmos?)
- d - Qual o tratamento dado ao lixo proveniente do atendimento dos internos portadores de AIDS?
- e - Como é feita a coleta de ambos os tipos de lixo e por quem é feita? (funcionários ou internos?)

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### REQUERIMENTO N° 733

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso

de suas atribuições legais e na forma das disposições regimentais e conforme lhe permite a Constituição do Estado do Paraná, REQUER, à douta Mesa Executiva, o encaminhamento, ao Senhor Governador do Estado, do seguinte

PEDIDO DE INFORMAÇÃO:

- 1 - Quais as unidades do Sistema Penitenciários do Estado, estão localizadas no município de Piraquara?
- 2 - Qual a área física ocupada pelas mesmas?
- 3 - Qual o número, atual, de internos destas unidades? (especificar o número de atendidos por unidade).
- 4 - Qual o número de funcionários públicos que prestam serviço a essas unidades?
- 5 - Qual o número de policiais militares que fazem a segurança dessas unidades? (especificar).
- 6 - Além das unidades do Sistema Penitenciário, quais as unidades hospitalares ou não, pertencentes ao Estado, que encontram-se localizadas no município de Piraquara?

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 703

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Estado o artigo intitulado "A Garantia do Preço Mínimo", de autoria do advogado José Antônio Miguel Neto, publicado no Boletim Informativo n° 284, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná.

De forma muito oportuna o artigo em questão trata da obrigatoriedade do Governo Federal garantir os preços dos produtos da atividade agrícola, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com o Decreto-Lei n° 79/66.

A lei sob análise estabelece, claramente, um incentivo ao produtor rural, fazendo com que este dirija sua atividade de forma a adequá-la à política governamental e, assim, usufrua de benefícios legais. Na inocorrência desse usufruto - segundo o autor do artigo em epígrafe - por culpa do Governo Federal, estará também o produtor revestido do direito de reclamar indenização.

Portanto - conclui - é irrecusável o direito dos produtores de, por meios judiciais, obrigar o Governo Federal a cumprir a política de garantia do preço mínimo.

Questão de relevância para o meio rural, o direito do produtor reivindicar indenização pelo prejuízo causado pela omissão do Governo Federal, é muito bem tratada no artigo "A garantia de preço mínimo", de autoria do advogado José Antonio Miguel

Neto, consultor da Sociedade Rural Brasileira. Por esta razão, requeremos que ele seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo e encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Itamar Franco, Presidente da República e ao Ministro de Estado da Agricultura.

Requer-se, outrossim, que do presente seja dada ciência ao autor do artigo em questão, ao presidente da FAEP e aos Srs. Bernardo Bittencourt Neto e Amália Mizerkowski, redatores do Boletim Informativo da FAEP.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 704

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo a entrevista do escritor Cristovão Tezza ao Jornal Indústria e Comércio, série "Inquéritos I & C", de 18 de março próximo passado.

Professor da Universidade Federal do Paraná, homem de talento singular para a literatura, Cristovão Tezza é um dos poucos cidadãos para os quais se criou a expressão "palavrador" - lavrador de palavras.

Havendo começado a escrever já aos quinze anos, Tezza é "Curitibano de Lages (SC)" como se autodefiniu na entrevista "A arte e o ofício da literatura segundo Cristovão Tezza" ao jornalista David Campos, do jornal "Indústria e Comércio".

Tezza é, hoje, ao lado de Dalton Trevisan, o escritor do Paraná mais conhecido do país. Autor de "A cidade inventada", "O terrorista lírico", "O ensaio da paixão", "Trappo", "Aventuras Provisórias", "Juliano Pavollini" e "A suavidade do vento", em breve terá publicado "O fantasma da infância", sua produção mais recente.

Transcrever a entrevista de Tezza a David Campos é trazer para os anais legislativos um perfil e algumas opiniões de um de nossos maiores valores literários. "Publicar um livro é uma coisa muito difícil", segundo diz o próprio Tezza. Publicar oito sem descuidar da forma preciosa e do rico conteúdo, reconhecido pela crítica, é um fato importante a ser assinalado.

Requer-se ainda, que do teor do presente dê-se ciência aos Srs. Cristovão Tezza, David Campos, Aroldo Murá Haygert, Jamil Snege, Gladimir Nascimento e ao Diretor do Jornal "Indústria e Comércio", Odone Fortes Martins.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 706

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrita nos Anais do Poder Legislativo a série de artigos "Dois Anos de Requião", publicada pelo jornal "Indústria e Comércio", desta Capital, entre os dias 1º de março e 1º de abril deste ano.

Nunca será demais registrar a importância do papel da imprensa, em todos os tempos e sociedades, como organismo fiscalizador dos atos dos administradores públicos. Pelo respeito e pela garantia de liberdade para o exercício desse papel, aliás, muitos homens deram suas vidas, ao longo da história, lutando contra o despotismo, a censura, o autoritarismo e a repressão.

Esse exercício responsável da tarefa fiscalizadora faz com que a imprensa se torne órgão cooperador do Poder Legislativo, nessa atividade que, constitucional e doutrinariamente, lhe é atribuída.

O jornal "Indústria e Comércio" presta importante serviço não apenas à informação da população do Paraná, como a memória política e administrativa paranaense, ao registrar na série em questão, os resultados alcançados pelo governador Roberto Requião, nos dois anos em que já está à frente do Executivo Estadual.

Naturalmente que, por necessidade de obediência aos parâmetros de correção e imparcialidade, o I & C não poderia deixar de apresentar os pontos positivos e os negativos desta gestão, restando para o leitor, para o paranaense em geral, a tarefa de auferir uma conclusão própria.

Incorporar os artigos do I & C aos anais da Assembléia Legislativa é registrar os fatos relevantes da administração Roberto Requião, recolhidos diariamente pela imprensa séria e livre.

Requer-se outrossim, que para melhor sistematização do acesso aos dados transcritos, a publicação no Diário da Assembléia seja procedida à razão de um artigo por sessão, obedecendo-se à ordem cronológica.

Por fim, pede-se que do teor do presente seja dada ciência ao Diretor do Jornal "Indústria e Comércio", jornalista Odone Fortes Martins.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI N° 111/93

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Parques Ecológicos do Estado do

Paraná, vinculado à Secretaria de Estado de Assuntos do Meio Ambiente, com a finalidade de:

- I - incentivar a criação, o fortalecimento e a expansão dos Parques Ecológicos Paranaenses;
- II - facilitar a preservação, a conservação e a manutenção dos parques ecológicos;
- III - colaborar para que os parques ecológicos cumpram suas finalidades científicas, culturais, recreativas e educativas;
- IV - desenvolver programas de orientação e assistência aos parques ecológicos de acordo com a necessidades locais;
- V - implantar e fortalecer serviços destinados à preservação ambiental, relativos a localidades significativas para o patrimônio ecológico do Estado do Paraná;
- VI - desenvolver recursos humanos para atuação nos parques ecológicos integrados ao sistema;
- VII - indicar normas e procedimentos técnicos para os parques ecológicos;
- VIII - firmar convênios, através da Secretaria de Assuntos do Meio Ambiente, com quaisquer instituições nacionais e internacionais, públicas e privadas;
- IX - assegurar e fiscalizar o cumprimento do Regulamento Geral dos Parques Ecológicos do Estado do Paraná.

Art. 2º - O Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná, para desenvolver suas atividades operacionais e de coordenação, contará com uma Coordenadoria Geral.

Parágrafo Único - A Coordenadoria Geral deverá após devidamente regulamentada, contar, também com a participação de ecologistas/ambientalistas, sem a necessidade de formação especial na área, mas pertencentes a grupos ecológicos, entidades voltadas a preservação e órgãos não governamentais de defesa do meio ambiente.

Art. 3º - Compete à Coordenadoria Geral do Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná:

- I - definir as diretrizes gerais do sistema;
- II - promover a celebração de convênios entre a Secretaria de Assuntos do Meio Ambiente do Estado, entidades públicas municipais, nacionais e internacionais, visando as finalidades do sistema;
- III - administrar os convênios de que trata o inciso anterior e fiscalizar as correspondentes prestações de contas;

- IV - promover a orientação nas regiões e municípios dos projetos de implantação de parques ecológicos;
- V - elaborar normas e procedimentos técnicos que sirvam de orientação aos responsáveis pelos parques integrados ao sistema;
- VI - manter cadastros atualizados dos parques ecológicos existentes no Estado;
- VII - promover programações científicas, culturais, educativas e recreativas de acordo com as aspirações das comunidades;
- VIII - submeter à apreciação do Secretário de Estado do Meio Ambiente as minutas de convênios, em consonância com o setor competente de que trata o inciso II deste artigo;
- IX - propiciar aos servidores dos parques ecológicos a participação em cursos, seminários, conferências e palestras, com vistas ao aperfeiçoamento profissional;
- X - estabelecer critérios para a utilização de recursos de qualquer espécie, à disposição do sistema;
- XI - elaborar manuais de informações relacionadas com os assuntos de interesse das comunidades e pertinentes aos Parques;
- XII - zelar pelo cumprimento das cláusulas dos convênios firmados;
- XIII - elaborar o regimento interno do Sistema a ser aprovado pela Secretaria de Assuntos do Meio Ambiente do Estado do Paraná;
- XIV - assegurar o cumprimento do Regulamento Geral dos Parques Ecológicos.

Art. 4º - Os parques ecológicos já existentes no Estado do Paraná serão todos incorporados ao presente sistema.

Parágrafo Único - Poderão integrar-se ao sistema, mediante a celebração de convênio com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, todos os parques ecológicos, quer sejam de caráter municipal, estadual ou regional.

Art. 5º - Os Parques Ecológicos do Estado do Paraná, para desenvolverem administrativa e tecnicamente as atividades que lhes são inerentes, incorporarão, gradualmente, a partir das necessidades e dos anseios das comunidades locais, áreas de administração, acervo, patrimônio, ação cultural e divulgação.

Art. 6º - O Sistema de Parques Ecológicos do Estado do Paraná servirá, também, em toda sua plenitude, como mais um instrumento a serviço da conscientização ecológica do povo paranaense, e a este deverá, sempre e em todas as circunstân-

cias, fazer voltar suas ações preservacionistas.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO

JUSTIFICATIVA:

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado nasce na Constituição Federal, art. 225, competindo ao Poder Público a viabilização do mandamento constitucional, através da aplicação de políticas públicas competentes.

A definição de espaços e a determinação dos meios de administração são tarefas inarredáveis diante do dispositivo constitucional.

Todos os mecanismos de defesa do meio ambiente estabelecidos pelo Projeto de Lei, viabilizam as condições materiais para que as áreas devidamente protegidas se constituam em fonte de estudos e da acumulação de conhecimentos científicos capazes de assegurar um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Esta proposição tem o objetivo de institucionalizar a integração dos parques estaduais no Estado do Paraná, constituindo um sistema que viabiliza a realização de suas finalidades específicas, tomando como base programas já existentes em outros Estados da Federação.

Ao exposto, solicitamos o inestimável apoio dos nobres Deputados com assento nesta colenda Casa de Leis, confiando na aprovação do proposto.

PROJETO DE LEI N° 112/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Apoio à Criação, Implantação e Manutenção das Casas Familiares Rurais, nos Municípios Agrícolas, em todo o Estado do Paraná;

Art. 2º - A Casa Familiar Rural é uma instituição, que tem por objetivo formar jovens agricultores, acima de 14 anos, nas práticas agropecuárias, em curso de 03 (três) anos, através de uma metodologia que consiste em organizar o trabalho educativo de modo a alternar momentos de discussão, reflexão e sistematização na escola, com momentos de observação na prática do trabalho familiar e da aplicação, na propriedade, dos ensinamentos formalizados na Casa Familiar Rural;

Art. 3º - Para o desenvolvimento de



sua prática pedagógica a Casa Familiar Rural contará com a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e apoio das demais Secretarias e, em especial, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 4º - A construção da Casa Familiar Rural será coordenada pela Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUN-DEPAR, podendo para tanto, destinar recursos sob forma de convênios à Prefeitura e/ou Associações de produtores legalmente constituídas.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará recursos específicos para tal Programa, que serão fixados em Orçamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) EDSON SILVA LINO

Apoio: Hermas Brandão, Costenaro Neto, Mário Bezerra, João Iensen, Rossoni, Doutor Rosinha, Luiz Henrique Bona Turra, Namir Fiacentini, Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Djalma de Almeida César, Oswaldo Trevisan, Ademar Traiano, José Arthur Ritti, Emilia Belinati, Luiz Carlos Zuk, Nil-ton Barbosa, Algaci Túlio, Élio Rusch, Toti Colaço, Geraldo Cartário e Arlindo Troian.

#### JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um Estado notadamente agrícola, com números expressivos de pequenos e médios produtores, a maioria residindo no campo e não nas cidades.

As culturas praticadas pelos nossos agricultores são as mais variadas possíveis, destacando-se o milho, feijão, café, algodão, soja, trigo, além da pecuária de leite e de corte. Contudo, predomina a monocultura, muitas vezes com a assimilação de técnicas não apropriadas ao porte do produtor.

Estes elementos, somados à política agrícola e educacional vigentes e a crise econômica e social existente no País, cria dificuldades enormes para a permanência destas famílias no campo, principalmente para os jovens.

Urge que se busque alternativas de vida dentro das reais condições destes proprietários, incentivando a diversificação das atividades, através de um trabalho educativo que resgate o amor à terra e viabilize condições sócio-econômicas para a continuidade no campo.

É neste contexto que se insere a proposta da Casa Familiar Rural, uma instituição de ensino, com características de

semi-internato, administrada pela própria comunidade e dedicada ao ensino formal e de técnicas agrícolas.

Com essas características o jovem pode ficar parte do tempo na escola, aprendendo, parte do tempo em casa, na propriedade dos seus pais, mantendo o vínculo com o meio rural. No sentido de melhor esclarecer a nossa proposta, anexamos ao presente Projeto de Lei, documento que tem subsidiado a discussão desse tema na região do Vale do Ivaí.

Convicto de que a questão da fixação do homem ao campo é preocupação constante desta Casa de Leis, confiamos contar com o apoio dos nobres pares ao nosso Projeto de Lei criando a Casa Familiar Rural.

PROJETO DE LEI Nº 113/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon, sociedade civil, sem fins lucrativos, constituída por aposentados e pensionistas, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) ÉLIO LINO RUSCH

#### JUSTIFICATIVA:

A Entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, vem promovendo a assistência cultural beneficente aos aposentados e pensionistas, e com isso vem prestando relevantes serviços a um segmento significativo da sociedade rondonense.

Em beneplácito aos serviços prestados desinteressadamente a Associação Beneficente e Cultural aos Aposentados e Pensionistas de Marechal Cândido Rondon, foi declarada de Utilidade Pública, em âmbito Municipal, pela Lei nº 1.791 de 23 de agosto de 1988.

Face ao exposto, passamos à consideração dos nobres Parlamentares o presente pleito, aguardando o devido apoio e a conseqüente aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 114/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - No âmbito da administração pública direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, a exigên-



cia do uso de uniformes por seus funcionários, somente será admitida, quando os mesmos venham a ser fornecidos gratuitamente, por parte do órgão empregador.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

A defasagem salarial experimentada pela grande massa do funcionalismo público do Estado, é inquestionável.

A crise econômica apresentada pelo País, em que pese a preocupação das autoridades responsáveis pelo Poder Público, pelos elevados índices inflacionários apresentados, corrói e delapida mensalmente, o poder aquisitivo dos funcionários públicos do Estado do Paraná.

A presente iniciativa, objetiva precipuamente, minimizar o grave quadro salarial da maioria dos servidores do Estado, que se enquadram na exigência do uso de uniformes para o desempenho de suas atribuições, venham a ter os mesmos fornecidos gratuitamente pelos órgãos da administração pública onde prestem serviços e, via de consequência, não venham a ser atingidos por mais este ônus, em seus já tão parcos vencimentos.

#### PROJETO DE LEI Nº 115/93

#### A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo do Estado do Paraná, autorizado a estadualizar o trecho rodoviário que liga o município de Campo Mourão ao Município de Barbosa Ferraz.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

#### JUSTIFICATIVA:

Crítico o problema de conservação de rodovias em todo o País, no Estado do Paraná, embora menor, existem trechos rodoviários em estado lastimável dada a precariedade de recursos para a sua conservação.

Dentre eles, situa-se a rodovia que liga os municípios de Campo Mourão e Barbosa Ferraz.

Região agrícola, constituída por minifúndios voltados à produção diversificada, não encontram na rodovia em questão condições para o escoamento de sua produção.

Trechos rodoviários destinados ao escoamento de safras, devem ter sua conser-

vação priorizada, facilitando sua comercialização e produzindo riquezas que permitam o desenvolvimento das regiões produtoras e, em consequência o desenvolvimento do Estado.

Não dispondo os municípios interligados de recursos indispensáveis à conservação da mesma, é que motivaram a apresentação do presente projeto, que esperamos mereça o acatamento e apoio dos pares que compõem este parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A verdade pode doer mas é a verdade.

Há cerca de duas semanas da Tribuna da Assembléia apresentei a formal denúncia aqui da Tribuna de que em julho de 1992 o Bamerindus firmou contrato com agência de publicidade Nasta (?), com sede em Assunção, retroagindo a data de formalização desse contrato a janeiro de 1992 e que em operação triangular viabilizou recursos materiais e financeiros que podem ter atingido o montante da ordem de um milhão de dólares ou mais ainda que o valor inicial desse contrato fosse da ordem de cem mil dólares para o funcionamento da campanha do hoje Prefeito, ex-Deputado, Rafael Greca. Desde então apesar de jornais do interior do Estado e de um jornal da capital que repercutindo a denúncia que aqui fizemos, nenhuma resposta, nenhum esclarecimento que pudesse estabelecer a verdade sobre a denúncia que aqui trouxemos.

Tem o Parlamentar nesta Casa o direito de preservar a fonte. É assim que ainda ontem ingressamos junto a Delegacia de Crimes Contra a Administração Pública junto a Receita Federal, a Receita Estadual e a Polícia Federal para a apuração desse delito, bem como junto ao Tribunal Eleitoral.

Naquela oportunidade a única contestação que tive em Plenário foi a feita por S.Exa. Deputado Algaci Túlio que procurava descaracterizar a denúncia fazendo menção ao episódio denunciado durante a campanha de 1990 que diz respeito aos crimes praticados pela colonizadora de propriedade da família Martinez no Município de Assis Chateaubriand. Denúncias comprovadas. E procurava o Deputado Algaci Túlio descaracterizar as denúncias que nós fazíamos e que fazem agentes destacados do PMDB contra irregularidades, crimes praticados na esfera da administração pública e no exercício de atividades políticas. Denúncias comprovadas. Denunciou o Governador Roberto Requião que se montava um esquema - e

isto já em 1991 - criminoso para saquear o País, o esquema Collor/PC. Foi o Governador do Paraná quem vanguardou as denúncias que acabaram todas elas sendo confirmadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso Nacional e que deram no impedimento do Presidente da República.

A denúncia no que diz respeito ao superfaturamento das habitações populares e nas graves irregularidades e crimes cometidos pela direção nacional e pelas direções nos Estados da Caixa Econômica Federal, superfaturamento das casas populares hoje já devidamente apurado e em fase de inquérito e inclusive em vários Estados, com ações penais visando a responsabilização dos criminosos. Os crimes da colonizadora Martinez, tenho visto a imprensa e diversos setores da Oposição procurarem descharacterizar essa denúncia procurando estabelecer dúvida quanto à identidade do Ferreirinha, dúvida quanto à identidade do matador o do qual seria um dos matadores, mas esse é um episódio já vencido, porque nos anos 70 o jornal "O Estado de São Paulo", um dos jornais mais respeitáveis do País, já colocava de modo muito claro, os crimes que lá se praticaram, de modo que esta é uma questão que não comporta nenhuma contestação. É uma questão de polícia, não é mais uma questão política.

A questão do edifício do Fórum da Comarca de Curitiba, foi outra que colocamos no Departamento de Obras e que reproduzimos aqui na tribuna da Assembléia Legislativa. A ilegalidade do Decreto 328 que também mereceu - e é um decreto de lavra do atual prefeito de Curitiba - mereceu a nossa condenação e que foi agora suspenso por decisão judicial, por mandado liminar e mandado de segurança interposto pelo Sindicato da Construção Civil do Estado do Paraná, demonstrando a ilegalidade desse Decreto. A corrupção do transporte coletivo, denunciada pela TV Educativa e objeto de inquérito na Delegacia de Crimes contra a Administração e de ação penal promovida pelo Ministério Público. O superfaturamento do Ligeirinho em quinze milhões de dólares, também é um fato dado e que precisa ser, como fato dado, repercutido pelas instâncias políticas e especialmente, pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mas, não bastando a comprovação da idoneidade das denúncias que têm sido promovidas, e ouvidos moucos de diversos setores que são setores responsáveis pela vida pública do Paraná, não podem substituir a necessidade e o imperativo ético-político e legal de apuração dos crimes praticados contra a Administração Pública, por setores que se assenhorearam da administração pública municipal de Curitiba e que procuraram através de diversos atos e

manobras, fazer crer que tudo vai bem na Cidade de Curitiba, a "Cidade-Espetáculo", a "Cidade das Elites", e que quer também se fazer cidade e poder no plano estadual.

Quero aqui, como Deputado do PMDB, exigir do Senhor Prefeito Municipal, bem como de todos os setores que integram a administração municipal de Curitiba, um esclarecimento sobre todas essas denúncias que dizem respeito ao transporte coletivo, que dizem respeito ao financiamento de campanha, que dizem respeito enfim, à vida política e administrativa da Cidade de Curitiba. Dois dias após a denúncia que fizemos, da Assembléia Legislativa, recebi a denúncia segundo a qual a agência de publicidade GW, portanto, ainda antes da denúncia que fizemos, havia formalizado um contrato administrativo sem prévia licitação com a administração municipal de Curitiba, contrato que prevê valores da ordem de 500 mil dólares e que tem essa agência de publicidade GW, como um dos seus sócios, Emanuel P. Dias, que é o publicitário que aqui denunciemos, que é o publicitário de Zélia, publicitário de PC, publicitário de Collor, e publicitário do Senador banqueiro José Eduardo. Emanuel P. Dias, um dos sócios da Agência de Publicidade GW, não bastando o contrato que aqui denunciemos com a Agência de Publicidade Nasta, com sede em Assunción, uma semana antes da denúncia que aqui fizemos, a administração municipal de Curitiba firmava, sem prévia licitação um contrato, com a empresa GW que tem como sócios Emanuel P. Dias e como pano de fundo desse contrato, estava a vinda do tenor Carreras à Cidade de Curitiba, "Cidade Espetáculo".

Quero aqui, num ponto de vista extremamente formal, dizer que estou ingressando junto ao Ministério Público com representação contra o Senhor Prefeito Municipal...

(É retirado o som).

O Sr. Algaci Túlio - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Em seguida.

Farei uso de parte do Horário da Liderança do PMDB.

Estarei ingressando com representação contra o Prefeito Municipal da Cidade de Curitiba, por improbidade administrativa e cometimento dos crimes previstos na Lei nº 8249, de 02.06.92, que é a lei que prevê crimes relacionados a enriquecimentos ilícitos e atos de improbidade dos agentes públicos com o espetáculo havido no agenciamento pelo Banco Bamerindus do Espetáculo "Carreras" e com a defesa que fez Sua Excelência o Senhor Prefeito Municipal de

Curitiba, no programa da semana próxima passada "Bom Dia Paraná", quando procurava descaracterizar as nossas denúncias, dizendo que recursos não havia para o financiamento e o patrocínio dos shows e espetáculos a propósito da comemoração do Aniversário de Curitiba.

E afirmava Sua Excelência Prefeito Municipal de Curitiba que os espetáculos e shows são todos eles patrocinados por empresas privadas e aí fazia menção expressa ao BAMERINDUS e a VARIG.

De fato, todos os jornais do Estado do Paraná noticiaram a vinda de "Carreras", espetáculo da maior magnitude patrocinado pelo Banco BAMERINDUS e também pela Cidade e Município de Curitiba.

Ocorre entretanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que espetáculos como esse em local público e com a assinatura do Município de Curitiba jamais poderia prescindir da prévia e necessária licitação. Toda cidade de Curitiba pela palavra de Sua Excelência o Prefeito de Curitiba, foi entregue aos desígnios de quem tem sede e interesse e direito ao lucro que é o Banco BAMERINDUS.

Evidentemente, outras empresas e instituições financeiras poderiam se defender, garantir tal patrocínio, poderiam pretender e com certeza pretenderiam em licitação previamente realizada patrocinar os festejos relativos ao Aniversário de Curitiba.

Mas, cometeu Sua Excelência o Prefeito de Curitiba, crimes previstos na Lei do Enriquecimento Ilícito e também cometeu o Senhor Prefeito atos claros de improbidade administrativa.

Diz a Sessão II da Lei nº 8429, de 02.06.92, "Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa ou culposa que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades no Art. I, desta Lei e notadamente:

"I - Facilitar ou concorrer por qualquer forma para a incorporação ou patrimônio particular de pessoa física ou jurídica de bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas do Artigo 1º dessa Lei.

II - Permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, valores ou verbas integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no Artigo 1º dessa Lei, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie".

"Inciso VIII - frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente".

"Inciso XII - permitir, facilitar ou concorrer para que terceiros se enriqueçam

ilicitamente."

"Inciso XIII - permitir que se utilize em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no artigo primeiro dessa Lei, bem como o trabalho de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades".

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Suspendemos a Sessão para receber a visita do Príncipe Dom Alberto de Orleans e Bragança - membro da família real brasileira.

Vamos ouvir um breve relato do Príncipe Dom Alberto que por sinal é paranaense.

O SR. DOM ALBERTO DE ORLEANS E BRAGANÇA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É uma grande alegria e uma grande honra para mim, estar aqui nesta Casa Legislativa. E minha honra é redobrada pelo fato do qual muito me orgulho e me faz lembrar com muito carinho o período em que aqui habitei. Meu pai morou neste Estado durante 14 anos, foi fazendeiro no Norte do Paraná e eu, como já disse, tive a felicidade de ser aqui nascido e aqui ter iniciado a minha vida. Saí do Paraná com 7 anos, portanto os primeiros anos de colégio eu fiz aqui neste Estado. Desde então sempre que aqui venho tenho sido recebido com a melhor das acolhidas, pelo povo paranaense, por isso estou duplamente contente e gostaria de fazer minha saudação aos Senhores e ao povo paranaense.

Estou nesta cidade, estou neste Estado como os Senhores sabem, em campanha pelo plebiscito, pela nossa proposta de monarquia - parlamentarista que é uma das alternativas que se levanta pelo plebiscito do próximo dia 21 de abril. Em campanha, sobretudo, para informar à população e as pessoas quanto à seriedade da nossa proposta e quanto aos aspectos que envolvem essa proposta. Nós queremos, essencialmente, participar de uma campanha sobretudo informativa, dando conta, efetivamente, daquilo que poderá ser o Brasil com a hipótese da implantação da monarquia.

Nós temos tido por tônica, na nossa campanha, essencialmente informar, dar conta daquilo que nós pretendemos muito mais do que desinformar ou negar aquilo a que os outros estão propondo. E eu hoje tive o prazer de participar de um debate com o presidencialista paranaense o ex-Deputado Nivaldo Kruger, que, para minha alegria, compartilhou do mesmo ponto de vista, pois esteve nesse debate, para somar, para informar e para orientar as pessoas e é nesse sentido que nós estamos aqui.

Eu fico também muito contente com toda a acolhida que foi dada pela imprensa paranaense que tem aberto todos os espaços necessários para que também essas informações sejam passadas à população. Nós naturalmente não pretendemos que as decisões ou a decisão quanto ao voto a ser dado no próximo dia 21 de abril seja tomada em função de uma campanha desinformativa, em função de uma decisão não amadurecida. Nós, monarquistas, entendemos que a decisão leva ser uma decisão madura, uma decisão pensada. E é por isso que as alternativas que nos são dadas de ocupar os espaços, comparecer às Casas Legislativas, comparecer aos órgãos de imprensa, nós agradecemos penhoradamente.

Em relação a esta Casa Legislativa eu gostaria de fazer sempre uma ressalva, que eu já fiz ontem na Câmara, quanto a valorização da posição dos Políticos, lamentavelmente tem sido um pouco a tônica de uma parte, de um grupo da campanha, procurando desvalorizar a função do Político brasileiro. Entendendo que uma democracia não pode sobreviver sem os Políticos, entendo que os políticos brasileiros deram uma grande contribuição à democracia durante todo esse período, e sobre tudo deram uma grande demonstração de maturidade com a evolução e com a conclusão do processo impeachment do Presidente Collor.

Naturalmente estou me referindo aqui neste particular aos políticos da órbita Federal, mas certamente aos políticos da órbita Estadual também eu aplico esse pensamento e certamente eu estendo a eles a minha saudação e meus respeitos, porque um País não vive, repito, não vive sem político, não vive sem um respeito às Casas Legislativas; e acima de tudo esse princípio de respeito às Casas Legislativas e aos Políticos que a democracia deve prevalecer e que qualquer regime de Governo, regime político que venha a ser implantado, deverá sempre se curvar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - A Sessão está suspensa por cinco minutos para os cumprimentos ao Príncipe.

Reiniciando os trabalhos, com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. BONA TURRA - As ligações de Sua Excelência o Prefeito Municipal de Curitiba com o Banco Bamerindus a cada dia estão mais claras depois de a Prefeitura permitir o uso do prédio para instalações de agências do banco, fazer operações financeiras para o pagamento de fornecedores e o pagamento do funcionalismo, em detrimento de instituições bancárias públicas, a exemplo do Banco do Brasil, Caixa Econômica e Banco do Estado do Paraná. O con-

trato a que me referi com a empresa GW deverá ser motivo de ação popular junto à Fazenda Pública por iniciativa de vereadores e entidades, pois não houve a prévia e necessária licitação pública para tal fim.

Quanto à implicação da imagem da Cidade de Curitiba, a identidade que se procurou estabelecer entre a Cidade e Curitiba e uma instituição bancária, talvez nada falasse melhor do que este anúncio no caderno de negócios do jornal "Folha de São Paulo", que com a imagem de Carreras identificado com a Cidade de Curitiba, diz: "Se o Seguro Bamerindus é bom para quem vem ao Brasil de vez em quando, imagine para quem vive aqui o tempo todo. Bamerindus Seguros - a de José Carreras no Brasil".

Não há dúvida, Sua Excelência o Prefeito de Curitiba pretendeu vender e entregar a cidade de Curitiba, a sua imagem secular, ao Banco Bamerindus e ao senador banqueiro, José Eduardo. E não bastassem os crimes, que são os crimes capitulados na Lei de Improbidade Administrativa, cometeu também Sua Excelência o Prefeito Municipal da Cidade de Curitiba, o crime previsto no Código Penal, em seu artigo 321, o crime de advocacia administrativa: patrocinar direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública valendo-se da qualidade de funcionário, pena, detenção de um a três meses, ou multa".

Nós estamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para concluir, diante de uma situação extremamente grave. Os interesses privados na Cidade de Curitiba se confundem com os interesses públicos, os bolsos se misturam, negócios públicos e negócios privados são praticados como se fossem da mesma natureza, e motivados com o mesmo fim.

Creio que é preciso que a Assembléia Legislativa e as autoridades responsáveis nesse Estado se dêem conta, e, acima de preconceitos, e acima de idiosincrasias, sejamos capazes de compreender que é preciso dar um paradeiro à situação que se estabeleceu em nossa cidade, capital do Estado do Paraná. Os negócios se misturam e a única ameaça em resposta que tive de todas as denúncias que ao longo dessas três semanas aqui fizemos, em todos os cantos, nos órgãos de comunicação, foi a ameaça que foi do Senador "Zé Banqueiro" de me processar formalmente.

Estou preparado para enfrentar o Senador Banqueiro, como estou preparado para enfrentar todos os seus capachos, porque enfrentei gente ainda mais brava e com direitos ainda mais amplos do que têm esses senhores. Estou preparado para enfrentá-los penal e civilmente, porque sei, há

lesões aos interesses públicos, há graves lesões à administração de Curitiba, e é preciso que nós, sem preconceitos, entendamos que as denúncias que vêm sendo feitas por mim desta tribuna, e que há muito tempo vêm sendo feitas por Sua Excelência o Governador do Estado, estão a merecer uma atitude, que é a atitude de condenação frontal aos negócios públicos se confundindo com os privados.

Como curitibano, paranaense, como homem do Oeste do Estado que aqui nasceu, não posso aceitar que a Prefeitura da Cidade de Curitiba se transforme num balcão de negócios do Bamerindus e de nenhuma outra interessada particular, e é isso que nós temos, temos os interesses dos empreiteiros, começando pela empreiteira Greca, que se faz representar por outras quatro empreiteiras que atuam nas licitações fraudulentas e viciadas da Prefeitura de Curitiba. Licitações viciadas e fraudulentas por conta de uma legislação que permite que licitações de obras e serviços de engenharia até dois bilhões de cruzeiros sejam processadas sem prévia publicidade na imprensa particular ou na imprensa oficial.

Estamos diante de uma situação de superfaturamento das tarifas de transporte, e nada mais claro para manifestar a revolta e a repulsa da população de Curitiba a usura que se pratica no transporte coletivo, do que a recente manifestação dos estudantes secundaristas na Praça Tiradentes, que não foi patrocinada pelo PMDB de quem sou vice-Presidente, ou da Bancada do PMDB da qual sou vice-Líder, mas foi patrocinada pela revolta de quem já não suporta mais a usura, a corrupção e as falcatruas que se estabeleceram em Curitiba. E parece que nesse Estado, mais do que o Governador, mais do que a Assembleia Legislativa, mais do que as lideranças políticas e populares, quem manda são cinco famílias, quem manda são cinco Senhores. Cinco Senhores dizem o que é bom e o que não é bom para o Paraná.

Todo um esforço se faz na área de construção de escola, de construção de hospitais, é a Ferrovia da produção que está se concretizando, mas nada disso repercute nos meios de comunicação, mas o que repercute é a palavra do Zé Eduardo, o que repercute é a palavra do ex-Prefeito Jaime Lerner, o que repercute é a palavra do Prefeito Rafael Greca, todos mancomunados numa cumplicidade criminosa contra os interesses do Estado. É assim que eu vejo, com extrema indignação, que a CSN, Companhia Siderúrgica Nacional, foi entregue a Grupos privados, e entre esses o Bamerindus, e o Senhor proprietário e Chefe Comandante do Bamerindus é Ministro da Indústria e Comércio.

A privatização se faz com as empresas estatais brasileiras, mas quem compra é uma consorciada, é um banco de propriedade de um Ministro de Estado. Estamos diante de uma situação extremamente grave um Ministro de Estado que é proprietário e dono de um Banco se propõe participar de uma licitação a base de leilão fraudulenta sob todas as formas e denunciada, inclusive, Deputado Algaci Túlio, pelo Sr. Chefe, Comandante, homem de luta e de história no Partido Democrático Trabalhista, trabalhista histórico Leonel de Moura Brizola, que denunciou os vícios na privatização da CSN, entre os compradores da CSN está o Sr. José Eduardo que é Ministro de Estado, e o Código Comercial Brasileiro é suficientemente claro e é de 1850 "é vedada a atividade de comércio aos agentes públicos".

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a denúncia que aqui se põe é uma denúncia não só para levantar a questão sobre os interesses que rondam e ameaçam o Paraná e o Brasil.

Eu creio que os patriotas, os nacionalistas e democratas sejam capazes de romper com as corporações e interesses locais e indicar um novo caminho, o caminho de salvação nacional de romper essa prática menor, os crimes menores que se praticam a nível local para que nós sejamos também capazes de reverter uma situação mais grave que se põe no plano nacional do acumpliciamento entre o setor privado e o setor público...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O tempo de V.Exa. está encerrado.

O SR. LUIZ H. BONA TURRA - Concedo aparte ao Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - V.Exa. foi muito, não direi inteligente, mas um tanto quanto indelicado, porque deixou esgotar o tempo para que eu não pudesse fazer o aparte da maneira como eu queria e no momento em que eu queria, mas eu irei a tribuna na sequência para falar algumas coisas, dar-lhe algumas respostas, agora eu gostaria que o dia em que V.Exa. tiver a moral suficiente, como vice-líder do PMDB, de vir até a esta Casa e explicar a nós parlamentares, com as lentes deste óculos que está aqui nos olhos do Ferreirinha em que de um lado aparece o Governador Roberto Requião e do outro o Sr. José Carlos Martinez, explicar onde é que está indo o dinheiro do povo do Paraná, das publicidades que o Sr. Governador está fazendo a nível de jornais, não só de Curitiba, mas na folha de Londrina e outros jornais, V.Exa. terá a moral suficiente para...

(soam os tímpanos)

(Vozes sobrepostas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos tocar num assunto mais ameno nesta tribuna. Eu soube que semana retrasada, o Secretário de Segurança do Estado do Paraná, numa reunião no Município de Pinhão, onde estavam prefeitos municipais da região central do Estado, disse textualmente de que o PT e a igreja no Paraná incitam a ocupação de terras no nosso Estado.

Tenta obviamente com isso debitar na conta das organizações que defendem a Reforma Agrária os conflitos do campo e me parece que esta afirmação do Secretário de Segurança, ela vem sendo articulada com outras iniciativas não muito louváveis.

No dia de ontem foi tomado em juízo depoimento dos acusados da morte dos três policiais no Município de Campo Bonito e o fato que surgiu nesse depoimento perante o juiz, foi de que um dos envolvidos disse textualmente e descreveu em detalhes a tortura que foi submetido por um comando da Polícia Militar, para que depusesse e para que afirmasse sobre o envolvimento de um padre no fornecimento de armas aos sem-terras.

Então aquela versão que veiculada na região Oeste do Paraná de que um sem-terra falava que levava armas para o acampamento juntamente com o padre, está hoje esclarecida. Isto foi obtido por torturas de integrante da Polícia Militar.

Eu acho muito hipocrisia de um Secretário, de um Secretário de Segurança, exatamente no Município de Pinhão, fazer este tipo de afirmação.

Temos aqui o testemunho da Deputada Emilia Belinati, Deputado Paulo Maia, Deputado Mário Bezerra e diversos outros Deputados de quando nós estivemos em Pinhão, onde nós tomamos conhecimento de um poderoso madeireiro da região de posseiros que tinham posses seculares que vinham de seus avós; eram obrigados, na ponta do fuzil e do revólver, obrigados a assinar documentos nos quais renunciavam os seus direitos. A Comissão Especial da Assembléia Legislativa apurou esses fatos, recomendou com absoluta clareza a necessidade de o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança, efetuar um desmonte da milícia particular do madeireiro, promovendo o desarmamento.

Ei quero fazer uma pergunta aos Srs. Deputados que estão aqui: qual a providência que o Secretário da Segurança tomou com relação à pistolagem lá em Pinhão? Ne-

nhuma! Quando nós falávamos, o ano passado, desta tribuna que estavam se armando milícias no Estado do Paraná para combater sem-terras, diziam que estávamos delirando, o Secretário da Segurança dizia isso e na semana seguinte ele foi obrigado a ir a Cascavel receber dos sem-terras diversas metralhadoras e armas pesadas tomadas de pistoleiros que foram entregues à Secretaria de Segurança. E até agora, o que foi feito? Quem está preso?

Nova Fátima também, recentemente, o Deputado Ovídio veio à tribuna mostrou as balas de armamento pesado. O que o Secretário de Segurança fez para desarmar os pistoleiros? Avisou com dois dias de antecedência que ia fazer uma batida no local e, obviamente, o pessoal sumiu com as armas.

Nós temos clareza de que o Governo do Estado não tem os instrumentos jurídicos para pacificar o campo através da reforma agrária. Nunca pedimos isso nesta tribuna, mas o Governo do Estado tem a obrigação de agir com dureza sobre todos aqueles que ameaçam a ordem pública, que ameaçam a incolumidade física de pessoas no nosso Estado.

Então, eu quero aqui registrar a minha decepção profunda por este Governo que de um lado se diz defensor da reforma agrária em palavras; do outro, tem um Secretário que usa argumentos obtidos em tortura, usa os mesmos argumentos daqueles que obtinham confissões através de tortura.

Nós esperamos, sinceramente, que o Governo do Estado abra o olho sobre o que está acontecendo no Paraná porque eu tenho certeza de uma coisa: a história cobrará muito caro do Governador. Agora mesmo foi colocada aqui a fotografia do Ferreirinha, e infelizmente os personagens que estão surgindo no Paraná não são fictícios não. Não são fabricados. Eles são recentes, o sangue ainda está fresco, escorrendo por aí. Nós estamos vendo policiais militares sendo vítimas desses conflitos, estamos vendo trabalhadores sem-terra sendo vítimas e nada se faz para desarmar os conflitos do campo.

Eu apenas espero que o Governador do Estado tenha um mínimo de grandeza e faça uma limpeza que está sendo necessária na Secretaria de Segurança e alguns comandos da Polícia Militar, até para preservar o respeito que merece a nossa corporação militar que tem prestado um serviço duro, difícil no Estado do Paraná de combater a criminalidade, mas tem sido extremamente mal paga e mais do que isto eu tenho observado que a Polícia Militar, os policiais e os soldados do Paraná não têm o pastor que deveriam ter a altura do trabalho e da dignidade que eles têm.



Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa e a Assembléia Legislativa agradecem a presença do nosso conterrâneo, Dom Alberto D'Orleans e Bragança e a sua digna esposa, desejando que sempre voltem ao Paraná e que sejam felizes na empreitada que agora estão conduzindo no nosso regime democrático, pleiteando a Monarquia para o nosso País.

Sejam sempre bem vindos ao Paraná, Príncipe e esposa do Príncipe. É o sentimento que a Assembléia tem com relação a família real brasileira.

Segue-se a Sessão com a palavra do Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ C. ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, família real que se ausenta do Plenário, visitantes, dois assuntos nos trazem nesta tarde aonde já os oradores que nos antecederam deram mostras à família real quão difícil é o exercício de um Parlamento onde as idéias se conflitam, mas sempre a democracia é fortalecida e a razão é estabelecida acima de uma posição pessoal.

Vimos de que nesta tarde e neste Paraná, S.Exa. o Governador haverá de ter palavra para reconduzir ao cargo da chefia do 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros o Major Carvalho que foi injustamente na CPI ao Coronel Comandante daquela Corporação envolvido, conjuntamente, com a correção do nobre Deputado Rosinha, no IPM, envolvido injustamente e a CPI desta Casa vendo que a verdade realmente iria ser estabelecida, esta própria Presidência do Dr. Rosinha e do Relator Oswaldo Trevisan, tomando conhecimento de que a justiça deste Paraná que ainda realmente identifica quem tem razão, da inocência ser provada, dos culpados serem punidos, foi inocentado o Major Carvalho e o Coronel Nivaldo que nada tem a ver com aquele IPM e com esta CPI que esta Casa está em trabalhos quase que concluídos. Este é o primeiro assunto aonde pedimos através de um Requerimento que o Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná reconduza àquele cargo que injustamente lhe foi tirado por esse apontamento injusto naquele IPM.

O segundo assunto envolve esta Casa, envolve o nosso Estado e também é responsabilidade do nosso País. É a famigerada ponte da morte do Rio Tibagi, ponte essa que ceifou dezenas e dezenas de vidas, em um único acidente mais de treze mortos. O Paraná todo levantou-se. Os Deputados Federais, a nossa imprensa registrou o fato por uma, duas dezenas de oportunidades e nada sobre a ponte do Rio Tibagi foi feito até agora e aqui está o testemunho do Deputado Toti Colaço, do nosso companheiro

Domingos de Castro, do Djalma, do Plauto, do Machuca, de todos nós da região de Campos Gerais, do Cezar Silvestri de Guarapuava, de vocês todos que ali transitam.

Um único veículo pesado é que tem a permissão de passar porque não tem outro lugar, porque outro vem em sentido contrário. Corredor de exportação do Porto de Paranaguá, entrada essencial para o Mercosul que vem aí a galope, chegando até o Porto de Paranaguá, e as nossas autoridades maiores desse Estado e dessa Nação, de mãos atadas, de olhos vendados para este grave problema que tem a família paranaense e brasileira que ali transita.

Vergonha a nós que temos mandato, vergonha aos Deputados Federais do Paraná e especialmente da minha cidade, Deputado inoperante que deveria pegar a bandeira primeira e levar aquela reivindicação e agora quando se avizinha, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e nós estivemos no Congresso Nacional - a nova Lei de Diretrizes Orçamentárias e lá testemunhamos de que nada há sobre a ponte do Rio Tibagi, nada há em termos federais.

O Sr. Plauto Miró - Deputado, um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Se a Mesa consentir no Pequeno Expediente, com muito prazer, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O aparte está livre para Vossa Excelência concedê-lo.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Com muito bom gosto.

O Sr. Plauto Miró - Meu companheiro, amigo, Luiz Carlos Zuk, como citou o Major Carvalho, uma pessoa que foi punida sem ter por que ser, sendo uma pessoa de Ponta Grossa que lá trabalhou por um período de mais de 20 anos. Enquanto teve suas funções, realizou-as com a maior capacidade e seriedade possível.

O seu requerimento vem numa hora muito boa e espero que o Comando da Polícia Militar repare esse dano causado. Na questão da ponte que passa sobre o Rio Tibagi, reivindicação muita antiga da nossa região, tenho certeza que Deputados anteriores, tanto a nível estadual como federal, que é por quem essa resolução, porque é uma rodovia do Café, uma rodovia Federal, mas quero dizer que lá estive no ano que se passou, vendo esse problema, porque ali acontecem muitos e muitos acidentes e dentro do Ministério dos Transportes tem um

projeto, através do DNER que está pronto.

Faltam apenas os recursos para que aconteça e executem essa obra e ali solucionem o problema. O projeto existe, está dentro do DNER e falta meramente ser viabilizado o recurso para que se execute e se resolva o problema dessa rodovia.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Deputado Plauto Guimarães, eu agradeço e queria dizer que esse recurso é viável.

Nós lá estivemos e verificamos que a Nação Brasileira precisa de alguém a orientar o caminho a ser seguido.

O Ministro que lá se assenta como Ministro dos Transportes, merece do Paraná o chamamento da sua presença física em nosso Estado.

Recentemente aqui esteve o Ministro da Educação nos transferindo 800 bilhões de cruzeiros, onde Sua Excelência, o Governador repassou à entidade assistencial maior de Curitiba, 5 bilhões à Santa Casa de Misericórdia, pela dificuldade que passa.

Oportunamente estaremos entrando com um requerimento. A Santa Casa de Misericórdia que teve, no ano passado, por gestão do então Presidente Anibal Khury, repassada uma verba que sobrava no orçamento desta Casa e que deu um alento para que a Santa Casa da nossa cidade não fechasse. Tenho certeza que nesse requerimento, queria que a Mesa colocasse como autores da Ponte do Rio Tibagi e da recondução do Major Carvalho à presença do nobre Deputado Djalma de Almeida Cesar, do Plauto, do Toti que na CPI também falou em nome do Carvalho e do nosso companheiro Machuca e Domingos de Castro, para que desse uma posição da região dos Campos Gerais, que é atendida pelo 2º Grupamento do Corpo de Bombeiros da cidade e que a ponte do Rio Tibagi seja uma reivindicação da família pontagrossense, da família paranaense e tenha o respaldo dessa Casa e que também faz parte da família brasileira.

Obrigado Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Mário Bezerra. A Mesa informa que no pequeno expediente, não são permitidos apartes. Concedeu a liberação porque já havia havido apartes aos outros oradores.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, não era minha intenção primeira usar da tribuna para responder ao Deputado Turra, mas como eu devo uma resposta a esse Deputado, que não sei porque cargas d'água levanta uma questão totalmente estranha aos trabalhos desse Poder. Porque a Assembléia Sr. Presidente, Srs. Deputados, não tem que ficar se imiscuindo

junto a empresas privadas como é o caso do Bamerindus. Eu só gostaria de perguntar ao Deputado Bona Turra quando ele levantou a questão do patrocínio do Bamerindus no evento do Aniversário dos 300 anos de Curitiba, porque ele não citou as outras empresas que também patrocinaram esse evento da Capital do Estado.

Está aqui o mesmo Jornal que inclusive eu tive a liberdade de tomá-lo emprestado do nobre Deputado Turra, que tem o patrocínio aqui da Varig, da Lard, da Araucária e uma infinidade de outras empresas que patrocinaram o evento. Aliás evento público que deveria por obrigação o Banco do Estado do Paraná patrocinar, mas não patrocina nada, que seja social e cultural do Paraná, porque dinheiro que o Banco do Estado aplica é na autopromoção do Governador Roberto Requião, ao invés de patrocinar o evento como o Aniversário dos 300 anos de Curitiba, não, criticam a empresa que tem representado o Paraná muito bem a nível de Brasil. Um Banco que tem representado grandes serviços sociais e que não visa só o lucro. Mas o Governador Roberto Requião, incansável provocador tem que aqui através dos seus procuradores, pra tentar futricar a vida de uma empresa que nada faz mais a não ser fazer com que o Paraná cresça, a não ser fazer Assistência Social, dar empregos, etc...

Quando V.Exa. se referiu a "capacho" naquela tribuna, referia-se a Deputados que defendem Empresas Privadas nesse Estado. Eu me senti ofendido, mas deixei Vossa Excelência prosseguir o seu pronunciamento.

Eu me refiro aos Deputados que representam o Governador, porque falam em nome dele naquela tribuna e todo mundo sabe da antipatia que Requião tem por José Eduardo de Andrade Vieira, aliás, uma antipatia gratuita, porque José Eduardo nunca fez nada contra o Senhor Governador do Estado do Paraná. Infelizmente o Governador não teve obra nenhuma a apresentar ao Paraná, ele sempre inventa um fato novo para aparecer na mídia, ele quer brigar com o Senador, mas o Senador e Ministro agora, não baixa o nível à altura do Governador do Estado do Paraná, para que não se misture nessa lama que aí está realmente promovendo o Paraná.

Quero dizer ao Deputado Bona Turra, que não procedem suas acusações com referência ao Bamerindus, ao evento "300 anos de Curitiba". O Governador sente-se sim frustrado por não ter participado de uma festa que foi um exemplo para o mundo, quando mais de cinquenta mil pessoas compareceram aqui para prestigiar a apresentação de José Carreras. E atrás de tudo isso, vem o marketing do Paraná para o Brasil, um Estado que ainda é uma ilha, em



Curitiba, terça, em 06.04.93

virtude também dos seus empresários e não só pela mídia gratuita e barata promovida pelo Governador Roberto Requião.

E a partir da semana que vem, eu até desafio o Deputado Bona Turra a vir apresentar aqui, de fato, as obras que o Governador do Estado do Paraná tem promovido, porque infelizmente todos os Prefeitos que eu converso, não têm, de fato, apresentado nada que o Governador tem feito, simplesmente conversa fiada, Governador de mídia, gasta muito mais que o Álvaro Dias gastou na época em que foi Governador do Estado. O Álvaro teve os seus predicados e isto não acontece com referência ao Senhor Governador Roberto Requião. Que não venha ele tentar denegrir a imagem do Paraná, através dos empresários que muito bem o representam, para querer aparecer na mídia nacional.

Estaremos aqui dizendo, Deputado Bona Turra, daquilo que o Governador Roberto Requião deixou de fazer e aquilo que ele poderia fazer. Já se passa mais da metade do seu governo e ele nada apresentou. Está para deixar o Governo do Paraná, porque vai ser candidato, e nada apresentou ao povo paranaense. Vossa Excelência realmente não procede o seu pronunciamento quando Curitiba tem um prefeito que é exemplo para o Brasil, quando Curitiba tem um banco aqui instalado, que é uma empresa genuinamente brasileira, faz com que o Paraná se destaque no Brasil. Mas Vossa Excelência falar pelo Governador, tentar denegrir o aniversário da cidade, tentar jogar terra naquilo que realmente é o melhor que o Paraná tem a apresentar para o Brasil.

O Bamerindus não tem nada a ver com o Poder Legislativo e Vossa Excelência não tendo nada a apresentar, vem aqui tentando atirar pedras no Ministro José Eduardo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados. Aqueles que hoje nos dão a presença com muita satisfação nesta Casa.

Apresento-me talvez a alguns aqui, dizendo da honra e do orgulho de ter sido parceiro do melhor prefeito do Brasil e um dos melhores prefeitos do mundo, tive a honra de defender a minha cidade de Curitiba como vice-Prefeito e em 22 ocasiões como prefeito.

Eu não sou advogado, não sou formado pela Faculdade de Direito de Curitiba. Sou formado sim, pela escola da vida, que me ensinou, acima de tudo, ter coerência, ter responsabilidade e ter amor pela minha cidade.

Dito isto, eu queria dizer ao "Verea-

dor de Curitiba", Bona Turra, que eu preferiria, nesta tarde aqui, depois de uma campanha belíssima que esta Assembléia teve a nível nacional, quando lá fomos uma delegação de Parlamentares, representar o Estado, preferiria que Vossa Excelência lá também estivesse, enfrentando a dureza que nós enfrentamos na capital do País, procurando convencer os Parlamentares de que o Estado do Paraná não podia ser retalhado. Felizmente Vossa Excelência preferiu ir à Cuba, era mais interessante a Vossa Excelência, mas à Brasília, para defender o Paraná, não! Vossa Excelência preferiu vir à tribuna hoje à tarde, aqui, com uma tremenda dor de cotovelo. Parece que Vossa Excelência não mora em Curitiba, ou se mora, tem raiva desta cidade! Não quer dar o braço a torcer de que esta é a melhor cidade do Brasil. E não é o ex-vice-Prefeito que está dizendo, é a imprensa a nível nacional e a nível internacional.

Vossa Excelência deveria ter convencido o Governador do Estado do Paraná, ou até mesmo Vossa Excelência como "Vereador de Curitiba", deveria ter estado no dia 29 no palanque da Marechal Deodoro representando o Estado do Paraná, e pasmem, Senhores, a capital do Estado que sedia o Palácio Iguazu, não tinha um único representante lá no palanque!

O que isso representa? Simplesmente a dor de cotovelo, não querer dar o braço a torcer para o grande evento que se fez e que se tornou cada vez mais conhecida essa cidade a nível nacional e internacional.

Tivemos autoridades nacionais aqui, tivemos Ministro no palanque ao lado do Prefeito Rafael Greca, ao lado do ex-Prefeito Jaime Lerner, ao lado de prefeitos que passaram por Curitiba, mas lá não estava o Senhor Governador que foi prefeito desta cidade, e é bom que os Senhores que vêm do interior saibam disso, o respeito que esse homem tem para com a capital do Estado que lhe deu o orgulho de ele ser prefeito da cidade. Lá não estava ninguém do Governo do Estado, nem sequer o seu representante poderia ter pedido ao Deputado Bona Turra para que fosse lá representar o Governador do Estado, ou pedir ao Sr. Doá-tico Santos, sei lá, alguém do Palácio, mas nem isso fizeram.

Agora vem Vossa Excelência aqui levantar suspeitas, dúvidas com relação ao investimento que foi aplicado no aniversário da cidade, que possibilitou que Curitiba pudesse ser vista pelo mundo inteiro, praticamente, com transmissão direta para o Brasil, com a presença aqui de jornais de todo País que rasgam elogios à Curitiba.

Vossa Excelência deve ter uma raiva dessa cidade que o acolheu, parece-me que Vossa Excelência é do interior, veio para cá, como me parece, Diretor do DECOM, tam-

bém um órgão do Governo do Estado, que aliás tem muita coisa a ser esclarecida, aliás, antes da gestão do nobre e meu amigo ex-vice-Prefeito Adhail Sprenger Passos.

Vossa Excelência deveria ter subido naquela tribuna e dito o que acontece no Paraná, que é governado pelo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, a miséria e a apatia oficial. Mulher grávida mora de favor em canil, em canil, com mais dois filhos e pretende doar a criança que ainda vai nascer. Isto não está acontecendo na Índia, nem na Somália, nem mesmo no Nordeste do Brasil, mas aqui em Londrina, aqui no Estado do Paraná.

Vossa Excelência deveria ter vindo discutir a matéria do jornalista Joel S. Vais Neto, que escreve no Jornal Indústria e Comércio: "A queda de Requião". Vossa Excelência deveria ter vindo aqui e ter dito a esse Plenário que está preocupado com mais de um milhão e oitocentos mil miseráveis que moram neste Estado do Paraná, uma população pouco superior a nove milhões, nós temos um milhão e oitocentos mil miseráveis neste Paraná, e perde feio para São Paulo, que com mais de 31 milhões de habitantes... Vossa Excelência me dê o horário do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência agora está usando o horário do PDT.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Só uma informação. Não é o Deputado Luiz Carlos Martins que está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ele está usando o horário do Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TÚLIO - Vossa Excelência vindo de São Paulo com 31 milhões de habitantes, tem cerca de dois milhões e quinhentos miseráveis, tem menos que o Paraná.

O SR. Bora Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ALGACI TÚLIO - Da mesma forma que Vossa Excelência me tratou, lhe tratarei também. No final do meu pronunciamento, lhe darei aparte com tempo suficiente para que Vossa Excelência possa retrucar aquilo que estou dizendo nesta tribuna, não como Vossa Excelência fez, de lá.

Vossa Excelência deveria ter vindo à esta tribuna e ter procurado esclarecer essa matéria: "Requião e Ferreirinha no banco dos réus do TRE daqui a trinta dias". Se comprovada a farsa, o Tribunal poderá cassar o Governador. Nós até nem

queremos que isso aconteça, senão Requião vai virar vítima. Nós nem queremos que isso aconteça, que não cassem o Governador.

E aqui na lente do óculos do Ferreirinha, do lado esquerdo o Governador com seu olhar de quem está chorando, preocupado, e do outro lado rindo à toa, quem sabe da cara do Governador, está o Senhor José Carlos Martinez, que segundo se fala, e o Palácio do Governo ainda não desmentiu, fez um acerto para salvar a sua rede de televisão, para aliviar a barra do Governador com relação ao processo que está no Tribunal Regional Eleitoral.

Vossa Excelência deveria ter ocupado a tribuna também, como paranaense que é, para ter vindo aqui se preocupar e dizer porque é que o Paraná perdeu 49.448.000 empregos em 92, a crise, e vejam, por incrível que pareça a matéria está no Jornal Correio de Notícias: "A crise bateu forte no Paraná em 92 e nem a Administração Pública escapou, 9.977 servidores foram contratados e 17.407 demitidos."

Vossa Excelência poderia também ter ocupado a Tribuna para dizer da sua preocupação com esta foto que não é da Somália, que não é da Índia, que não é do Nordeste, mas que é do Paraná, onde diz: "Uma luta contra a fome do Paraná."

No mapa da fome o Estado do Paraná é o 7º do País em números de indigentes com um milhão e oitocentos. Por que que Vossa Excelência como homem do Governo do Estado, que deve estar a par dos números, não vem contestar isso aqui na tribuna? Vossa Excelência traz para esta Casa problemas referentes à Câmara Municipal de Curitiba.

Eu acho que Vossa Excelência errou endereço de Plenário, endereço de Casa, Vossa Excelência deveria estar lá no Palácio 29 de Março, não aqui nesta Assembléia, onde aqui nós queremos discutir sim as coisas do Paraná num todo, inclusive Curitiba, Região Metropolitana.

Agora vem Vossa Excelência dizer que o show do Carreras, porque o Bamerindus. Ora! O Governador do Estado segurou o dinheiro do Estado por mais de quinze dias, não aplicou nada no Estado, vai perguntar aos Prefeitos que são do seu Partido, não utilizou o dinheiro para reequipar a Polícia Militar, a Polícia Rodoviária, para combater o cólera, a fome, a miséria, o desemprego; mas deixou aplicado, deixou lá encostado para fazer número, para fazer soma no Banco do Estado do Paraná e depois vem tirar a fotografia com o Presidente do BANESTADO, e de repente ele que tanto combateu o banco do banqueiro, ele tornou-se o maior banqueiro do Paraná.

Ora Senhor Deputado, eu gostaria de poder vir a esta tribuna tantas quantas vezes fossem necessárias, não para vir

aqui desmentir a mentira que Vossa Excelência faz daquela tribuna, mas discutir os assuntos do Paraná, a situação do nosso Estado que está caótica. Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu permito, permite-me Senhor Presidente, só um minutinho para que o Deputado tenha direito ao aparte, o direito que ele não me permitiu anteriormente.

O Sr. Bona Turra - Agradeço nobre Deputado Algaci Túlio. Mais uma vez quero cumprimentá-lo pelo fato de aqui não fazer a defesa do indefensável.

O SR. ALGACI TÚLIO - Eu farei a defesa de todos aqueles que Vossa Excelência injustamente acusar aqui nesta Casa.

O Sr. Bona Turra - Vossa Excelência traz questões que são impertinentes à matéria inicial, mas poderia tratar cada uma delas. Recebi ainda há pouco uma comunicação de uma, apenas uma das áreas de Governo, e que responde por si só, e em seguida passarei a Sua Excelência, Deputado Mário Bezerra, sob o meu comando direto de um pequeno departamento, uma pequena autarquia, nós concluímos em dezoito meses 3.269 obras, está aqui o relatório; e entregamos 1.500 obras em andamento. Vossa Excelência com certeza deveria empenhar o melhor das suas forças para em Brasília reverter uma decisão que decorria do oportunismo de um membro do Partido de Vossa Excelência...

(Conversas paralelas)

O SR. ALGACI TÚLIO - O seu minuto já esgotou Senhor Deputado porque Vossa Excelência vai ficar fazendo discurso paralelo, Vossa Excelência ocupa depois o horário da Liderança do PMDB, volta amanhã, mostra os seus números aí a gente vai debater em cima disso. Eu queria completar Senhor Presidente para dizer que eu estou colocando à Mesa hoje o Requerimento de minha autoria onde focaliza matérias do Jornal Indústria e Comércio que mostra aqui dez reportagens: "A perda do Estado do Paraná nos dois anos do Governador Roberto Requião..."

(Conversas paralelas)

...até agora não foram implantadas. Não sei donde é que ele está implantando. Tolerância com invasões que resultam em mortes de pessoas...

O SR. BONA TURRA - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com a palavra o Deputado Bona Turra.

O SR. BONA TURRA - Senhor Presidente, o

Deputado Algaci Túlio me concedeu um aparte e, depois, cassou-me a palavra. Eu gostaria então...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Continua com a palavra o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu agradeço.

Deputado Bona Turra, eu não lhe cortei o aparte por medo de que Vossa Excelência me trouxesse alguma pergunta. Pelo contrário, eu sou um Deputado já de duas gestões, o povo me elegeu e me trouxe aqui, e eu tenho experiência com os outros Deputados aqui.

O Sr. Bona Turra - Duas legislaturas, Deputado?

O SR. ALGACI TÚLIO - Uma e meia e mais uma de Vereador.

Vossa Excelência entrou aqui como suplente, apesar de ser advogado pela Faculdade de Direito de Curitiba. Espero que Vossa Excelência venha um dia eleito pelo povo e não a reboque da Bancada do seu Partido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

Eu só queria registrar a presença neste Plenário do Dr. Guajará Gazele, conceituado médico da região Sudeste, pioneiro da região, e que hoje se faz presente aqui nesta Sessão nos visitando.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa, igualmente como Vossa Excelência sente-se orgulhosa pela presença de ilustre autoridade.

No Grande Expediente por trinta minutos com a palavra o Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, esta Casa deve ser o local de ressonância daquilo que está acontecendo não só no Brasil, mas principalmente no Estado do Paraná.

Diante do que nós presenciamos em Brasília na questão da divisão do Estado do Paraná, pegando uma parte importante do Estado e outra parte de Santa Catarina, nós achávamos que tinha sido coisa de De-

putado que não tinha o que fazer, sentado no Plenário, pensando numa bandeira para alavancar votos, entrou com este projeto; que no início era uma brincadeira, mas, depois, passou a ser muito sério.

Ieverks aproveitar este episódio todo, Deputado Alborghetti, Senhora e Senhores Deputados, para refletir não sobre Santa Catarina porque eles têm que refletir, mas sobre a minha casa. É muito fácil enxergar o cisco no quintal do vizinho e esquecer a sujeira do nosso quintal. O Paraná, na verdade, é o nosso quintal, o quintal da nossa família, da nossa casa e que deve ser preservado, defendido.

Eu havia me inscrito já na semana passada para este Grande Expediente e guardei uma reportagem que saiu no Jornal Folha de Londrina, domingo, dia 28/03/93. O

companheiro Deputado Algaci Túlio muito bem lembrou, mas eu tinha já guardado essa reportagem porque ela tem muito a ver com a nossa atuação, tem muito a ver com esta Casa, com a Assembléia Legislativa.

É vergonhoso como Deputado, nós que fomos para as ruas, para os palanques, para os meios de comunicação deve envergonhar-nos esta manchete: "Fome se alastra pelo Paraná." Eu não sei se os companheiros leram e refletiram em cima dessa manchete. E a outra Manchete dentro da Folha, diz o seguinte: "A luta contra a fome no Paraná", no mapa da fome o Estado do Paraná é o 7º do País em número de indigentes com 1.800.000 pessoas.

Não é em Alagoas, não é no Rio Grande do Norte, não é no Ceará, não é na Bahia, é no Paraná o 7º Estado do Brasil em fome. E eu tenho certeza, e vocês podem ter certeza que não foi a bancada do PT, porque senão poderiam alegar que era a bancada do PT que apresentou esses números, eles têm até crédito para isso.

Esse levantamento é oficial, ele é sério e deve nos acordar neste instante.

Todos os dias pela manhã e no início da tarde, apenas um trechinho "Fabiola Vieira de doze anos sai de casa para ir a igreja, não para rezar, mas para matar a fome", porque ir a igreja e rezar é muito fácil, agora o difícil é sair da igreja e fazer aquilo que se reza. Cedinho a garota vai pegar um litro de leite e as duas horas um balde de sopa que serão repartidos com os irmãos. A mãe Maria Ferreira trabalha como empregada doméstica, três vezes por semana para ganhar 800 mil cruzeiros. As despesas das passagens dos ônibus consomem 27% do seu salário. O pai é pedreiro e não é sempre que tem emprego garantido.

Como a família da Fabiola, outras 70 famílias encontram comida distribuída pela paróquia de Florestópolis, no Norte do Estado, uma maneira de sobrevivência.

Alguém vai dizer: o padre dessa igreja

é da Igreja Progressista, esse padre é comum, alguém vai dizer isso, por ele estar matando a fome.

Em Florestópolis e Santa Mariana, no caso de Santa Mariana a prefeitura distribui diariamente sopa para 900 pessoas. As famílias são cadastradas como carentes.

Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada de Brasília, elas não passam de indigentes ou paupérrimas, mendigas, na mais fria tradução da palavra no dicionário de Aurélio Buarque de Holanda e continua aqui a reportagem:

"Em todo Paraná existem segundo estatística do DEA um milhão, oitocentos e três mil e quarenta e três pessoas indigentes, a Coordenadora de Política Social do Instituto, Ana Maria Peliano informa que 39,21% encontram-se na zona rural do Estado".

39,21% desses indigentes se encontram na lavoura, na zona rural e tem uns depoimentos aqui que realmente chocam a gente.

Por exemplo: "Mulher grávida come raízes". E não é no Nordeste não minha gente, não é no Paraíba, é aqui no Paraná.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Luiz Carlos. Martins, um aparte?

(Assentimento)

Para registrar com satisfação a presença do ex-candidato a Prefeito por Curitiba, Deputado Federal, que nos ajudou, nos assessorou, levantou a bandeira pela não divisão do Paraná, Luciano Pizzatto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Nossas boas vindas ao Deputado Federal Luciano Pizzatto.

Ao ver Maria da Silva catando raízes na favela Santos Dumont, na periferia de Cascavel, no Oeste do Estado, o médico perguntou a mulher grávida do 7º filho, se aquilo não poderia prejudicar a saúde dela e da criança e ela respondeu, mais mal do que estamos passando não é possível, Doutor.

Além de Maria, o marido Santino da Silva de 58 anos e os seis filhos também se alimentavam de mato. Nem fogo eles tinham para amolecer as raízes, lembra Adarcino Amorim, ex-Diretor do Hospital Regional de Cascavel.

Durante algum tempo toda a família passou a se alimentar das sobras e comida do hospital, a pedido do médico, até que um político encontrou um jeitinho bem brasileiro para resolver em parte a miséria em Cascavel: passagens de ônibus de ida para eles irem embora para Rondônia. Só de ida, né? Alguém aqui em Curitiba já fez isto também e se elegeu? Se elegeu, parece que foi um Vereador. Elegeu-se muito bem. Ele mandava o pessoal para lá. Passagem só de ida. É como mandar o brasi-

leiro lá para o Iraque. Só de ida. Ave Maria! Aqui nem grilo passa por perto para a gente poder matar para comer, afirma o Waldemar de Amorim, morador do Jardim Itália. O genro, a mãe, a mulher, Sebastiana dos Santos e os dois netos vivem num barraco. Nem esperanças essa família tem: Fazer o quê? Deus quer assim. A alimentação mais comum oferecida pelos mais velhos às crianças é um copo de água com uma colher de açúcar, que eles chamam de garapa. Há dias a menina Silmara de quatro meses foi internada com pneumonia, o que para os avós é um alívio. Lá pelo menos ela vai ter leite. Waldemar não tem esperança que a situação mude, mas se eu sozinho tivesse oitenta títulos de eleitor, talvez estivesse melhor. E pau nos políticos. Está mentindo? Com razão, né? Porque na época de política, na época de campanha esse pessoal até tem o que comer, né? Podia ter eleição aqui no Brasil uma vez por semana. Isto em todas as regiões do Paraná, viu?

Aqui em Curitiba também. O Carlos e a Clemair um pão por dia às duas da tarde. O catador de papel, Carlos Correia, 57 anos e sua mulher Clemair não fazem nenhum tipo de refeição por mais simples que seja. Há vários meses o casal come apenas pão seco como refeição. Refeição principal e única do dia. Comemos esse pão geralmente por volta das duas da tarde, diz o Carlos Correia. A nossa próxima refeição é feita no dia seguinte na mesma hora. Isto acontece aqui em Curitiba. E aqui nesta manchete: Fome se alastra pelo Paraná da Folha de Londrina, tem uma frase aqui que marca muito a todos nós, principalmente porque estamos na Semana Santa, terça-feira da Semana Santa. Quando não tem nadinha para comer, a gente passa com a graça de Deus.

Se isto estivesse acontecendo lá fora a gente diria: Não, a Somália é assim mesmo. O Nordeste é assim mesmo. A gente manda o dinheiro para lá e eles somem com o dinheiro. Mas é aqui no Paraná com estas terras férteis, com esta gente trabalhadora. Aqui em Curitiba mesmo nós somos prova de que muitas famílias passam fome porque têm vergonha de sair pedindo, porque foi gente que sempre trabalhou, que sempre lutou.

E nós o que que nós estamos fazendo? De repente é preciso dar um berro. É preciso dar um grito, principalmente aqueles que vivem rodeando o Governador Roberto Requião todos os dias. Aqueles que vivem fazendo afagos ao Governador Roberto Requião. E para ser mais objetivo aqueles que vivem puxando o saco do Governador todos os dias. Aqueles que não dizem a verdade para o Governador. Aqueles que vivem viajando com o Governador na mordomia do Estado, com o dinheiro do povo. E nós somos criticados porque damos cadeira de ro-

das. Nós somos criticados porque damos colchões d'água. Mas nós mesmos, e eu não apresento emenda nenhuma mais ao Orçamento do Estado. Eu não apresento emenda nenhuma e vou contar para o povo por que não apresento. Eu apresentei uma emenda no Orçamento do ano retrasado para que o Governo do Estado, naquela época um bilhão de cruzeiros, para se fazer o levantamento das pessoas que precisam de cadeiras de rodas, óculos, dentaduras, enfim, tirando este dinheiro do gabinete do Governador e colocando na Secretaria do então Secretário, o Djalma.

Então, na época do Djalma a gente ainda conseguia umas cadeirinhas, conseguia alguma coisa. Hoje a gente não consegue mais nada. Pelo contrário, o atual Secretário está fazendo campanha para se reeleger no ano que vem. Não é? Ou estou mentindo? E é nosso colega aqui. Imagine se não fosse. Não é? Imagine se não fosse! E é nosso colega! Não se consegue absolutamente nada.

Aonde foi parar este dinheiro? Esse dinheiro não chegou na Secretaria. Não chegou e nós continuamos atendendo aos pobrezinhos e somos criticados por isso, quando a nossa função não é essa. A função do Deputado não é ficar dando cadeira de rodas, mas nós não podemos ficar insensíveis diante daqueles que sofrem, daqueles que padecem.

Então, gostaria, principalmente daqueles que vivem rodeando o Governador com elogios, "puxando o saco" para que eles dissessem ao Governador Roberto Requião: "Governador, sabe por que eles queriam dividir o Paraná? É por isso, Governador. Sabe por que existe um movimento no Norte Pioneiro para se criar o Estado do Parana-panema? É por isso, Governador! E qual é o nosso papel de Deputado? Qual é a nossa função de Deputado? Será que não está na hora de acordar e se fazer alguma coisa? Esse marasmo!

E no ano que vem? No ano que vem vamos novamente para as ruas enganar o povo, iludir o povo? Vamos ter coragem de novamente dizer que nós vamos acabar com a fome, que nós vamos acabar com o desempregado ou com o desemprego? O desempregado por si só está se acabando. Que nós vamos resolver o problema de saneamento, o problema de saúde? Um milhão e oitocentos mil pessoas passam fome no Paraná e o que é que nós estamos fazendo? Acorda, Paraná! Desperta, Paraná! Desça do palanque, Paraná! Desça do palanque, Paraná, e vai para as ruas conviver com o povo ultrajado, não nos aviões que circulam. Acorda, Paraná!

O cortejo da morte, Deputado Ernani Pudell, o cortejo está aumentando cada vez mais, e esta Semana Santa é o tempo propí-

cio para meditar sobre isso.

Fu me lembro daquela cidadezinha chamada Naim e lá existia uma viúva com um único filho, e aquele filho morre e a cidade se compadece da viúva de Naim e todas correm junto com aquele jovem. A cidade pára. A cidade amortece - não tem nada a ver com o Paraná - mas a cidade amortece, a cidade adormece e chega o hora do cortejo e o cortejo vai com aquele jovem no caixão, a cidade triste, a cidade chorosa. Eis que lá na frente, do outro lado, surge uma pequena caravana: a caravana da vida, a caravana da ressurreição e na frente desta caravana, o grande Mestre Jesus Cristo. É claro que ia chegar num ponto em que o cortejo da morte ia se encontrar com a pequena caravana da vida, e aí a caravana da vida se encontra com o cortejo da morte. Param e Ele pergunta o que está acontecendo. Dizem para Ele a história toda e Ele chega perto daquele jovem que está morto - porque Ele sabia que não era só aquele jovem, Ele sabia que era toda a cidade que estava morta, que estava adormecida - Ele diz: "levante, jovem, levante". E o jovem se levantou. E quando aquele jovem se levantou, toda a cidade de Naim também se levantou.

É isto que está precisando acontecer no Estado do Paraná: levante, Paraná, pelo contrário as nossas famílias do interior estão voltando para o interior de São Paulo, de onde vieram, estão indo para São Paulo, estão vindo para Curitiba. Será que nós aqui da Assembléia, para a nossa reflexão nessa Semana Santa, para aqueles todos que são cristãos - e a maioria daqui o são - não só em época de eleições, mas também a vida toda, porque até em época de eleição é fácil ser cristão, falar em nome de Deus, chamar os eleitores de irmãos. Será que essa Semana Santa não é o momento certo para nós aqui da Assembléia, esses cinquenta e quatro Deputados, fazerem parte da caravana da vida? Será que nós aqui da Assembléia, não podemos, de repente, fazer parte desta caravana da vida, para levantar esse Paraná, acordar esse Paraná. Acho que chegou o momento de refletirmos sobre o nosso papel, o papel de Deputado, o papel de Parlamentar. Porque, todas as vezes que tive oportunidade de conversar com o Senhor Governador Roberto Requião - poucas vezes, até faz muito tempo que não conversei com ele. Tenho muito trabalho - a lida do dia-a-dia - mas todas as vezes que conversei com o Senhor Governador, fiz a ele algumas observações nesse sentido, para ele parar de fazer chacota com as pessoas, para ele parar de fazer brincadeiras com as pessoas, piadinhas com as pessoas, menosprezando as pessoas, humilhando as pessoas. Sempre disse isso para ele, sempre levei sugestões, mas num determinado

momento, percebi que não adiantava. Então fiquei na minha, aguardando o renascer, o renascer de um novo tempo, o renascer de uma nova era.

Concedo o aparte ao Deputado Costenaro.

O Sr. Costenaro Neto (Aparte) - Deputado Luiz Carlos Martins.

Realmente Vossa Excelência faz uma crônica - eu diria assim - fazendo com que todos nós reflitamos sobre a importância principalmente dessa Semana, quando se fala e se traz o homem - que é o objetivo da igreja, trazer o cristão para dentro, e fazer reflexão de todos os problemas que nos afligem. E na verdade, Vossa Excelência me faz participar principalmente por um fato registrado pelo Jornal Nacional de ontem - não sei se os colegas Parlamentares observaram ontem, uma notícia interessante. Esse Paraná, esse Brasil de homens que têm às vezes muito direito, buscam seus direitos, às vezes direitos até demais para uns e pouco demais para outros. O Padre Osvaldo, do Vale do Ivaí, um Padre popular, um Padre líder de discussões num momento em que a agricultura naufraga em dificuldades, é um líder que estava lá em São João do Ivaí - hoje em Borrazópolis - esse homem, esse Padre de boa fé, vontade de trabalhar ao ver a população que morava no seu barraco - era barraco, mas era seu - e perdeu com aquele vendaval que passou por Borrazópolis e todos nós sabemos disso. E o Padre, ao ver que muitos foram morar embaixo de um pedaço de lona, lá em Borrazópolis - Borrazópolis que tem terra rica, tem muitas riquezas: cafeicultura, algodão, tudo que é produto agrícola da melhor qualidade - mas, naquele município passaram, muitas famílias moraram lá num barraco de lona. E o Padre, usando a sua liderança, a sua fé, foi à população, aos cristãos, pediu ajuda e conseguiu reconstruir casas. Conseguiu reconstruir com seu trabalho, 11 casas e aí vêm aqueles que buscam a Lei, e dizem a notícia: enquanto o Padre armou casas, casinhas bem feitas, com 35 m<sup>2</sup>, o Padre, feliz, entregando as primeiras casas, aí vem o CREA e diz: "Não, onde está o Projeto?" Não tem Projeto, "a igreja não pode fazer casa", e multou em 110 milhões. Aí diz o Padre, que com os 110 milhões de multa que querem cobrar e ele não tem com que pagar, fatalmente ele faria mais 11 casas.

E aí é o Brasil de todos nós. É claro que reconhecemos que os engenheiros têm que defender sua classe. Mas será que para tirar um morador de um barraco maltrapilho, miserável, será que ele não tem o direito de fazer uma casinha um pouco melhor, embora fosse das esmolas que o Padre pediu na sua cidade! Mas está lá o proble-



Curitiba, terça, em 06.04.93

ma instalado. Vi ontem no "Jornal Nacional", em notícia nacional, e aí me chamou atenção, que tristeza! Na verdade estão usando do seu direito. E aqueles que ganharam a casa, será que vão ter que entregar a casa para pagar a multa?

Acho que dentro dessa reflexão que Vossa Excelência faz, rica em informações, nos comoveu sim, e também me fez lembrar que não poderia deixar de registrar esse fato, fato que, para mim, vergonhoso. Porque se nós tivéssemos fazendo as casas de 100 m<sup>2</sup> ou 200 m<sup>2</sup> na zona rural, ninguém implicaria. A casa não ia cair, mas como são casas construídas numa vila da cidade, aí é proibido, aí tem a Lei que dá direito àqueles que cobram e não importa, nem que seja de esmola.

Era isso que gostaria de registrar, dentro dessa sua reflexão nessa Semana Santa.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Concedo aparte ao Deputado Mário Bezerra.

O Sr. Mário Bezerra - Só quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que alguns Deputados da Assembléia estão acordados.

Vossa Excelência fez um pronunciamento, realmente, numa hora propícia, porque a hora é de reflexão. O pedido de reflexão que Vossa Excelência faz para a Casa, é muito importante, porque se todos os Deputados sentiram o que Vossa Excelência está sentindo agora, a partir de hoje eu tenho certeza que vai ser uma Casa mais crítica.

E se o Governador Roberto Requião não acordar por livre e espontânea vontade essa Casa o despertará para a realidade do Paraná.

Ele sairá deste sonho em que ele vive para poder vislumbrar um Paraná sofrendor onde carece uma liderança a nível de Estado, porque infelizmente hoje o Paraná está esfacelado a nível de liderança, porque o próprio Governador não tem se colocado como chefe supremo. O que nós reclamamos e conclamamos é que o Governador realmente acorde como Vossa Excelência deixou nas entrelinhas do seu pronunciamento. Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo pronunciamento e dizer-lhe que somos solidários a sua fala para que o Paraná acorde, mas simbolicamente representado pelo Governador do Estado do Paraná.

Que ele saia desse sonho que ele vive há mais de dois anos e abra os olhos para a realidade de um Estado onde abriga mais de 1.800 mil pessoas carentes e que passam fome, onde um Paraná que ainda não viu o seu Governador trabalhar, Vossa Excelência está de parabéns, um cumprimento, e gostaria que a sua fala fosse traduzida em ações pela Bancada que Vossa Excelência

faz parte, assim como a Bancada do Governo do Estado do Paraná.

Meus parabéns.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Eu quero dizer ao Deputado Mário Bezerra que esta sempre foi a minha preocupação nesta Casa desde quando cheguei, é só acompanhar a minha história aqui.

A minha cumplicidade não é com o Governo do Estado, a minha cumplicidade é com o povo do Paraná, porque até se fosse depender do Governador Roberto Requião não estaria aqui, se eu fosse depender do voto dele e dos amigos dele não estaria aqui também, eu estou aqui pelo povo do Paraná, porque se fosse pela vontade dele em 86 eu já estaria aqui, não é? Então, é bom deixar claro, e também estou falando por mim, eu não estou falando pela Bancada do Partido Progressista, o PP, é de total responsabilidade aquilo que eu estou dizendo aqui; como eu não admito, e já discuti também sobre isso de alguém chegar e dizer que o Requião é ladrão, isso eu não admito, já cheguei a ter discussões ásperas a esse respeito. Mas na questão administrativa, na questão política eu tenho sérias críticas a fazer, sérias observações a fazer.

O Sr. Bona Turra - Vossa Excelência me concede um aparte?  
(Assentimento).

A serenidade de Vossa Excelência, o modo correto como se conduz, seja na faina Legislativa, Parlamentar, seja na Comunicação Social, permite um debate tranqüilo sobre o modo como exerce Sua Excelência, o Governador do Estado, suas tarefas constitucionais.

Reunidos agora, no último sábado, em Encontro Estadual das Lideranças do PMDB do Paraná, uma das manifestações presentes entre os militantes do PMDB consistia no fato de que faltava um diálogo mais próximo, um contato mais direto entre o Governador do Estado e os militantes do PMDB, Partido de que ele é líder.

O Governador do Estado teve oportunidade de responder essa questão, e colocou no centro da sua intervenção naquele encontro a questão doutrinária, entendia o Governador do Estado que no centro do debate político devem estar as questões doutrinárias. O fato de o militante, ou mesmo o Parlamentar muitas vezes não poder desfrutar da convivência próxima, eu posso dizer, venho de uma militância de mais de 10 anos ao lado do hoje Governador, muito antes dele exercer qualquer cargo público. Eu posso dizer que depois da sua ascensão ao comando do Executivo do Estado foram cada vez mais raras e eventuais as minhas estadas com o Chefe do Governo.

E poderia imaginar que contribuições

seriam levadas se nós tivéssemos uma comunicação mais direta e cotidiana. A primeira questão, Deputado Luiz Carlos Martins, que me parece, é investigar, e aí Vossa Excelência se encarrega de esclarecer, se o Governador do Estado está cumprindo as suas atribuições mais gerais que dizem respeito a condução das políticas de Governo. E aí não é preciso ir muito longe para compreender que há um conjunto de políticas, densas, articuladas, orgânicas, no campo da habitação popular do saneamento básico, da educação pública, da saúde pública, que justificam e dão crédito a Sua Excelência o Governador do Estado. No plano pessoal de Vossa Excelência colocar de como o Governador se relaciona, as suas relações interpessoais nem sempre são bem compreendidas, porque nós estamos acostumados aqui a uma política que seria quase que a política de clientela.

Vossa Excelência representa tudo aquilo que carrega politicamente a seu estilo, um estilo afável, de diálogo fácil, de comunicação tranqüila, não é essa a forma, nem é esse o estilo do Governador do Estado, quando eu digo, é preciso romper preconceitos é preciso que nos sejamos capazes de compreender, inclusive a natureza pessoal do Chefe do Governo, mas que nem de longe compromete a condução mais geral e inclusive a natureza pessoal do Chefe de Governo, mas que nem de longe compromete a condução mais geral e inclusive a sua dedicação específica aos projetos de grande alcance social, de grande alcance econômico no Estado do Paraná. É um homem que tem acertado naquilo que é macro. Macro-economicamente, macro-politicamente, creio há acertos no Governo, e os problemas que nós temos verificado são problemas de relações interpessoais, aí eu devo concordar com Vossa Excelência. E só queria, ainda para poder colaborar, porque Vossa Excelência é um homem de extrema tranqüilidade, e com extrema compreensão se conduz nos meios de comunicação e aqui no Parlamento.

Para outra questão que é a questão que diz respeito à assistência social, ouvia muito antes do pronunciamento de Vossa Excelência, ainda quando não estava nesta Casa um pronunciamento de Vossa Excelência na Emissora Rádio Independência quando Vossa Excelência afirmava: o Governo cortou todos os investimentos que seriam aqueles referentes à assistência social. Mas aí há uma política, Vossa Excelência deve concordar, e Vossa Excelência inclusive identificou as distorções enormes que historicamente ocorreram na aplicação das verbas ditas de assistência social. Nós estamos às voltas com o escândalo da seca que é um escândalo eterno e sem que até hoje nós tenhamos resolvido isso.

Nós estamos às voltas com denúncias que ainda soam presentes de bolsas de estudos que a cargo dos Deputados eram distribuídos a amigos, a parentes, a familiares, a quem não necessitava dessas bolsas.

Eu creio, é preciso, e aí Vossa Excelência tem razão, incrementar e fortalecer um órgão, e o Deputado Djalma foi comandante nosso da Secretaria do Trabalho e Ação Social, e contribuiu com as coisas que podia para o fortalecimento da FASPAR, da Fundação de Assistência Social do Paraná.

Nós precisamos fazer com que esta Fundação seja capaz de articular o conjunto das políticas de assistência social, porque não basta apenas fazer anulação, creio que as bolsas de estudo não têm razão de ser, é preciso incrementar o ensino público, como também é preciso incrementar a saúde pública, como é preciso incrementar o atendimento público, mas há o cotidiano que precisa ser resolvido, e Vossa Excelência, eu quero me parabenizar com Vossa Excelência quando afirma que é preciso que o Governo do Estado assuma responsabilidades nesta área de um modo mais claro, inclusive unificando o setor de assistência social. Sua Excelência o Governador já manifestou intenção de fechar o PROVOPAR para, inclusive, fazer da FASPAR o grande instrumento de articulação das políticas de assistência social.

Nós temos um programa orçamentário que recursos de assistência ainda na Casa Civil, e muitas vezes não significa execução orçamentária. Eu creio, sem que isso signifique demagogia e nem a defesa de clientelismo e de assistencialismo, nós podemos reivindicar enquanto poder e enquanto forças políticas.

Que possamos ser um incremento, especialmente num momento de crise como é este que vive o Estado do Paraná, como este que vive o País.

Eu concluo, só afirmando que esta crise mais geral - a miséria, a fome - decorre da opção que fez a elite brasileira, que fizeram as elites econômicas brasileiras por um modelo de desenvolvimento dependente, entreguista e antipopular. E esse modelo tem um nome: é o modelo capitalista de desenvolvimento. E nos marcos deste poder, Deputado Luiz Carlos Martins, eu não creio, eu não acredito que nós possamos superar nem a miséria nem a fome nem as mazelas que vivem o nosso povo. Eu creio que só uma nova opção por um novo modelo, por regime econômico de natureza socialista, e democrático, e popular será capaz de fazer disso tudo um passado e construir um futuro de progresso, de liberdade e de democracia.

Eu Agradeço o aparte de Vossa Excelência.



O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Para encerrar, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Deputado Bona Turra, na verdade, é claro que eu dividi aqui a minha presença na tribuna em duas partes: a parte administrativa e a parte pessoal. Eu acabei entrando na relação pessoal. É claro que a relação pessoal contribui sim, e contribui muito, vai depender do meu relacionamento com Vossa Excelência, da forma de eu tratar Vossa Excelência, vai depender deste canal mais ou menos o seu entendimento comigo.

O Governador pode estar cheio de idéias, e ele tem uma cabeça brilhante, mas a pergunta que eu faço aqui: de que forma ele tem conduzido essa cabeça brilhante? De que forma? Criando atritos?

Vossa Excelência vem aqui e fala sobre o aniversário de Curitiba, eu como Deputado de Curitiba não tenho procuração...

Só para encerrar, Senhor Presidente.

Para defender o Prefeito Rafael Greca nem para defender o BAMERINDUS, o Ministro José Eduardo. Eu não tenho procuração! Mas, como Deputado de Curitiba, eu não posso deixar de afirmar que foi uma bela festa. Não posso! Mas também não posso deixar de afirmar que em Curitiba tem gente passando fome, em Curitiba tem gente desempregada, que as favelas estão aumentando. É preciso registrar tudo isso.

Agora, no campo ideológico, no campo doutrinário, no campo do macro eu quero dizer e afirmar, não sou eu que estou dizendo, é um órgão oficial do Governo Federal, e o jornal "Folha de Londrina" publicou, que tem no Paraná um milhão e oitocentas mil pessoas passando fome.

Será que o capitalismo aqui no Paraná é maior que o capitalismo do Nordeste? Será que o capitalismo do Paraná é mais selvagem do que o capitalismo do Rio Grande do Sul?

São essas reflexões que nós temos que fazer.

Quando eu falo dos bajuladores - eu falo com toda sinceridade do mundo, Deputado - que aplaudem tudo aquilo que o Governador faz, o Senhor não se inclui nesses bajuladores porque eu sei da sua atuação, eu sei das suas observações. Este tipo de observação muitas vezes não é bem-vinda, não é bem atendida. A bajulação é mais gostosa.

Então, é momento de refletirmos.

Volto a fazer um apelo aqui: esta Assembléia pode ser a caravana da vida, levando vida, levando alegria para uma cidade adormecida.

Viva o Paraná!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No

Horário das Lideranças, concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell, do PT.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu volto à tribuna porque infelizmente nós não temos as polpudas verbas publicitárias para dizer ao Paraná que a vaidade governa, nem para os espetáculos luminosos nas comemorações da nossa bela Capital, que consomem os recursos que faltam e que são reclamados agora da tribuna pelo Deputado Luiz Carlos Martins.

Há pouco o Deputado Bona Turra insistia na afirmação de que o Governador do Estado não é muito amável no trato com as pessoas e que isso faz parte do estilo político do Governador.

Mas fazia a defesa da doutrina, dos princípios políticos que norteavam a ação do Governo. Se eu me lembro bem o MDB foi a grande trincheira pelo restabelecimento da democracia no País.

O PMDB se me lembro bem, foi o partido que mais do que ninguém encarnava a idéia de que a democracia é um fim, jamais um meio para se atingir o poder.

Eu me lembro dos expoentes do PMDB falando da desconcentração do poder, falando da divisão do poder, falando da democracia participativa e hoje eu vejo com alegria que o Partido dos Trabalhadores é talvez o herdeiro mais legítimo dessas idéias.

Nós do PT lutamos, do ponto de vista ideológico para que tenhamos uma sociedade mais equilibrada, com melhor distribuição de rendas, de riqueza, mas principalmente nós incorporamos o nosso ideário, como um valor fundamental a defesa da democracia.

A história da humanidade, é sobretudo a história em que a sociedade se autogoverna, o povo a partir da sua consciência política começa a comandar os seus destinos e aí começam desaparecer os tiranos, começam a sucumbir os privilégios, porque o povo passa a controlar a coisa pública.

Esta é, eu acredito, a grande luta, a grande missão democrática que todos nós deveríamos abraçar.

Porém no Paraná eu sinto isso com muita tristeza. Nós temos um Governador que do Palácio Iguaçu, às vezes, faz um discurso semelhante com o discurso dos progressistas da esquerda, mas que eu sou obrigado a registrar aqui o grande desserviço, a herança que esse Governo irá deixar ao Paraná que será marcado certamente, não pelas obras de cunho social, perdoo-me o Deputado Bona Turra, porque a saúde é uma tragédia no Paraná, o orçamento da saúde hoje não abrange o orçamento do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas

somados, que realmente traduz em números que esse Governo não tem muita preocupação com a sociedade.

Nós não temos visto neste governo e principalmente no anterior uma política de desenvolvimento econômico articulada com instituições de fomento, políticas claras que pudessem pelo menos diminuir o impacto da recessão e do desemprego no nosso Estado.

O programa de habitação popular é um programa muito inteligente, do ponto de vista do Governo, porque o Programa de Habitação Popular força os municípios a entregarem terreno e infra-estrutura gratuitamente aos futuros mutuários. Força os mutuários a empregar a sua mão-de-obra própria na construção de casas e o Governo financia o material de construção, mas é o único que recebe de volta o investimento feito através da prestação. Muito inteligente ela permite multiplicar os recursos de habitação, mas não se pode dizer que o Governo do Estado esteja doando o dinheiro público para camadas mais carentes da população. Pelo contrário. Ele inclusive desta forma inteligente consegue viabilizar a recuperação de dinheiro investido porque aí o mutuário só paga o valor do material de construção.

Mas eu quero me ater a um fato que eu considero na minha concepção e na concepção do Partido dos Trabalhadores como algo que caracteriza de fato se nós temos um Governo democrático, progressista, popular ou não.

Num Governo popular democrático ele sobretudo permite a criação de espaços onde os setores organizados da população, os trabalhadores, as entidades representativas da sociedade civil possam co-gestionar os recursos públicos, fiscalizar os recursos públicos.

E o que é que o Governo do Paraná tem feito?

Acabou com a eleição direta nas escolas do nosso Estado. A escola pública do Paraná pela sua história, pela sua tradição, pela sua luta, conseguiu maturidade, desenvolvimento, competência e capacidade política e técnica de auto gestão.

Era na escola pela eleição dos Diretores que se aprendia na prática o exercício da democracia. No entanto isto se acabou no Governo do Estado. É o Governo do Estado que agora veta um projeto do Fundo de Habitação Popular porque tem os trabalhadores presentes no órgão que vai controlar a aplicação do dinheiro público. Esse Governo resiste a possibilidade da criação do Conselho do Menor e do Adolescente que nós tivemos que derrubar o veto aqui nesta Casa. E agora este Governo intervém na Universidade do Oeste do Paraná, primeiro não nomeando o Reitor que foi escolhido

democraticamente pelo conjunto da comunidade universitária e lá coloca, este sim, um capacho, um interventor, cabo eleitoral no comando de uma instituição de ensino para atrelar essa instituição aos interesses momentâneos de um Governo de plantão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Eu solicito concluir o seu pronunciamento dado que estrapoulou.

A Mesa concede um minuto.

O SR. ERNANI PUDELL - Agradeço a Vossa Excelência.

Nomeia-se um interventor. Agora o que é mais grave no decreto do Governador: Cancela as eleições para Diretores na Universidade Oeste do Paraná e nomeia como Diretores da Faculdade pessoas que ao invés de serem eleitos pela comunidade, passam a ter cargo de confiança. E aqui nomeia uma Comissão, inclusive, que eu conheço algumas pessoas que não têm a mínima qualificação para participar desta Comissão, com exceção, a única exceção a única coisa que milita a favor pelo menos de uma pessoa que está aqui nesta Comissão é os seus serviços prestados ao Partido que está no Poder. Quando se nomeia essas Comissões e quando se intervém, por exemplo, se acaba com todo este plano de ação que foi democraticamente discutido dentro de uma Universidade, com todo o cuidado de uma elaboração estratégica, permitindo a participação da comunidade universitária, da sociedade civil, tudo isto foi rasgado pelo Governador do Estado do Paraná que faz retroceder e acaba com todos os espaços democráticos de participação da população no controle, na fiscalização e na gestão da coisa pública. Esta é a herança que o Governador Requião vai deixar para o Paraná. Um Estado que involuiu do ponto de vista da democracia e da participação. E, com certeza será lembrado na história como aquele Governo onde a vaidade governou e a democracia retrocedeu.

Muito obrigado, Senhor Presidente, pela benevolência de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças. PSDB (Declina) BPI.

No Horário das Lideranças, concedo a palavra ao PFL.

Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados. Venho à tribuna para fazer algumas considerações de matéria que considero da maior importância, cuja apreciação deve receber nos próximos dias, manifestação da Comissão

mais importante desta Casa, presidida pelo Deputado Erondy Silvério.

O que me chamou a atenção foi, dentre outros artigos e órgãos da imprensa do Paraná, a Folha de Londrina traz declarações do Presidente da CCJ, Deputado Erondy Silvério, a cerca da Mensagem do Senhor Governador para esta Casa, de número 007 que com a iniciativa do Senhor Governador, tem por objetivo, estabelecer parâmetros, vencimentos não só do Poder Executivo, Judiciário e muito especialmente o Legislativo.

Vi nas declarações do Deputado Erondy Silvério que todos respeitamos, que inicialmente ele declara inconstitucional a Mensagem, mas logo à frente, ele diz que sem substitutivo, esse projeto não passa em Plenário. Ainda bem que deixou o ilustre Presidente da CCJ a esperança de que esta Casa possa, ao analisar esta proposta do Senhor Governador, traduzida a Mensagem 007, uma contribuição do Poder Legislativo, não para solução dessa divergência, dessa pendência que existe entre Executivo e Judiciário com relação aos vencimentos da Magistratura, mas pôr um fim. Uma solução, se possível, o que não é fácil, vai merecer ampla discussão nesta Casa. A proposta governamental, quando Sua Excelência o Governador do Estado toma iniciativa de propor a equiparação de vencimentos entre os três Poderes e aí a discussão se inicia: da sua constitucionalidade. Pode o Senhor Governador tomar a iniciativa de estabelecer salários, subsídios aos parlamentares e remuneração aos desembargadores e aos órgãos do Judiciário?

Fico com o Deputado Erondy Silvério no seu depoimento ao final. No artigo que vejo, diz Sua Excelência que sem substitutivo esse projeto não passa no Plenário. Mas eu espero que esta Casa tenha na CCJ e no Plenário, vozes, iniciativa, competência para que possamos votar uma lei que regule principalmente o artigo 27 da nossa Constituição em função do artigo 39 da Constituição Federal e eu me permito Senhor Presidente, desnecessário seria fazer a leitura do artigo 1º do anteprojeto de iniciativa do Senhor Governador e alguns tópicos se possível, já que são poucos artigos da sua mensagem.

Art. 1º - "A remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo no âmbito de cada Poder, os valores percebidos como remuneração em espécie por Deputados estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores. E, ainda, aqui parece que começa a discussão quando diz: os valores percebidos pelos Deputados estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores, são sempre equivalentes, englobando inclu-

sive adicional por tempo de serviço, o que discordo, porque essas vantagens são de caráter quase sempre pessoal.

Mas, Senhor Presidente, ainda diz no artigo 2º, que a relação de valores entre a maior e a menor remuneração paga pelo Estado do Paraná em qualquer dos Poderes, não poderá exceder a vinte vezes. Continua, a maior remuneração terá como limite máximo estipulado no artigo 1º desta lei, como limite mínimo em nível inicial do quadro geral do Estado, que será de quarenta horas.

Vejam Senhores Deputados, ao contrário do que fez a Constituição Federal de 88 - produto e resultado de um lado. Que o Brasil inteiro sabe, que muito simplesmente faz alusão de que os limites de vencimentos do Poder Legislativo são subsídios dos Parlamentares, dos Desembargadores do Judiciário e dos Secretários de Estado e executivos estaduais. Aqui o Senhor Governador diz quantas vezes pode ser diferente a mais, o maior do menor e sugere o que pode ser menor.

Portanto, Senhores Deputados, queria nesta vinda e passagem rápida pelo Plenário, para dizer da importância que eu reputo, a Mensagem do Senhor Governador, talvez iniciativa "sui generis" nos Estados e para também dizer que vejo com alegria a atenção e a preocupação do Presidente da C.C.J., Deputado Erondy Silvério, nas suas declarações, preocupado que a Casa possa dar uma solução não apenas para darmos uma solução, repito, ao impasse, a divergência que persiste entre Poder Executivo e a Magistratura do Paraná, mas que nós possamos oferecer com a experiência de todos, com a capacidade inclusive das nossas assessorias nesta Casa, uma lei que dê cabal solução a esse clima que aí rende e que possamos também a busca antes da paridade que se falava, não se admite que o advogado do Executivo receba três ou quatro vezes a menos ou a mais que o Legislativo, que o contador tenha vencimentos diferenciados no Tribunal de Contas, que é um órgão da Assembléia com os da Assembléia. Que o motorista receba no Poder Judiciário algumas vezes mais que o motorista do Executivo. Daí a importância, eu repito Senhor Presidente, Senhores Deputados, dessa Mensagem que cada um de nós deve estudá-la, apreciá-la, examiná-la e mandá-la, propor soluções se possível, para que nós possamos, o Poder Legislativo, possa, provocado pelo Executivo, oferecer legislação adequada que tanto se reclama há tantos e tantos anos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PL.  
(Declina)

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Senhores Deputados, lembrando aos Senhores Deputados presentes, que na próxima segunda-feira, faremos realizar no gabinete da Presidência uma reunião das Lideranças às 10:30 horas, para discutirmos alguns projetos polêmicos que deverão entrar na Ordem do Dia.

Lembrando ainda que há pouco ajustamos com o 1º Secretário Anibal Khury, com o 2º Secretário Dirceu Manfrinato, que a Assembléia funcionará tanto do ponto de vista administrativo, como nos seus trabalhos políticos, amanhã, quarta-feira e, na quinta-feira, a Assembléia estará fechada, tanto na parte administrativa, como na parte política. Não haverá Sessão Plenária na quinta-feira e nem trabalhos administrativos por parte dos servidores desta Casa.

Sobre a mesa, Ofício nº COPTC/001/93, subscrito pelo Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente, comunicando que na data de 31 de março próximo passado, foi instalada a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para a qual fui eleito Presidente, cabendo a vice-Presidência ao Senhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra. À Diretoria Legislativa e Diretoria de Plenário para as devidas anotações.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Edson Silva Lino, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 366/92, de autoria do Deputado OSWALDO TREVESAN, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos do Hospital das Clínicas. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/93, de autoria do Deputado ARLINDO

TROIAN, que declara de Utilidade Pública a União de Profissionais para Atendimento do Excepcional, com sede e foro nesta capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/93, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a Creche São Francisco de Assis de São Tomé, com sede e foro no Município de São Tomé - PR. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/93, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública o Grupo Fraternidade Espírita Irmão Bezerra de Menezes, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/93, de autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua - Paraná, com sede e foro na Cidade de Brasília - DF, e com representação no Estado o Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/93, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI e JOÃO IENSEN, que concede título de cidadania honorária do Paraná ao pastor ELIAS ALVES MOREIRA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 084/93, de autoria do Deputado GERALDO CARTÁRIO, que confere o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao advogado e jornalista Emir Sfair. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 026/93, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência aos Idosos Dona França, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado. (Projeto de Lei Publ. no D.A. nº 06, de 17.02.93.)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI Nº 26/93

#### PARECER:

O Projeto de Lei nº 26/93, de autoria do nobre Deputado Paulo Maia, ora em trâmite para exame por esta Comissão, visa declarar de Utilidade Pública, a "Associação de Assistência aos Idosos Dona França", com sede e foro nesta Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

A Lei n° 6994, de 10 de janeiro de 1978, dita as normas para que as Sociedades Cívis, Associações e as Fundações, possam ser declaradas de Utilidade Pública.

Estando o plano de Lei ora "in questão", em perfeita consonância com a legislação retro citada, emito o parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 027/93, de autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública o Club das Acácias Unidas. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Projeto de Lei publ. no D.A. n° 06, de 17.02.93.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 027/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Paulo Maia, o presente Plano de Lei tem por finalidade, declarar de Utilidade Pública o "Club das Acácias Unidas", com sede e foro na capital do Estado.

Encontra-se o processado de acordo com as normas para declaração de Utilidade Pública ditadas pela Lei n° 6994.

Em análise a referida proposição vê-se claramente que se trata de medida justa e que foi igualmente respeitados os dispositivos legais em vigor, não havendo óbices de natureza Legal, Constitucional, ou Regimental que possam impedir a sua tramitação normal pelos órgãos da Casa.

Isto posto, somos de parecer FAVORÁVEL à APROVAÇÃO deste Plano de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 034/93, de autoria do Deputado DUÍLIO GENARI, que declara de Utilidade Pública o Centro Assistencial da Diocese de Toledo. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Projeto de Lei publ. no D.A. n° 07, de 01.03.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 34/93

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Duílio Genari, o Projeto de Lei n° 34/93, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública o "Centro Assistencial da Diocese de Toledo", com sede e foro na Comarca de Toledo, Estado do Paraná.

A matéria obedece rigorosamente o disposto na Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de

1978, que estabelece as normas para que as Sociedades Cívis, Associações e Fundações, possam ser declaradas de Utilidade Pública.

Diante do exposto, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 036/93, de autoria do Deputado OVÍDIO CONSTANTINO, que declara de Utilidade Pública a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná - RURECO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado.** (Projeto de Lei publ. no D.A. n° 08, de 02.03.93.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 036/93

P A R E C E R:

Chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe de autoria do nobre Deputado OVÍDIO CONSTANTINO, que declara de Utilidade Pública estadual a Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná - "RURECO", com sede e foro na Cidade de Guarapuava.

O presente está elaborado em conformidade com o dispositivo contido no R.I. desta Casa, estando, inclusive, justificado.

No que se refere ao cumprimento dos dispositivos constantes na Lei n° 6994, observamos nada constar que impeça sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.03.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento n° 725 de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 720, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 685 e 686, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 687 e 689, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 726, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 723, de autoria do Se-

nhor Deputado Luiz Henrique Bona Turra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 727, de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 708, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 688, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 714, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 690, 691, 692, 693, 694, 695, 696 e 697, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 698, 699, 734, 700, 701 e 702, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 703 e 704, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa. (As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Requerimento n° 705, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 707, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 710, de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 709, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 711, de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 715, 716 e 717, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 721 e 722, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 728 e 729, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 706, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata).

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós vamos anunciar novamente o requerimento, dado o que nos aguarda no futuro.

Deputado Algaci Túlio requer transcrição nos Anais do Poder Legislativo da série de artigos Dois Anos de Requião publicado pelo Jornal Indústria e Comércio desta capital. Em discussão. Em votação. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu declino da verificação de votação.

Requerimentos n°s 731, 732 e 733, de autoria ao Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 662, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 636, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 026/93, 027/93, 034/93, 036/93.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/93.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 06 DE ABRIL DE 1993.

#### "A GARANTIA DO PREÇO MÍNIMO"

José Antonio Miguel Neto

A questão se prende à existência e exata caracterização jurídica da obrigação de garantir. Refere-se, acerca da possibilidade jurídica de um produtor rural ou uma cooperativa de produtores, demandar contra o Governo Federal para obter um ordenamento judicial que obrigue este último

a adquirir produtos agrícolas, pecuários ou decorrentes de atividades extrativas, de propriedade dos produtores ou de cooperativas pelo preço mínimo de garantia instituído pelo Decreto-Lei n° 79/66.

É ponto fundamental a análise do artigo 10, do Decreto 79/66, pelo qual "A União garantirá os preços dos produtos da atividade agrícola, pecuária ou extrativa, que forem fixados de acordo com este Decreto-Lei". A efetiva prestação de garantia pode ser determinada e representada, segundo a disciplina do artigo 1° do mesmo Decreto-Lei, ou (a) pela compra dos produtos pelo preço mínimo fixado ou (b) pela concessão de financiamento, com opção de venda, ou sem ele, inclusive para beneficiamento, acondicionamento e transporte dos produtos.

Segundo a definição clássica referida pelo insigne Orlando Gomes, "obrigação é um vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa fica adstrita a satisfazer uma prestação em proveito de outra". Verifica-se que a existência da prestação e o compromisso de executá-la são elementos fundamentais na relação obrigacional, de uma forma que, por um lado, se define a responsabilidade do devedor para cumprir a prestação e de outro lado, fixa-se o direito do credor da obrigação de exigir do devedor a prestação do seu interesse.

Na questão em exame, as normas legais citadas contêm elementos caracterizadores da obrigação de garantir o preço mínimo, em favor do produtor, e fixam, sem dúvidas interpretativas para esse efeito, a responsabilidade de o Governo Federal, por meio ou (a) da compra dos produtos pelo preço mínimo (b) do fornecimento de garantias para que os produtos sejam de uma dessas alternativas pelo Governo Federal é direito do produtor, a ser exigido coativamente, se necessário, pelos meios judiciais adequados.

Em caso de descumprimento da obrigação pelo Governo Federal, deverá o produtor interessado promover ação indenizatória, acautelando-se o produtor com medidas judiciais prévias.

O produtor tem direito de reivindicar indenização pelo prejuízo causado pela omissão do Governo Federal.

Poder-se-ia aventar, tendo em vista o conceito de obrigação e o teor dos textos já analisados, o aforamento de um pleito,

por meio do qual se exigisse do Governo Federal a compra do produto. Há possibilidade jurídica para uma demanda com esse objetivo, rotulada da execução de obrigação de fazer.

No entanto, essa hipótese é por nós afastada de imediato, e explicamos a razão. Alguns produtos estão sujeitos à deterioração, mesmo quando armazenados adequadamente, e a existência da ação para obrigar o Governo a comprar o produto impediria que o produtor vendesse, no mercado, o mesmo produto, sob pena de a ação perder esse objetivo. Por outro lado, as despesas de armazenagem se estendendo por todo o período da discussão judicial, acarretando ônus maior para o produtor, cujo reembolso não se lhe pode assegurar. Tendo em vista esses dois aspectos, entendemos que não é conveniente o ajuizamento de um feito para obrigar o Governo Federal a adquirir o produto.

Somos, então, favoráveis ao pedido indenizatório, ao qual deverá preceder uma medida judicial de natureza preliminar e acautelatória.

Trata-se de notificação prévia ao Governo Federal, com um prazo de 15 dias, para que ele adquira o produto. Silente o Governo ou recusando expressamente a compra, o produtor ajuizará a ação de indenização e, simultaneamente, requererá uma perícia judicial, para constatar a qualidade e quantidade do produto oferecido à venda.

Observamos que, mesmo questionada a obrigação fixada pelo Decreto-Lei em apreço, cabe a ação indenizatória, sob um outro fundamento. A lei sob análise estabelece, claramente, um incentivo ao produtor rural, fazendo com que este dirija sua atividade de forma a adequá-la à política governamental e, assim, usufruir os benefícios legais. Na inocorrência desse usufruto, por culpa do Governo Federal, estará também o produtor, revestido do direito de reclamar indenização.

Portanto, é irrecusável o direito dos produtores de, por meios judiciais, obrigar o Governo Federal a cumprir a política de garantia de preço mínimo. Entendemos ainda ser possível ao produtor vender seu produto pelo preço de mercado, após realização da perícia referida, deduzindo o valor assim obtido da quantia objeto da indenização.



## A arte e o ofício da literatura segundo Cristóvão Tezza

participaram também des-  
ta comissão Aroldo Mard Go-  
mes, Haverly, Amil, Emanoel



4 Curitiba, quarta, 3/2/93

ESPECIAL

## 2 anos de Requião

### As grandes perdas -II

**Nos dois primeiros anos de governo Requião, Paraná perdeu espaço na safra nacional de grãos. Ao mesmo tempo, o governo ainda não conseguiu implantar a estratégia esboçada pelo PMDB na campanha eleitoral. O Estado ainda aguarda os projetos de agroindustrialização, enquanto o governador divulga como triunfos avanços alcançados por governos anteriores.**

## Estratégia agrícola de Requião até agora não foi implantada

Em julho de 90 o então candidato a governador do Paraná Roberto Requião mostrou uma visão de longo prazo para a agricultura paranaense. Num almoço com empresários, promovido pela Associação dos Dirigentes de Empresas do Brasil - ADIB, Requião expôs seu programa e disse: "O Paraná pode ser uma ilha de pleno emprego e desenvolvimento na crise brasileira".

A receita do então candidato era simples. Baseada numa análise lucida dos dados sobre o futuro do Paraná, a ampliação das fronteiras agrícolas na região Centro-oeste e a entrada do trigo argentino, via Mercosul, "faziam de nós" o novo velho hándicap soja-trigo. Por outro lado, os produtos que o Brasil lucraria pelo trigo argentino seriam das indústrias paulistas, e não do Paraná. Paulistas e argentinos usariam nossos corredores de escoamento sem pagar por isso, e ainda avassalaram nossa agricultura. A saída, liderava o candidato, seria a agroindústria.

"O Paraná precisa pensar agora em investir na viabilização agroindustrial. Precisamos, no Oeste e sudoeste os grãos da Argentina, que estarão a caminho de São Paulo", dizia Requião, das insígnias durante a campanha.

Para dar prosseguimento aos programas de desenvolvimento de agroindústrias, após projetos e estudos de viabilidade já estão concluí-



**"O Paraná pode ser uma ilha de pleno emprego e desenvolvimento na crise brasileira".**  
Roberto Requião, em 25 de julho de 1990.

dos, seriam necessários US\$ 800 milhões, segundo as cooperativas. Dinheiro que deveria vir do BNDES e do qual o Paraná não mais pode desfrutar, por falta de organismos repassadoros. Desde a liquidação do BADEP - Banco de Desenvolvimento do Paraná, as cooperativas estão tendo que arcar sozinhas com esses investimentos, subme-

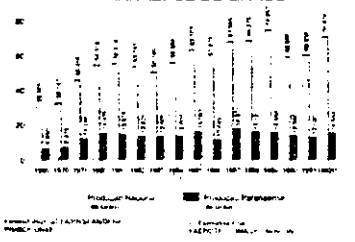
tendo-se ainda aos juros proibitivos do mercado financeiro. Resultado: as graves provisões de Roberto Requião tendem a se confirmar, porque as providências apontadas por ele próprio não foram tomadas, e as agroindústrias não estão aparecendo.

**"EXCEÇÕES"**  
O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná e do Bloco Parlamentar Agropecuario, Orlando Pessuti (PMDB), sai em vitória do governo Requião. O deputado cita, entre outras iniciativas, programas como o incentivo à sericultureira, em Umuarama, e a cultura de cana-de-açúcar, em Marumbi.

A sericultureira efetivamente teve um incentivo inicial, mas agora vê-se obrigada a exportar sua matéria-prima, pois além dos barreiros e locais de incubação, não existe mais nada. E as indústrias de fio existentes são projetos conduzidos pelas cooperativas, com recursos próprios ou levantados por elas. A citricultura, por sua vez, continua sendo um dos setores mais prejudicados pela falta de visão estratégica do Estado. Com a expectativa de produzir 20 milhões de caixas por ano, a Cooper Citrus não conseguiu ainda passar da fase do polimento e venda das laranjas "in natura". Na mesma situação estão as agroindústrias de soja, leite e derivados e carnes.

Orlando Pessuti fala da instalação da Sadia em Pitanga, com financiamento para "centenas de suinocultores". Por outro lado, o Paraná perdeu o projeto de implantação da cervejaria Kaiser, em Ponta Grossa (leia matéria a respeito nesta página). Com a cervejaria, a região de Entre Rios deveria aproveitar melhor e até ampliar sua produção de malte.

### PRODUÇÃO BRASILEIRA E PARANAENSE DE GRÃOS



As perdas na agroindústria paranaense, indicada como "prioridade" do governo Requião, são pesadíssimas. Basta lembrar, para início de conversa, que perdemos a hegemonia da produção de grãos para o Rio Grande do Sul quando aquela unidade federativa sofreu um processo violento de fragmentação e de empobrecimento dos solos com a atomização dos minifúndios, fator desencadeador de outra vocação gaúcha, a da migração.

A pisada no tubo de oxigênio do BADEP, deflagrada por Alvaro Dias e executada com fidelidade pelo atual governador, colocou em risco

um dos modelos paranaenses, construído ao longo dos últimos trinta anos, o seu cooperativismo centrado na agroindústria.

Nenhuma providência de fôlego foi tomada para tornar realidade o compromisso da campanha relativo à fixação do homem no campo para evitar a continuidade do processo expulsivo. Até um toque pastoral e ideológico não faltou na referência a velha paranaense da reforma agrária quando a prática foi justamente o contrário pelo estímulo a invasões, tanto urbanas quanto rurais, isso sem falar no mediatismo e no nepotismo de medidas como as adotadas nos casos da Fazenda

## Dados

- O carro-chefe do projeto das microbacias, já havia sido esquecido quando Paulo Carneiro e suas administrações de seus sucessores.
- A melhora do rebanho, divulgada por Requião, não tem menção deste governo. A importação de matrizes leiteiras do Canadá começou no governo de Jaime Carrijo. Na época o MDB procurou ridicularizar a iniciativa, chamando as matrizes de "bezerras de ouro".
- A participação do Baneastado no crédito agrícola no Paraná não ultrapassa 5% do total dos financiamentos. Apesar de o governador insistir na tese de que a agricultura é uma das prioridades do seu governo.
- Pelo menos 90% das estações experimentais de pesquisa são anteriores à década de 80.
- O mesmo ocorre com a infra-estrutura meteorológica do Paraná, que também foi desenvolvida no período anterior a 1980.
- As pesquisas no setor agrícola estão estagnadas. O número de técnicos do IAPAR diminuiu consideravelmente.
- A extensão rural está sendo pouco impulsionada. A quantidade de escritórios da Emater aumentou, mas o corpo técnico foi reduzido.

## Pela primeira vez em 20 anos PR perde hegemonia

**IBGE diz que Paraná vem gradativamente perdendo importância no cenário da agricultura nacional.**

A herança que o governo de Roberto Requião de Hellen Silva vai deixar aos paranaenses não deve ser recuperada facilmente pelo seu sucessor. Pela primeira vez desde o final da década de 70, o Paraná perdeu a privilegiada posição de primeiro produtor nacional de grãos. Foi superado pelo Rio Grande do Sul. O "celeiro do Brasil", título que por anos a fio sustentamos pomposamente, está ficando no passado. Reflete a falta de uma política agrícola eficiente por parte do governo estadual.

A estimativa de colheita para 93 não ultrapassa a 12,9 milhões de toneladas, enquanto que os gaúchos devem colher pelo menos 16 milhões de toneladas. De acordo com um levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a participação do Paraná no cenário agrícola nacional vem gradativamente diminuindo. O problema, já evidenciado a partir de 86, se acentuou durante o governo de Roberto Requião. O Estado, que chegou a contribuir com 26,56% da produção nacional de grãos em 1980, despencou para 20,60% em 92.

Durante toda a década de 80, o Paraná se reduziu consideravelmente a colheita de grãos. Em 1986, mas em compensação teve um alto crescimento em 87, devido ao aparente "salto" do Plano Cruzado. Em termos gerais, a produção se estagnou nos mesmos números apresentados em 1980, e em 90/91 chegou a ter até mesmo uma redução na safra, que aumentou em 92, não por ampliação da área cultivada, mas apenas porque melhoraram as condições climáticas. O balanço, destes dois primeiros anos do governo de Requião mostra uma redução de 1,6 milhão de toneladas de grãos sem qualquer expectativa de bons resultados no próximo ano.

O secretário da Agricultura, Osmar Dias, costuma enfatizar a falta de uma política do governo federal. Mas enquanto ele reclama, o país apresenta índices que superam muito o desenvolvimento do Paraná. A escassez de recursos, e as dificuldades econômicas são fatores que influenciam muito na retomada de crescimento da Agricultura no Estado. No entanto, o governo federal está longe de ser o principal culpado pelo problema específico da safra de grãos.

No último levantamento feito pelo IBGE (veja gráfico abaixo), enquanto o Brasil passou de uma produção de 93 milhões de toneladas de grãos em 80 para 70,5 milhões em 92, o Paraná caiu de uma safra de 14,4 milhões para 14,5 milhões. Isso demonstra que se a crise nacional fosse mesmo solucionável pela queda da produção no Paraná, o restant: do país também teria apresentado uma redução na colheita, o que não aconteceu.

Na prática, os problemas básicos detectados pelos agricultores no município do Estado evidenciam a necessidade de uma política agrícola do próprio governo estadual. A principal crítica é a falta de investimentos em pesquisa. O Iapar - Instituto Agronômico do Paraná, responsável pelos estudos de zoneamento agrícola, está com um número reduzido de engenheiros e deixou de ser uma das prioridades do atual governo. Além disso, o serviço de extensão rural, desenvolvido pela Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, é ineficiente pela falta de técnicos. A tudo isto, soma-se a política de privilegiar agricultores que, na maioria das vezes, mantêm apenas a lavoura de subsistência. Apesar desta iniciativa ser uma obrigação do Estado, o desestímulo aos grandes e médios agricultores reduz obviamente a produtividade.

## Panela vazia

Can Can e dos irmãos Bállico parecem assentamentos apontados como letivos aos cofres públicos pela supervistorização de terras.

Obviamente há aspectos positivos como a continuidade do programa de manejo de microbacias que vem sendo executado desde a gestão Canet Júnior, mas que ganhou intensidade em termos de escala no governo Alvaro Dias, até indicado também como um modelo.

Para descompensar tais méritos, o setor agroindustrial, fundamento de equilíbrio e harmonia em nossa estrutura socioeconômica, tem sido algo como os demais da compulsão narcisista em cima

de vago mercadológico do tipo "panela cheia", mais menção e verbalismo do que realidade: reconvertendo o escambo como sucedâneo de moeda, algo bem ligado a um pensão barbaque que o governador já revelou quando prefeito ao criar o "Noviador" e as "freqüências", quase o clima dos tempos das capitães hereditárias.

Perdemos a competitividade na competição, houve perdas também na produtividade, não conseguimos correr a evolução anteriormente observada, e apesar da promessa de troca de produtos como paga ao banco perdemos também na proporcionalidade como se pode constatar.



## 2 anos de Requião As grandes perdas -III

*Em dois anos, 30 invasões, ocupação ilegal de 88 mil hectares. Vários mandados judiciais simplesmente ignorados, ameaça de intervenção federal, convicção generalizada na impunidade para crimes cometidos em conflitos de terra, desrespeito às leis e três homens mortos. É até aqui o saldo do governo de Roberto Requião de Mello e Silva. Essas três vidas, pelo que são e pelo que representam, talvez sejam a maior das perdas que o Paraná já teve desde que Requião assumiu o governo. São os mais fortes resultados do desrespeito ao Judiciário promovido pelo governo do Paraná.*

### Tolerância com invasões resulta em mortes e tensão no interior

Dois anos da política requiônica para os problemas agrários foram o bastante para gerar a "guerra no campo" no Paraná. Três homens morreram e 122 famílias cercadas por policiais são a muito custo contidas. Um baril de pólvora que adquiriu contornos de filme de guerra nas tensas imagens mostradas pela televisão.

Como os policiais em sua ansiedade natural por vingar os colegas assassinados, também o governador mal

consegue se conter, embora acabe decidindo por não contestar o próprio erro e manter sua apatia às invasões. É tarde demais para admitir que as invasões toleradas mesmo depois de condenadas pela Justiça acabaram gerando um ambiente de impunidade, estímulo para mais e mais ocupações. Tarde demais para os três policiais mortos, e tarde demais para o governador. Roberto Requião de Mello e Silva já passou para a História

como o governador das invasões, que usurpou prerrogativas do poder Judiciário e fez vistas grossas para o assalto à propriedade alheia.

Requião tapou o sol com a peneira, e achou que essa política agrária. O governador que prometia acabar com os massacres no campo decepçiou a todos.

A guerra hoje está mais flagrada do que nunca. Os números crescem todo dia e eles não se deixam con-

ter por discursos de falsa grossa e largos gestos planejados. Logo Requião, que tanto fala em "estado", que tanto gosta de citar Gramsci, acabou patinando a anarquia.

Nessa "experiência científica" que está se aventurando a fazer, Requião colhe seus primeiros resultados, que se espera não venha a ser a sementeira de uma convulsão social mais ampla, a lembrança daquela triste memória dos anos 1960, no Sudoeste.

### Metade das invasões atuais são do governo Requião

Desde que Roberto Requião de Mello e Silva assumiu o governo, já foram invadidas 30 áreas de terra no Paraná. Isso significa mais da metade do total de terras ocupadas ilegalmente hoje no Estado, segundo dados da Federação da Agricultura do Paraná e do Incra.

Em setembro do ano passado a Faep divulgou um relatório que totalizava 45 propriedades rurais invadidas, em 26 municípios, numa área próxima de 47 mil hectares, envolvendo cerca de 4.800 famílias. Na época, estes números representavam um aumento considerável de ocupações de terra no Paraná, que se acentuou a partir de 89, durante o governo de Alvaro Dias. Em 86, por exemplo, foram registradas apenas duas invasões de propriedades particulares em todo o Estado. Esse índice pulou para 12 em 88, chegando a 15 no primeiro ano do governo de Requião.

A situação começou a piorar quando o governador anunciou, aos quatro cantos do Paraná, que não ia cumprir as determinações da Justiça de retirar os sem-terra de regiões invadidas. Com isso, só em 92, foram ocupadas outras 15 áreas, mas sem considerar as terras invadidas no meio urbano. E este ano as previsões também não são otimistas. Somente nestes primeiros dois meses já foram tomadas as fazendas Santa Bárbara, em Bituruna, com 3.413 hectares,



Roberto Requião de Mello e Silva.

e 2.700 hectares da Fazenda Santana, em Campo Bonito. De acordo com dados do Incra, as 56 áreas invadidas representam 88 mil hectares. E não existe possibilidade de desapropriação. Pelo menos enquanto não for regulamentado artigo da Constituição

Federal que trata da Reforma Agrária. Só para se ter uma ideia, desde 1988, quando foi promulgada a Constituição, não foi desapropriada nenhuma área no Paraná. Até então, o Incra havia desapropriado 200 áreas, num total de um milhão de hectares.

Das áreas ocupadas no Paraná, não existe ainda nenhum relatório do Incra que comprove se as terras podem ser utilizadas para fins de reforma agrária. Isso porque o Instituto não tem feito nenhum levantamento concreto nas áreas des-

## Governo não age e Paraná vira um campo de batalha

Há menos de um ano, quando o governador Roberto Requião de Mello e Silva anunciava a sua disposição de não retirar os sem-terra da Fazenda Can Can, em Roncador, ele fazia questão de dizer que não ia transformar o Paraná "num campo de batalha". Hoje os fatos mostram que a decisão do governador de não interferir na questão fundiária acabou resultando exatamente no que Requião dizia querer evitar: a violência no campo.

A morte de três PMs do Serviço Reservado do 9º Batalhão da Polícia Militar de Cascavel, na última quarta-feira, comprovou o que o governador insistiu em negar desde que assumiu o Palácio Iguaçu. Sem a atuação da força policial, os proprietários e os sem-terra começaram a usar seus próprios meios para garantir o que consideram seus direitos. Como já previa um relatório divulgado há mais de um ano pelo presidente da Faep - Federação da Agricultura do Paraná - Agide Meneguette, os dois lados estão se armando. E independente de quem tenha razão, o fato é que as invasões de terra no Paraná vêm aumentando de forma alarmante (veja matéria específica nesta página).

Durante os últimos dois anos, 33 pedidos de intervenção federal no Paraná se acumularam no Superior Tribunal de Justiça, a maioria por descumprimento de ordens judiciais de reintegrar

ção de posse de áreas invadidas por agricultores sem-terra. Sob o argumento de que não foi eleito para expulsar sem-terra, Requião acabou instigando novas ocupações ilegais.

A recusa em executar os mandados judiciais começou no governo de Alvaro Dias. Requião radicalizou essa prática, e chegou ao absurdo jurídico que é o decreto nº 643, de 91. O decreto - declarado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça - atribuiu ao chefe do Executivo o julgamento de conveniência e oportunidade para cumprir ou não as decisões judiciais a respeito de terras invadidas.

No dia 17 de setembro de 1992, depois de dois anos de condescendência, 95% dos juizes paranaenses decidiram pedir o "impeachment" do governador.

Por não aceitar as determinações judiciais, o governo do Estado por pouco não sofreu uma intervenção federal. O Superior Tribunal de Justiça aprovou o pedido de intervenção que não chegou a ser cumprido pelo governo federal. Temendo reflexos negativos, Requião comprou no ano passado uma área em Piranga para assentar as famílias da Fazenda Can Can - motivo principal do pedido de intervenção. Mas esta é apenas uma, entre as 54 áreas invadidas no Estado. O Supremo Tribunal Federal acumula mais do que menos outros oito pedidos que faltam ser apreciados.

### Invasores tinham acordo com o Governo do Estado

"Foi um ato criminoso, covarde e bárbaro, as culpas são presas". Esta frase dita ontem pelo governador Roberto Requião de Mello e Silva mostra a outra face de uma realidade que o governo até agora tentou ignorar. O caso da Fazenda Santana, em Campo Bonito, região Oeste do Estado, onde foram mortos três policiais, evidencia a necessidade de se rever a situação dos conflitos fundiários.

A Fazenda Santana foi invadida em agosto de 91 por 400 famílias sem-terra. De um total de 3.700 hectares pertencentes à madeireira Beledelli Ltda, foram ocupados ilegalmente 515 hectares. Como os atritos entre proprietários e "invasores" se acentuou, surgiu a necessidade de um acordo que pudesse resolver o curto prazo a situação da Fazenda.

Em outubro de 91, quando Requião já estava no governo, foi fechado um acordo no Palácio Iguaçu entre o Movimento dos Sem-terra, o Incra e o proprietário, em que a madeireira Beledelli se comprometia a doar 450 hectares de terra para os invasores e vender ao Incra 500 hectares para assentamento de outras famílias.

Até o último dia dois, o acordo foi mantido. Mas o Movimento dos Sem-terra acabou violando o item 09 do acordo, que obrigava os ocupantes a respeitar o restante da área do proprietário.

Na ocupação de novas áreas da Fazenda, os sem-terra, armados, mataram os policiais Vicente Freitas, Agostinho Beber e Adelfino Arcoletti. O governo do governador, falando aos jornalistas em Brasília, concordou melhora de mérito aos três PMs, mas preferiu não admitir a omissão do governo estadual na resolução dos problemas fundiários no Paraná.

Ontem a secretaria de Segurança Pública informou que todas as famílias foram retiradas do local sem qualquer problema. Isso comprova que a Polícia Militar, se treinada e orientada adequadamente, pode atuar em defesa da ordem no campo sem causar "a batalha no meio rural".



Atividade de assentamento em São João do Ivaí.

### Semeador de vento

"Precisamos de exemplos e referências para o nosso País, o exemplo de governantes, de juizes. Na medida da minha competência faço a minha parte para orgulho de ser paranaense e brasileiro, sendo honesto consigo mesmo e com o povo que me elegiu".

No dia em que três policiais militares foram mortos por invasores da fazenda Santana em Campo Bonito, o governador de Mello e Silva disse conceitos dotados de um artigo de jornal.

Qual o exemplo referente à paz na terra, designação de um dos muitos projetos sociais de governo, mais propaganda do que fato, se

não o da desobediência sistemática a decisões judiciais e o estímulo indireto às invasões, seja por ações como as ocorridas em Curitiba na Ferrovia, com fim de puro proselitismo político no campo paracossocial, seja pelas desastrosas intervenções em processos de relocação de agricultores sem-terra como o da fazenda Can Can (os deslocados foram para a fazenda Cascata, nome adequado para essa encenação, já que Cascata é emborcação) e o dos irmãos Bállico, o que se percebe é um sistemático processo de insegurança para o produtor rural, vítima de roubo de máquinas, insumos agrícolas e sobressano de ação

predatória dos invasores. Assim pois do lado de outros fatores, como o da ausência de programas efetivos de estímulo à agropecuária e a agroindústria, elencados nestas sete avaliações dos dois anos de governo, temos esse terrível "background" representado pela tragédia de Campo Bonito.

As perdas de investimentos como o da agroindústria, o não esclarecimento das iniciativas oficiais, a sua fixação naquilo que dá ilusão como o manejo das microbacias sem ações mais abrangentes no campo da cruzada, notadamente na região do Alto Cuiabá, Noroeste, que impedem a "sangria" de 17 toneladas

anuais de solo em processo laminar por ausência de manejo adequado na semeadura revelam mais um panorama preto e branco do que o cromo da propaganda oficial.

Ao longo desses dois anos de gestão, carregado de oscilações no temperamento governamental, percebeu-se que a pior das sementeiras é a da insegurança e intranquilidade e a maior carência, mil vezes pior do que a queda das safras, é a ausência de um insumo sem o qual não há harmonia, processo ou solidariedade: é a paz que existe, como os feitos, ou pelo menos a maior parte deles, apenas na criação propagandística.

A12 Curitiba, terça, 06/04/93

ESPECIAL

Indústria & Comércio

## 2 anos de Requião As grandes perdas -IV

**A segurança pública, anunciada como prioridade do governo Requião, mostra após dois anos de governo no um quadro desanimador. A Secretaria de Segurança não tem dinheiro suficiente para corresponder às expectativas da população. A Polícia Civil tem menos policiais do que há dez anos, e 203 municípios não têm sequer um policial civil. Em várias cidades as delegacias empilham presos da Justiça e são vítimas de chacotas por causa das constantes e inevitáveis fugas.**

### Segurança Pública de Requião não é melhor que Economia de Collor

Quando assumiu o governo, Roberto Requião de Melo e Silva disse que seria seu principal secretário da Segurança Pública. Copava o então presidente Collor, que reclamou para si a condição de ministro da Economia de seu próprio governo. O desempenho de Requião na área de segurança não está sendo melhor do que o de Collor na economia.

A política requianista para a segurança é a política das relações públicas. O governo do Paraná parece mais interessado na mídia do que no bom funcionamento da polícia. E a mídia exploração para a polícia tem helicópteros quando não tem viaturas suficientes. Fica bem na televisão. O governador toma a cena distribuindo funções de delegado de polícia, fazendo questão de anunciar pessoalmente exames de necropsia, como no caso do DNA do menino Evandro Ramos Cactano, assassinado em Guaratuba.

Além do caso de Guaratuba é o melhor exemplo do que é a política de segurança do Estado. Dois grupos de elite, um da Polícia Civil, o TI-

GRE, e o outro da PM, o Aguiar, entraram numa briga por méritos, refletindo as disputas entre o secretário de Segurança, Moacir Favetti, e o então delegado-geral, José Maria Correia.

Os próprios nomes dos grupos policiais de elite, TI-GRE e Aguiar, mostram como eles foram planejados em função da mídia. Em qualquer outro país esses nomes estariam mais para academias de luge-fu do que para circunspetos e eficientes equipes de investigação.

"Mão de ferro"  
A firmeza do governo Requião não está reservada para os criminosos, mas sim para os policiais. Quando estes se organizaram para reclamar salários decêntos, a resposta foi a ameaça: "Eles vão sentir a mão de ferro do governador", disse Requião.

Quando Requião se autoproclamou secretário de segurança, guiava-se por pesquisas que revelavam a segurança e a ansiedade como uma das reivindicações mais atuais dos eleitores. Hoje os eleitores vêem muito a polícia, mas na TV, não nas ruas.



Helicópteros mostram apoio pelo governo.

### PR tem menos polícia que em 82

Duarente e três cidades do Paraná não têm nenhum policial civil; o efetivo da polícia caiu de 3.800 homens em 82 para apenas 2.800, a um quarto da população. A população aumentou e já atinge 6,5 milhões de pessoas. A população cresceu, a margem de segurança, e o efetivo policial diminuiu.

Oitenta anos de governo, não foi admitido sequer um policial civil no Paraná.

A polícia vive a crônica de uma morte anunciada. Quando tomou posse, o governador Roberto Requião de Melo e Silva já havia anunciado que não pretendia contratar novos policiais, como na segurança dos paranaenses não fosse uma prioridade para o Estado.

Desde a posse de Requião, só foram nomeados até agora 30 delegados, que entraram para a polícia em janeiro.

Na maioria dos municípios que não têm polícia existe uma delegacia. Em Campo Largo, região metropolitana de Curitiba, a delegacia é mantida por um "inspetor de quartelão", como é chamado no jargão policial. Na prática, esse "inspetor" não presta concurso público nem recebeu qualquer treinamento. Na falta de alguém com melhor qualificação profissional, foi indicado pelo delegado

(geralmente um "caixa curti", ou seja, não é formado nem pertence aos quadros ativos da Polícia) ou um juiz e recebe a atribuição de fazer cumprir a lei e atuar como um policial.

Entre os municípios que não têm nenhuma polícia civil estão Rebouças, Verê, São João do Ivaí, Santo Antônio do Sudoeste, São João do Caiçá, Joaquim Távora e Chumbé, para citar apenas alguns exemplos.

### À espera de socorro



Moacir Favetti, secretário de Segurança.

mentos por um período mais prolongado, as celas muitas vezes não têm banheiro próximo nem local para banho. Além disso, nas cadeias é impossível desenvolver atividades de conscientização dos presos ou de manter o trabalho remunerado dos detentos.

A situação é tão grave que em Londrina, segundo maior município do Paraná, os 170 presos estão amonoados na cadeia da cidade. O ministério, depois de muita polêmica, deve sair somente em outubro. Mas antes que o governo decidisse liberar recursos para as obras, os deputados Luiz Carlos Alborghetti e Enéias Bellinati tiveram que insistir muito para obter a verba. Ontem o delegado Clóvis Galvão, de Londrina, disse que quando há condenação o preso é encaminhado para a Penitenciária Central do Estado, em Pirajuru. Na cadeia não cabe mais nem um detento sequer.

E mesmo nos poucos presídios existentes também falta investimento do Estado. Pelos últimos dados oficiais, em 92 legião dos presos da Penitenciária Provisória do Aljô na Colônia Penal Agrícola, em Pirajuru, o número de fugas chega a 20 casos por mês.

### Estado tem mais presos em delegacias que em presídios

O ator de Segurança Pública do Paraná se equilibra sobre o sustento da criminalidade e a falta de recursos e interesse do governo em resolver os problemas básicos do Estado. Hoje em todo o Paraná existem cerca de sete mil presos. Mais da metade está concentrada nas delegacias e cadeias públicas. Isto evidencia a precariedade do sistema carcerário no Estado. Fora das penitenciárias a condição de vida dos detentos é ainda mais grave. Não existe qualquer estrutura para manter os presos.

Pela número do próprio Departamento Penitenciário do Paraná, hoje não são os presos no Estado, onde estão 12.833 presos. Os 3.500 detentos mantidos se acumulam nas cadeias públicas. "Os presos não depositados como objetos. Nas cadeias não tem tratamento como nas penitenciárias", admitiu o próprio secretário de Justiça, José Tavares, no início deste ano. Ele admitiu apenas os presídios. A população carcerária fica sob a responsabilidade da secretaria de Segurança Pública.

Na falta de presídios, a cada dia aumenta o número de presos que cumprem pena nas delegacias. Como elas não têm estrutura para manter os de-

A largada experiência do secretário de Segurança, José Moacir Favetti, consolidada em sua formação profissional no Exterior e demonstrada à frente de importantes organismos de segurança, como a Polícia Federal, deve ser melhor aproveitada no governo. O Executivo deve dotar a Secretaria com os recursos necessários para o desempenho satisfatório das funções de garantir o cidadão contra o crime. Com os recursos necessários à disposição, Favetti certamente poderia livrar o governo Requião de muitas das chacotas que sofre nesse setor.

Da mesma maneira, é preciso dar maior apoio ao diretor da Polícia Civil, o delegado Luiz Fernando Artigas. Trata-se de um dos homens que melhor conhecem os meandros da polícia, depois de dirigir, por anos, a Escola da Polícia Civil do Paraná. Espera-se que no resto do governo Requião esses profissionais recebam as condições necessárias para desenvolver seu trabalho. Para isso, precisam ser dotados dos recursos indispensáveis que até agora não foram dirigidos para essa área prioritária que a segurança pública.

### Colheita Negativa

Pela Constituição, o atual governo parece que não tem mais validade. É a Secretaria de Segurança, com o deprezo dos casos da Colônia de Penas das boateiros e o de aquilão dos helicópteros, o que deu uma ação popular movida pelo delegado Antônio Basso.



Não bastaria isso, da mesma forma que o seu antecessor Alvaro Dias, o governador Mello e Silva atingiu os fundamentos da hierarquia militar, mantendo os oficiais da reserva nos postos mais elevados sob a incrível alegação de fidelidade eleitoral. Nomeou para o comando dos bombeiros um oficial de graduação inferior e corrigiu, para fugir à eficácia de mandados de segurança, a situação, promovendo-o, agora mais recentemente, demitindo-o. De choques internos pelo sistema político na área não se tornaram aliados, mas o de

Na prática, o governador Requião não tem mais validade. É a Secretaria de Segurança, com o deprezo dos casos da Colônia de Penas das boateiros e o de aquilão dos helicópteros, o que deu uma ação popular movida pelo delegado Antônio Basso.

Na prática, o governador Requião não tem mais validade. É a Secretaria de Segurança, com o deprezo dos casos da Colônia de Penas das boateiros e o de aquilão dos helicópteros, o que deu uma ação popular movida pelo delegado Antônio Basso.

Na prática, o governador Requião não tem mais validade. É a Secretaria de Segurança, com o deprezo dos casos da Colônia de Penas das boateiros e o de aquilão dos helicópteros, o que deu uma ação popular movida pelo delegado Antônio Basso.

Na prática, o governador Requião não tem mais validade. É a Secretaria de Segurança, com o deprezo dos casos da Colônia de Penas das boateiros e o de aquilão dos helicópteros, o que deu uma ação popular movida pelo delegado Antônio Basso.

### Falta de recursos expõe autoridade ao ridículo

Paranáguá é um exemplo da situação vexatória a que o governo do Estado reduziu a área de Segurança Pública. O município, com 136 mil habitantes, é um dos mais importantes para a economia paranaense, com o maior porto escoador de grãos do País, mas está sem cadeia pública desde julho do ano passado, quando a delegacia foi interditada. Na falta de espaço, muitos presos estão sendo soltos. Em Curitiba, os presídios e cadeias estão superlotados e não aceitam remanejamento de outros municípios.

A única cadeia pública de Paranáguá funcionava até meados do ano passado em condições precárias. Além de não ter praticamente nenhuma ventilação, a delegacia não possuía sequer chuveiros para que os presos pudessem tomar banho. A situação chegou a se agravar tanto que praticamente toda semana era registrado pelo menos um caso de fuga da delegacia.

A autoridade policial começou a ser alvo de chacotas. Um preso gabou-se, diante do juiz, de ser capaz de abrir um buraco na parede e fugir da cadeia em menos de 40 minutos. As paredes da delegacia são de alvenaria simples, e podia-se contar as últimas fugas pelo número de buracos remendados.

Quando a cadeia funcionava "normalmente", o sistema carcerário de Paranáguá atingiu um total de cerca de 100 presos. Eles dividiam celas que chegavam a ter mais de 16 detentos, sendo que a capacidade era para apenas cinco pessoas, no máximo.

As celas fediam, e os presos eram forçados ao chão abutido, pois mal podiam caminhar.

Diante deste quadro, os três promotores do município resolveram interditar a cadeia. Os presos foram distribuídos entre a Penitenciária do Aljô em Curitiba, a Penitenciária Central do Estado, em Pirajuru, e outros pequenos presídios do Paraná, depois de muita briga, já que as autoridades de Curitiba se ressentiram da atitude do juiz de Paranáguá, e dificultaram as remoções. Os que não foram removidos foram soltos.

Hoje aproximadamente 4 detentos continuam na cadeia de Paranáguá, já que os outros presídios estão superlotados. Ontem um dos promotores da cidade, Carlos Da Col, disse que desde a interdição da cadeia pública já foram soltos cerca de oito presos por falta de espaço na delegacia. "Não tem lugar aqui nem em Curitiba afirmo ele. Em todo o Paraná existem atualmente pelo menos 1500 processos aguardando julgamento e se o forem concluídos não teriam suficientes para todos os presos.

Até agora, de uma emenda do deputado Lourenço Figueiredo (sem partido) sobre o orçamento, nada do ano passado, foi aprovada a liberação de recursos para a reforma da cadeia de Paranáguá. Na época, foram 4 milhões de cruzeiros. Apesar de que o prazo de dois meses as obras sejam concluídas. Mas mesmo assim, a cadeia não vai ultrapassar 70 detentos.

Continua Amanhã









A12 Curitiba, quarta, 11/2/93

ESPECIAL

Indústria &amp; Comércio

## 2 anos de Requião

### As grandes perdas - VI

Roberto Requião não tem uma política para as universidades estaduais e a pesquisa científica e tecnológica. A menos que se queira considerar "política de governo" o desmantelamento do ensino superior e o corte praticamente total dos recursos. Tendo a independência crítica dos professores universitários, Requião os subordinou ao regime estatutário, e transformou as fundações em autarquias, centralizando todas as decisões.

## Subordinação liquida universidades

O processo de estatização e transformação do regime jurídico de trabalho fizeram das universidades estaduais parcerias meras de departamentos da secretaria de Administração. A constituição é dos ministros e diretores das quatro entidades que funcionam hoje no interior do Paraná. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade do Oeste (UNIOESTE) perderam a autonomia, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e correm o risco de não cumprir sua função básica, de formar o patrimônio cultural e tecnológico

do povo paranaense. As universidades sempre se balizaram sob auto-gestão, sem o controle político e econômico do governo estadual. A estatização e a transformação do regime jurídico de trabalho fizeram das universidades estaduais parcerias meras de departamentos da secretaria de Administração. A constituição é dos ministros e diretores das quatro entidades que funcionam hoje no interior do Paraná. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade do Oeste (UNIOESTE) perderam a autonomia, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e correm o risco de não cumprir sua função básica, de formar o patrimônio cultural e tecnológico

do povo paranaense. As universidades sempre se balizaram sob auto-gestão, sem o controle político e econômico do governo estadual. A estatização e a transformação do regime jurídico de trabalho fizeram das universidades estaduais parcerias meras de departamentos da secretaria de Administração. A constituição é dos ministros e diretores das quatro entidades que funcionam hoje no interior do Paraná. A Universidade Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Maringá (UEM), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e a Universidade do Oeste (UNIOESTE) perderam a autonomia, direito garantido pela Constituição Federal de 1988, e correm o risco de não cumprir sua função básica, de formar o patrimônio cultural e tecnológico

Em 92, a UEL perdeu 92 professores. A UEM, 128 professores e 186 funcionários. Segundo o DIEESE, a defasagem salarial das fundações no governo Requião é de 1.435%.

do, rescindido contrato com 128 professores e 186 funcionários. A mudança do regime jurídico de trabalho - da CLT para o Estatuto dos Funcionários Públicos - transformou os professores e demais funcionários das universidades em diversas categorias distintas. A intenção do Estado era equiparar as categorias profissionais entre si. A estatização, segundo estatísticas do DIEESE, trouxe uma defasagem salarial para os funcionários das universidades de 1.435%, de setembro de 1990 até agora. Com isso, a perda de funcionários é inevitável e consequentemente a baixa na qualidade de ensino também.

## Em 2 anos verbas caem 50%

Universidade Estadual de Londrina Assessoria de Planejamento e Controle									
Quadro demonstrativo dos depósitos em favoramentos da UEL - exercício 92									
Transferências do governo e outras fontes (R\$ mil)									
Destino	Origem	Valor	%	Destino	Origem	Valor	%	Total	%
Ensino	UEL	2.842.320,00	78,8	Pesquisa	UEL	18.862.320,00	88,8	Total	21.704.640,00
	Outras	768.000,00	21,2		Outras	2.078.000,00	11,2		
Administração	UEL	1.000.000,00	80,0	Extensão	UEL	1.000.000,00	80,0	Total	2.000.000,00
	Outras	250.000,00	20,0		Outras	250.000,00	20,0		
Desenvolvimento	UEL	1.000.000,00	80,0	Outros	UEL	1.000.000,00	80,0	Total	2.000.000,00
	Outras	250.000,00	20,0		Outras	250.000,00	20,0		

No último dos dois anos os recursos destinados pelo Estado para as Universidades Estaduais caíram pela metade. As disponibilidades financeiras das universidades foram reduzidas ano a ano. Em 1992, a Universidade Estadual de Londrina (UEL), por exemplo, dispôs de US\$ 900.530,65, menos que a quarta parte do recebido em 1988: US\$ 4.011.643,40. Em 1987, 1988 e 1989 o governo destinava à UEL cerca de 4,77% do ICMS. Em 1990 e 1991, de 3,56% e em 1992, de 2,67%. Por outro lado, na arrecadação do Estado, enviada ao ICMS no mesmo período, nota-se um aumento de percentual arrendado. O ICMS de 1990 correspondia a 65,9% dos valores arrecadados do imposto e em

1991 a 66,7%. No ano de 1992, em valores reais, o repasse do imposto para a UEL teve uma queda de 31,66% em relação ao ano anterior. No demonstrativo de investimentos da Universidade verifica-se que 100% das aplicações de 1992 tiveram origem em outras fontes de financiamento. Nada do que foi previsto em orçamento foi recebido do Estado. Para 1993 não há expectativa de melhora. Além de o Estado não investir nada em obras de pesquisa, comprou, no primeiro semestre deste ano, repassou apenas R\$ 2,8 bilhões, quando as despesas compromissadas atingiam R\$ 1,4 bilhão, normal da UEL, em R\$ 14,4 bilhões, em valores projetados para março.

## Requião ignora Unioeste

"No final de 1986 o Estado destinava 13% do Orçamento para as Universidades. A previsão do ano passado era de 5,9%, e recebemos menos da metade disso".

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) desde 1988 aguarda reconhecimento do Conselho Federal de Educação. "Falta boa vontade dos governos do PMDB", afirma o ex-diretor da UNIOESTE, José Kneiva. Segundo Kneiva, a política do PMDB vem tratando precária e degradando as condições das instituições científicas-universitárias do Paraná. Kneiva terminou seu mandato no ano passado e realizou eleições diretas para a sucessão. Para não ouvir mais as críticas que vinha recebendo da direção da UNIOESTE, o governador Roberto Requião de Melo e Silva fez uma intervenção na Universidade. O professor Marcos Vinícius Souza Pires, que havia sido eleito com 56% dos votos, não foi nomeado ao cargo. Quem assumiu a direção foi Heraldo Schellenberger, que tinha apenas 32% dos votos, mais um nome reconhecido ao governador.

Segundo Kneiva, como todas as universidades estaduais, a UNIOESTE sofre pela falta de apoio financeiro do governo. "No final de 1986 o Estado destinava 13% do orçamento para as Universidades. A previsão do ano passado

era de 5,9% e recebemos menos da metade disso, isso de maneira falta de visão estratégica", reclama Kneiva. Nem mesmo a previsão de 2% do orçamento para pesquisa, previsto pela Constituição, foi respeitado em 1992. Na UNIOESTE a situação é mais complicada que nas demais. A Universidade é composta por faculdades autônomas em várias localidades do oeste do Estado. Enquanto o governo estadual não normalizar essas faculdades como pertencentes à Universidade Estadual, o Conselho Federal de Educação não irá reconhecê-las. Como Requião não está casado das universidades estaduais, não deve fazer muita força para criar mais uma.

Seu formado por faculdades isoladas, não fica mais difícil para a UNIOESTE. Funcionários recebem menos que 420 professores. Desse, apenas 21% contam com títulos de mestre ou doutor. Outros 5% estão licenciados cursando pós-graduação em outras instituições. De acordo com Kneiva, a única esperança de melhora é em um novo governo que mude a política de prioridades.



Roberto Requião de Melo e Silva

"Nossa situação é difícil. Estamos lutando para não perder profissionais para outras instituições".

Decio Sperandio, reitor da UEM.

"A cada dia perdemos mais professores capacitados. No lugar desses entram os colaboradores, que não têm títulos e estão no início de carreira. Quem sai perdendo?".

Reginaldo Benedito Dias, presidente do Sindicato dos Professores da UEM.

"No ano passado houve repasse a menos para a UEPG. Isto é, nós pagamos ao Estado. Quando o orçamento vem, é com cortes e desatualizado".

Roberto Mehry, vice-reitor da UEPG.

"Nosso maior problema é a intransigência do governador. Falta diálogo e a política salarial é de estrangulamento".

Flávio Madalosso Vieira, diretor do Sindicato dos Funcionários da UEPG.

"O que vem acontecendo no Paraná é uma grande irresponsabilidade administrativa. No ano passado a UEL recebeu apenas 30% do previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias".

Cristiani Gustavo Biazzi Simão, presidente do Sindicato dos Professores da UEL.

## Educação: Nota 3

A educação é considerada a base para o desenvolvimento da sociedade. No entanto, a situação atual da educação brasileira é preocupante. A falta de recursos, a baixa qualidade do ensino e a desigualdade de acesso são alguns dos problemas mais graves. O governo federal tem tentado implementar reformas para melhorar a educação, mas os resultados ainda são incertos. A educação é um direito de todos, e é fundamental para o futuro do país.

do sistema, mas não se trata de uma simples reforma. A educação é um direito de todos, e é fundamental para o futuro do país. O governo federal tem tentado implementar reformas para melhorar a educação, mas os resultados ainda são incertos. A educação é um direito de todos, e é fundamental para o futuro do país.

## Veto atrapalha pesquisa

Em 14 de dezembro do ano passado, a Assembleia Legislativa aprovou um projeto de lei discutido por mais de um ano com todas as entidades envolvidas na política das Universidades, inclusive com o governador Roberto Requião de Melo e Silva - que previa a destinação de 2% da receita do Estado para incentivos à pesquisa. O projeto regulamentaria o artigo 208 da Constituição do Paraná que fixa a destinação de verbas para a ciência e tecnologia.

Houve um consenso entre as diversas entidades ligadas ao setor e se chegou a um acordo, que parecia agradar a todos. A própria liderança do governo na Assembleia colaborou para a aprovação do projeto, que no entanto acabou vetado, uma semana depois, pelo governador Roberto Requião de Melo e Silva.

O projeto, de autoria da deputada Emília Belinau (PDT), pretendia garantir a sobrevivência da pesquisa "A pesquisa científica é o patrimônio cultural de uma população. Não se faz um Estado sem investir na educação do povo", diz a deputada, lembrando que é impossível a dedicação integral à pesquisa enquanto se tem que brigar por salários dignos.

Mas Requião só veto o que não lhe interessa aprovar. Na mesma época, no final do ano passado, o governador editou a Lei do Fundo Previdenciário. E, sem discutir com o funcionalismo, no artigo 6º dessa lei, transformou todos os funcionários das Universidades - que eram regidos pela CLT - em estatutários.

Os funcionários reclamam da mudança. Ao serem equiparados aos demais funcionários públicos, além de perder o status de categoria única - o que lhes tira força de reivindicação - têm de submeter-se à política salarial de arrocho que o governo vem adotando. Enquanto os preços aumentaram 4.306,40%, esses salários evoluíram apenas 2.918,09% - dados do DIEESE. Além disso, perdem as gratificações e possibilidades de as-



Emília Belinau

cesso na carreira acadêmica.

As mudanças na política de regime jurídico na lei previdenciária, o governador transferiu o Ror de discussão para a Assembleia Legislativa. Apesar de não submeter a elaboração do plano de cargos e salários à apreciação das entidades representativas das categorias interessadas, Requião aprovou a modificação sem dificuldades entre os deputados. "O governo está cometendo graves falhas jurídicas. O plano de cargos e salários não poderia ter sido aprovado junto com a Lei do Fundo de Previdência. Embrulha uma decisão importante como esta numa outra lei e contraria a publicidade dos atos governamentais", critica a deputada Emília. Mas como não é a única falha que o governador cometeu na aprovação dessa lei, Requião proibiu a constituição sindical, impedindo a representação da categoria. E, inexplicavelmente, vetou o parágrafo único do artigo 74 da lei. Derubou o artigo 74 não tinha parágrafo único.

Entre os envolvidos na política das Universidades não resta dúvida: o governador pretende centralizar todas as decisões administrativas. Para eles, retirar garantias já asseguradas às Universidades, como auto-gestão e os próprios recursos previstos em orçamento, é atitude compatível às duas piores situações.

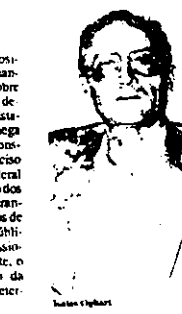
## Professor estadual tem defasagem salarial de 212%

A reposição dos salários, Requião manda cobrar de Álvaro Dias. Sobre a política salarial, diz que depende da arrecadação do Estado. Sobre o piso salarial, nega que ele esteja previsto na Constituição.

Depois do tratamento de choque que receberam do governo anterior, sendo expulsos do Centro-Oeste por soldados a cavalo e bombas de gás, os professores não conseguiram mais recuperar a capacidade de mobilização que mal repõem a inflação. Segundo a APP-Sindicato (Associação dos Professores do Paraná), a defasagem salarial dos professores estaduais é de 212%, sem perspectivas de recuperação.

Depois do tratamento de choque que receberam do governo anterior, sendo expulsos do Centro-Oeste por soldados a cavalo e bombas de gás, os professores não conseguiram mais recuperar a capacidade de mobilização que mal repõem a inflação. Segundo a APP-Sindicato (Associação dos Professores do Paraná), a defasagem salarial dos professores estaduais é de 212%, sem perspectivas de recuperação.

Depois do tratamento de choque que receberam do governo anterior, sendo expulsos do Centro-Oeste por soldados a cavalo e bombas de gás, os professores não conseguiram mais recuperar a capacidade de mobilização que mal repõem a inflação. Segundo a APP-Sindicato (Associação dos Professores do Paraná), a defasagem salarial dos professores estaduais é de 212%, sem perspectivas de recuperação.



Álvaro Dias

Indústria & Comércio

ESPECIAL

Curitiba, quarta, 1.493 A13



Depoimento de um dos envolvidos no caso, como nos depoimentos anteriores.

## Corrupção, jogo de aparências

Luiz Otávio de Moraes

Tudo o que vem que se faz é o jogo de aparências, com o se deu com Collor, pode e deve ser mantido sob suspeita. Assim foi com Haroldo Leon Pires que acabou o Judiciário no Tribunal de Contas, explorando-lhes fragilidades e vícios, e acabou fagocitado com a mão no pote. De certa forma, embora não haja um espírito de investigação no Paraná, a coisa que tomou conta do País (ao ponto de se cobrir esse bizarro episódio de um avião presidencial em busca de comarcas e em felotas para a munição do Executivo), deu para florar muito coisa comprometedoras como a novela e a ineficiência cruzada contra o jogo do bicho, o comércio de helicópteros, o aparelhamento de ilhas das Cobras para usufruto do chefe de plantão com uso de barcos dos bombeiros e a má gestão portuária para pescarias e mergulhos, a situação comprometida da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros em eventos como o da ocupação da Colônia de Férias com desvio de recursos comunitários do Fumilabon, denúncias de abusos com desapropriação na Foz de Iguazú e também de alteração de traçado: a partir de Guarapuava e da aquisição de docas e estírios. Denúncias, também, contra o uso de dinheiro da aqui-

zinação de terras, a preços acima do mercado, para resolver os assentamentos dos ex-ocupantes da Fazenda Can Can e dos irmãos Bêlico, que deram depoimentos na campanha eleitoral contra o família Martinez e seu preposto, executivo, Adílio de Figueiredo.

De outro lado ficou demonstrado que tentar combater a corrupção interna no grão, à base de encanções, como o governador costuma fazer, dá em nada: o escândalo da Sanepar, recentemente descoberto, mostra essa vulnerabilidade, sem falar no desmanche de carros que comprometem setores policiais.

As alianças encenadas, no plano político-ideológico, com as chamadas organizações populares também se deterioraram como se viu no manifesto, em forma de volante, hoje circulando no Paraná do Fórum das Entidades Sindicais dos Servidores Públicos sob o título "1º de Abril! Governo Requião - Dois anos de Mentiras". Se foi dramático o desenlace e a ruptura com os sem-terra na tragédia de Campo Bonito, as relações com as demais entidades (sindicatos, associações, não dirigidas por pelegos) permanecem em traço de extrema hostilidade. Assim, também, com sindicatos patronais como da Construção Civil e instituições como a Associação de Magistrados, que pede o impeachment do governador. Um panorama de conflito, no

qual se agita muito bem a personalidade do governador, como se fosse o caldo de cultura de um microorganismo, o seu plancton.

Esse estilo, que às vezes é meritório na medida em que mexe com o acomodação dos rituais, gerou o isolamento do Paraná que dependeu de outras lideranças, ainda ontem, para não perder a batalha do Estado do Iguaçu. Isso é tão verdadeiro que os únicos deputados federais, tidos como capazes de atender Requião, estavam do outro lado.

A luta contra o Judiciário, um poder normalmente à margem de qualquer crítica no Brasil, também é exercido de forma desagregadora e que dificulta o entendimento até na busca de convergência na questão das isenções salariais. Críticas decisivas de juizes, valendo-se do aparato do Executivo (mal direta), é ilegal e antitético. Ainda, ontem, fez o mesmo com o juiz do TRE que condenou dois aliados peemedebistas, repetindo o que fazia o seu antecessor ao valer-se da engrenagem da comunicação para jogar o público em hostilidade aos magistrados.

São dois anos, parece que já foram quatro e resta o penoso impresso de que o governador Roberto Requião de Melo e Silva ainda não tomou posse. Nem do sistema, nem do governo.

## PR perdeu, mas governo obteve pontos positivos

É possível listar alguns pontos positivos no governo Requião, ainda que escassos, nas áreas administrativa e política.

Na administrativa a restauração de prédios públicos, nas áreas de educação (Colégio Estadual do Paraná, grupos escolares) e saúde (ampliação do Hospital do Paraná, manutenção da rotina das vacinas em termos de cobertura espacial); sustentação de alguns programas na Agricultura como o do manejo das microbacias (perdeu intensidade em relação ao período anterior); reequipamento da Polícia e bombeiros (com alguns exageros, voluptuosos, como a aquisição de carros Tempira ou de máquinas sofisticadas e dis-

pensáveis como as A.L.A., lança-lua, de escasso uso).

Na política, a despeito do tom passionai e radical, a denúncia contra Collor e os transbordamentos dos custos habitacionais (com o governo um paradigma mais eficiente no programa "Casa da Família") na Caixa Econômica foi válida como também a desfechada contra Quêria, conquanto amplamente derrotada na intimidade do PMDB.

Na administração há também um mérito no esforço para manter sob monitoramento a gestão financeira entregue a um estranho no ninho, pois não consta que Heron Arzua fosse um integrante da brigada participativa a qualquer tempo. O empenho, porém, de manter

os dispêndios, aí incluídos os do pessoal, no limite dos 65 por cento do orçamento, é um sinal mínimo de resistência ao caos geral que impera no País, conquanto exercido com o sacrifício do funcionalismo, principalmente das faixas mais humildes e das mais numerosas: professorado, por exemplo, sob arrocho salarial.

De um modo geral, todavia, se confrontado o desempenho em dados macroeconômicos, percebe-se a queda de posição relativa do Paraná, seja em indicadores de natureza econômica, financeira ou social. Submetido aos raios x do PIB no Paraná e no Brasil percebemos claramente essas perdas nos anos de 1991 e 1992.

### TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB, SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE, NO PARANÁ E BRASIL - 1991-1992

SETOR DE ATIVIDADE	1991		1992	
	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ	BRASIL
AGROPECUÁRIA	3,40	2,62	0,90	6,20
INDÚSTRIA	3,03	-0,76	-1,74	-5,10
COMÉRCIO	1,20	1,12	1,15	-4,90
TOTAL	2,47	0,95	-0,13	-1,50

Fonte: IBGE, IPEA, PARDEZ. São Paulo, 1993. Observações: valores em %.

O Paraná perdeu posição relativa em renda per capita, mortalidade infantil, produção de grãos (se grãos não ultrapassaram), produtividade agrícola, evasão escolar, analfabetismo, miséria (temos, conforme o IBGE e o Ipea, mais

de 1 milhão e 800 mil indigentes e somos o sétimo do País, apesar da referência ao "Brasil que deu certo" do estatismo oficial). Vejamos em termos mais globais, já que em renda interna também caímos de posição, a participação no PIB na-

cional e a per capita: Apesar dos cuidados já emendados com a gestão financeira perdemos igualmente posição na arrecadação do ICMS, o que se refletiu no Paraná relativamente aos Estados do Sul, à região Sudeste e ao Brasil.

### - PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ

#### NO PRODUTO INTERNO BRUTO BRASILEIRO E PIB TOTAL E PER CAPITA DO PARANÁ E BRASIL - 1980-1985 - 1990-1991

ANO	% PIB PR/BR	PRODUTO INTERNO BRUTO			
		TOTAL DE US\$ BILHÕES		PER CAPITA EM US\$	
		BRASIL	PARANÁ	BRASIL	PARANÁ
1980	6,69	...	...	...	...
1985	6,51	...	...	...	...
1990	6,02	414.060	24.932	2852,02	2980,45
1991	5,96	429.488	25.607	2932,68	3033,08

Fonte: Banco Mundial, IBGE, PARDEZ.

### ARRECAÇÃO DO ICMS:

1º Semestre de 1991 e de 1992.

Estados/Região	Em US\$ milhões de dez/91		
	1º Sem/91	1º Sem/92	(92/91) em %
Paraná	758,40	667,40	88,00
Santa Catarina	453,20	401,10	88,50
Rio Grande do Sul	1010,30	924,30	91,49
REGIÃO SUL	2221,90	1992,80	89,66
REGIÃO SUDESTE	7859,00	7280,50	92,64
BRASIL	13094,40	11870,70	90,65

Fonte: BADEDEPLA.

Convenhamos, todavia, que conforme o Ipea, de essas quedas relativas vem sendo observada ao longo do período 1980-91 em função da performance recessiva, que atinge todo o País, mas agride com maior ênfase o Paraná, que caiu de uma participação relativa de 6,69% no PIB em 1980 para 5,96% em 1991. Também os dados que começam a ser avaliados do IBGE, tanto o Anuário como os referentes à Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar, mostram uma situação semelhante à da praga dos faros

com as vacas magras.

Destaque-se, como positivo, o desempenho geral do Banestado, todavia não correspondente ao tom da propaganda. Funcionários e a hierarquia intermediária se queixam de trabalhar sob pressão insuportável dos patrulheiros, o que ocorre também no Ponto de Paranaíba, cheio de problemas e ineficiências, isso sem falar no lastimável aspecto quanto à remoção de lixo.

O Banestado está, de fato, em terceiro lugar entre os bancos estaduais bem distantes, todavia, da Nossa

Caixa e Banerj em termos patrimoniais. Mas a afirmação de que é o maior investidor no setor agrícola, dita em palestra em Porto Alegre, foi contestada pelo jornal "Zero Hora", conforme a Febrabam, o primeiro é o Banerj, o segundo o Banerj (talvez uma das explicações da supremacia gaúcha nos grãos em que detinhamos hegemonia) e no ranking geral o estabelecimento oficial riograndense está em sétimo lugar à frente, pela ordem, do Nacional, Unibanco, Banestado, Meridional, Banerj, etc.



## 2 anos de Requião

### As grandes perdas-IX

O discurso de "popularização" do teatro, adotado pelo governador Roberto Requião de Mello e Silva, na prática piorou as condições de trabalho dos atores paranaenses. Pequenos e médios produtores não têm patrimônio suficiente para se qualificar aos programas de financiamento oficiais. O Teatro Guaíra tem apresentado principalmente grandes produções nacionais, e os artistas locais ficaram sem espaço para representar. O Teatro da Classe, um projeto do governo de Alvaro Dias, foi completamente abandonado

#### Requião cancela projetos de teatro

Não havia sido completado ainda nem um mês da administração de Roberto Requião de Mello e Silva e a classe artística do Paraná já sentiu o que seriam estes anos do atual governo. Depois de indicar para a superintendência da então Fundação Teatro Guaíra o ator carioca Osvaldo Loureiro (que se mantém com recursos diretos dos cofres públicos) a próxima intenção do governador foi acabar com a única forma de reavivamento dos artistas do Estado. A Comissão Estadual de Artes Cênicas - Ceac, que reunia representantes de associações e sindicatos da área cultural e do próprio governo para a discus-

são de assuntos relacionados às artes, foi desativada. Acumulado a participação dos artistas no governo, referências à Cultura em assuntos se vieram diante de uma realidade bem diferente. A secretária Gilda Poli deixou a pasta da Educação para assumir a da Cultura, e assumiu o cargo sem conhecer os projetos em andamento e as necessidades básicas para as produções teatrais. Como o superintendente da Fundação Teatro Guaíra (hoje uma autarquia) também não participava da vida artística do Estado, praticamente tudo o que estava sendo desenvolvido do lado do Requião foi suspenso.

Através da Ceac os artistas apresentavam sugestões e discutiam os projetos prioritários. Em tese, quase todas as produções artísticas passavam primeiro pelo crivo da comissão. Quando ela ainda funcionava, era composta por representantes dos artistas amadores, dos artistas profissionais, dos produtores de artes cênicas, da Fundação Cultural e do governo federal, além de dois integrantes do governo do Estado (um da Secretaria da Cultura e outro do Teatro Guaíra).

A comissão não foi oficialmente extinta. Simplesmente deixou de atuar quando chegou a administração de Requião. Sem se impactar com a



Roberto Requião de Mello e Silva.

#### Peças de fora são priorizadas

Quando assumiu o governo, o projeto de Roberto Requião de Mello e Silva era "proteger o Paraná e nível nacional". Mas ao longo de seu mandato, a produção de peças de teatro foi negligenciada e o teatro de artistas profissionais e amadores se viu marginalizado. O governador preferiu "importar" espetáculos de outros Estados. O Pape - Projeto de Incentivo à Produção Artística, por exemplo, não trouxe nenhum benefício concreto às produções no Estado.

Em compensação, os recursos públicos do Paraná estão sendo utilizados para investimento em produções mineiras. O Pape não é um projeto de âmbito exclusivamente estadual e portanto serve

também para financiar espetáculos de outros estados. Para os artistas paranaenses, a dificuldade em conseguir recursos do Baneado se tornou prioritária nas primeiras etapas pelo banco. Para conseguir empréstimos é necessário doar como hipoteca peças pessoais do próprio produtor. Assim, como o mercado artístico é muito instável, poucos se arriscam a solicitar recursos do banco.

Em termos gerais, somente as produções de destaque nacional com certeza do sucesso de bilheteria, podem obter verbas do Baneado. O último espetáculo do Paraná, financiado com recursos do Pape,

#### Cultura: Nota 4

Dos gestores da cultura dos últimos anos, do ciclo paranaense para cá, só um se destacou: o jurista René Ariel Dilella por suas ações no campo editorial, depois forte a atuação como a Biblioteca Pública e Teatro Guaíra e agora museu. Seu feito de maior abrangência nacional foi o de adaptação do jornal "Nicolás", hoje em uma melhor fase por ser editado de um assento provincial sem tornar-se extremo no cosmopolitismo. Excluído-se a Biblioteca Pública, entregues a uma jovem dinâmica, Valéria Prochian, que sustentou a característica de centro multidisciplinar do estabelecimento como área de animação, e a biblioteca de "Nicolás", o resto ficou em silêncio, tornando-se, até porque os setores produtores e consumidores de cultura abrem com dificuldades o estilo de uma Gilda Poli, por eles odiada como o erro do dirigismo, o que o Estado e a municipalidade, na área cultural, onde se privilegia o espetáculo que dá mais rendimentos políticos, tende a transformar produ-

ções culturais em mediadores burocráticos (juizes de poderes estéticos, normalmente estrangeiros) que também se adequando das espigas e os transformando em "juizes" ou em seres absolutamente dependentes do Mecenas oficial. A intervenção cada vez maior da indústria privada, notadamente no município, tende a melhorar esse quadro como se vê com os programas do auditório do Palácio Ayrton e promoções como a de vídeo do senhor José Corrêa para os 300 anos da cidade. As manifestações dos últimos dias das autoridades de artes cênicas servem de "backstage" para configurar a tendência normalizada que figura como ambiente cultural. A visão do ator Osvaldo Loureiro não confere aos espetáculos teatrais que se configuram no seu conhecimento e domínio do teatro. O que funciona no teatro cultural, em termos de acomodação, decorre do tradicionalismo dos eventos tradicionais, mas pouco para o diálogo discursivo e tão agudo pretendido.

#### Teatro da Classe é abandonado

No final do governo Alvaro Dias os artistas do Paraná começaram uma reivindicação antiga: a sede do Teatro da Classe foi transferida para o governo do Estado. Mas a situação de classe artística não mudou. Logo que começou a administração de Roberto Requião de Mello e Silva o projeto foi esquecido e até hoje não tem do papel. O tradicional Teatro da Classe já existe há muito tempo. E está em alto e bom tom de política econômica do país, esteve presente e ficou por lá de forma permanente. A partir daí, o Estado passou a cancelar algumas coisas devidas pelo teatro. E por iniciativa do então secretário da Cultura, René Dias, que chegou a entrar com uma ação na Justiça para garantir a posse do local, o teatro foi deixado de lado e acabou pelo Patrimônio Histórico.



Gilda Poli.

Na época, o teatro já que o antigo local não era adequado para uma reforma geral. Na época, a Assembleia Legislativa aprovou o projeto, mas o governador Alvaro Dias, em 1990, não deu o aval necessário. No final do governo de Alvaro Dias as obras foram iniciadas. Mas acabaram sendo interrompidas por questões de segurança por parte da empreiteira encarregada de primeira etapa da construção, o que terminou com o cancelamento do contrato com a construtora.

Quando Requião assumiu o governo, tudo o que estava em andamento foi suspenso. Entre os inúmeros projetos, que foram simplesmente engavetados, estava a construção das obras do Teatro da Classe. Agora os produtores de artes cênicas estão dispostos a retomar as negociações com a Secretaria da Cultura. Eles temiam

#### Pedro Tonelli

O deputado federal do PT paranaense, Pedro Tonelli, comenta que a série de reportagens do jornal Indústria & Comércio sobre o atual governador Roberto Requião de Mello e Silva "faz uma análise ampla do assunto que reflete a verdade". Tonelli critica a situação do governador dizendo que tem governo mais sério, mais comprometido, em alguns pontos parece estar acertado e em outros mostra total inabilidade. No caso do conflito da fazenda batizada em Campo Limpo, o deputado afirma que o governador "não teve a mínima maturidade, ao invés de acalmar a situação". Tonelli diz ainda que Requião tem sido um mau gestor dos assuntos locais, tanto em seu projeto em paralelo como em outros.



#### Teatro não tem espaço no PR

O Paraná está sem espaço para o teatro. Em Curitiba, além do Teatro Guaíra, existe o Teatro da Classe, o do Sesi e o do Sesc. O do Sesi foi criado por um incêndio. O restante do teatro pertence à iniciativa privada ou à Prefeitura de Curitiba. No Guarani, por exemplo, as produções teatrais do Paraná praticamente não são incluídas no programa.

No edital de ocupação do Teatro Guaíra as prioridades são para as peças nacionais e para os espetáculos do próprio Teatro. As produções independentes não têm

direito a ocupar os palcos do TG. Além disso, não Guarnição e o mini-auditório, que seriam como alternativa para os artistas, não conseguem cobrir nem o custo da produção.

Com o "Teatro para o Povo" as companhias teatrais não têm mais espaço. Hoje o valor pago por cada apresentação gratuita, feita no domingo, pela manhã, é de seis milhões de cruzeiros, aproximadamente. Entretanto, o custo para produzir um espetáculo gira em torno de 500 milhões de cruzeiros. Assim

#### Orlando Pessuti



#### Lourenço Fregonese

Depois de acompanhar e reportar cada uma das reportagens do I&C sobre os dois anos do governo Roberto Requião de Mello e Silva, o deputado estadual Lourenço Fregonese (Bloco Parlamentar Independente) disse estar "bastante perplexo" sobre quanto o Paraná perdeu. Comentou que, como o prefeito Rafael Greca, deseja que o governador seja iluminado nos próximos dois anos de sua gestão para que recupere tudo o que foi perdido. Fregonese lembrou que o Paraná é considerado o melhor Estado brasileiro em relação ao "Se o melhor está assim, me preocupo com o resto do País". O deputado considera que o governador não é o dono da culpa, mas sim toda a sua equipe. Avaliou que Requião tem que se cercar de "bons colaboradores e não de simples administradores".

#### Itinerantes perdem incentivos

Na tentativa de "popularizar" o teatro, o governador Roberto Requião de Mello e Silva decidiu implantar o que se convencionou chamar de "Teatro para o Povo". Teoricamente o projeto é louvável, mas na prática acabou prejudicando a classe artística do Paraná, desativando as produções teatrais. De concreto, o desenvolvimento artístico do Estado só começou a se resumir em meados do ano passado, depois de um ano e meio de interferência e controle do governo do Estado.

Antes de ser extinto o projeto do "Teatro para o Povo", uma ideia do superintendente do Teatro Guaíra, Osvaldo Loureiro, era grupos de teatro itinerantes deixarem de receber o subsídio e outros incentivos para a execução dos espetáculos. A partir daí, a

alimentação, salário dos artistas, equipamentos, material de apoio figurou o todo o restante da produção. Desde que foi implantado o projeto do "Teatro para o Povo", as companhias não tiveram outra alternativa a não ser se submeter aos recursos do governo do Estado. Mesmo que as produções não fossem capazes de manter condições mínimas, não tinham condições financeiras e nem patrocínio no incentivo das prefeituras. "Antes não procurávamos pelo prefeito ou empresário que ajudavam nos nossos espetáculos", afirmou um produtor de teatro que preferiu não se identificar.

No governo anterior, as companhias itinerantes conseguiram tal apoio financeiro do Estado através de pequenos auxílios e podiam "vender" o seu trabalho para a iniciativa privada. Agora não é praticamente impossível. Os produtores e empresários preferem aguardar a apresentação do espetáculo através do projeto do Teatro para o Povo, já que as peças não custam nada, contra o mesmo risco.

O deputado estadual Orlando Pessuti (PMDB), presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, não quis fazer comentários sobre o trabalho publicado pelo jornal Indústria & Comércio. Entretanto, afirma que a série de reportagens não reflete a realidade e não registra o que o governo vem tentando fazer no Estado.

